


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

ALEXANDRA SALLES

**DO CORONELISMO AO “‘NEO’-CORONELISMO”**: um estudo sobre  
a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho



ARARAQUARA – S.P.  
2012

ALEXANDRA SALLES

**DO CORONELISMO AO “‘NEO’-CORONELISMO”:** um estudo sobre  
a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Linha de pesquisa:** Cultura e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Angelo Del Vecchio

**Bolsa:** CAPES/Mestrado

ARARAQUARA – S.P.  
2012

Salles, Alexandra

Do coronelismo ao neo-coronelismo: um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho / Alexandra Salles. – 2012

100 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Angelo Del Vecchio

1. Política. 2. Coronelismo. I. Título.

**DO CORONELISMO AO “‘NEO’-CORONELISMO”:** um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Linha de pesquisa:** Cultura e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Angelo Del Vecchio

**Bolsa:** CAPES/Mestrado

Data da defesa: 28/06/2012

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Prof. Dr. Angelo Del Vecchio  
Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. José Antonio Segatto  
Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Marcos Tarcísio Florindo  
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

## **AGRADECIMENTOS**

À “Força Maior do universo”, pelo auxílio prestado nos momentos de “obscuridade reflexiva”.

## **Hino Oficial de Lençóis Paulista**

(Poério Zillo – Letra e Música)

Parabéns Lençóis Paulista!  
Por tua fé e tradição,  
Por teu povo honrado e forte,  
Consciente e cristão.

Das tuas lutas no passado  
Às conquistas do presente,  
Te fizeste solo amado  
Dos teus filhos competentes.  
Terra de entrada de valentes bandeirantes,  
De antigo povo nas suas lutas tão  
constantes,  
De um povo forte de além-mar que após  
chegou,  
Que aqui venceu e se irmanou.

Tuas indústrias, tuas lavouras,  
Os teus grandes canaviais,  
São conquistas, são riquezas,  
Que não morrerão, jamais.

Tua cultura, teus esportes,  
E o dever social, também,  
São virtudes que proclamam  
A justiça, o amor e o bem.

Lençóis Paulista, antes boca do sertão,  
Que hoje é marco de progresso da nação,  
Que se destaca por sua raça tão viril,  
Que honra São Paulo e o Brasil.

## RESUMO

Durante um longo período a história dos Municípios brasileiros, especialmente do interior, foi amplamente associada ao patrimonialismo e às práticas políticas tradicionais baseadas no coronelismo. O regime de 1964 é identificado, na literatura contemporânea sobre poder local, como o período que ofereceu sustentáculos para a profissionalização da atividade política na esfera municipal, e, portanto, para a emergência de uma nova elite política local substituta dos “coronéis”. Tendo em vista a reconfiguração do campo de disputa política provocada pelas mudanças econômicas, sociais e institucionais, iniciadas a partir do golpe de 1964, o objetivo desta dissertação é analisar a autoridade política exercida por Antônio Lorenzetti Filho sobre o Município de Lençóis Paulista (S.P). O suporte teórico da pesquisa é a formulação conceitual de “coronelismo” presente na obra de Victor Nunes Leal. E a hipótese a ser testada refere-se à possibilidade de aplicação do conceito “coronelismo” à trajetória política de Lorenzetti principiada em Lençóis Paulista desde as eleições municipais de 1959. Para a materialização do objetivo proposto, realizou-se uma revisão bibliográfica e levantaram-se dados empíricos junto a Biblioteca Municipal e a imprensa lençoiense, entre outras fontes. Esse procedimento permitiu o mapeamento da trajetória política de Lorenzetti e a constatação de que as mudanças promovidas pelo regime militar, sobretudo aquelas de ordem política/institucional, diminuíram seu papel na condução dos rumos da política municipal. Entretanto, ainda que formalmente afastado da política, Lorenzetti manteve determinado controle sobre a esfera política lençoiense até o ano de 2011.

Palavras-chave: Municípios. Coronelismo. Neocoronelismo.

## ABSTRACT

During a long period the history of the municipalities Brazilian, especially in the interior, was widely associated with the traditional patrimonialism and policy practices based on the colonels. The 1964 scheme is identified, in the contemporary literature on local government, such as the period which offered pillars for the professionalization of political activity in the municipal sphere, and therefore to the emergence of a new local political elite replacement of "coronéis". In view of the reconfiguration of the field of political dispute caused by economic, social and institutional changes initiated from the coup of 1964, the objective of this dissertation is to analyze the political authority exercised by Antônio Lorenzetti Filho about the Town of Lençóis Paulista (SP). The theoretical support of research is the conceptual formulation of "coronelismo" present in the work of Victor Nunes Leal. And the hypothesis to be tested refers to the possibility of the "coronelismo" the political trajectory of Lorenzetti started in Lençóis Paulista since the municipal elections of 1959. For the materialization of the proposed objective, we carried out a literature review and empirical data were collected at the Municipal Library and the press lençoiense, among other sources. This procedure allowed the mapping of the political trajectory of Lorenzetti and the finding that the changes promoted by the military regime, especially those of a political/institutional, decreased its role in driving the direction of municipal politics. However, although formally kept away from politics, given control over the Lorenzetti political sphere lençoiense until the year 2011.

Keywords: Municipalities. Coronelism. Neocoronelism.



## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Evolução da propriedade segundo a nacionalidade dos proprietários em Lençóis Paulista.....	34
<b>Tabela 2</b> - Composição da Câmara Municipal (1960 - 1963).....	37
<b>Tabela 3</b> - Composição da Câmara Municipal (1964 a 1968).....	58
<b>Tabela 4</b> - Composição da Câmara Municipal (1969 a 1972).....	59
<b>Tabela 5</b> - Composição da Câmara Municipal (1973 a 1976).....	63
<b>Tabela 6</b> - Eleição para prefeito (1976).....	66
<b>Tabela 7</b> - Composição da Câmara Municipal (1977 a 1982).....	67
<b>Tabela 8</b> - Eleição para prefeito (1982).....	70
<b>Tabela 9</b> - Composição da Câmara Municipal (1983 a 1988).....	72
<b>Tabela 10</b> - Prefeitos eleitos em Lençóis Paulista (1982 a 2008).....	75

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Procedimentos de Pesquisa.....</b>	<b>14</b>
<b>2 CORONELISMO: DEFINIÇÃO E EMPREGO DO CONCEITO NO ESTUDO DE CASO DE LENÇÓIS PAULISTA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Notas sobre o poder local.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Lençóis Paulista: política e história.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Desestruturação do sistema coronelista?.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.1 A economia local e o processo de ascensão de novas categorias sociais.....</b>	<b>32</b>
<b>3 LORENZETTI E O REGIME MILITAR.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 A busca por maior eficiência e racionalidade na máquina estatal.....</b>	<b>43</b>
<b>3.2 Ruptura ou Continuidade?.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2.1 A eleição de 1972.....</b>	<b>62</b>
<b>4 DECADÊNCIA POLÍTICA DE ANTÔNIO LORENZETTI FILHO?.....</b>	<b>66</b>
<b>4.1 Eleições de 1982: mudanças em curso.....</b>	<b>68</b>
<b>4.1.2 - Antônio Lorenzetti: “‘neo’- coronel” ou ex-coronel?.....</b>	<b>75</b>
<b>4.1.2.1 Município – um ente federativo.....</b>	<b>79</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, durante bem mais de um século, o Município foi considerado “[...] o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos; o espaço da dura realidade do poder oligárquico, do patrimonialismo e das relações de clientela”. (ALMEIDA & CARNEIRO, 2003, p. 21). Atualmente, a análise do poder local gira em torno da descentralização, da formação de novas elites políticas e do papel que estas passaram a desempenhar a partir da Constituição de 1988.

Com o processo de redemocratização do Estado brasileiro na década de 1980, as condições sociais e político-institucionais do país foram transformadas. A nova ordem institucional redefiniu os papéis dos diversos níveis de poder. O Município foi elevado ao *status* de ente federado, dotado de leis próprias e relativa autonomia político-administrativa. Ao apresentar o aprofundamento da descentralização política e financeira como uma de suas principais características, a Constituição de 1988 aumentou a transferência de recursos da União e dos Estados para os Municípios e ampliou a receita municipal ao permitir que estes estabelecessem novos impostos em seus respectivos territórios.

Concomitante a descentralização de recursos fiscais os Municípios passaram a ter maior volume de encargos. Diversos serviços, principalmente educação e saúde, ficaram sob a responsabilidade da administração municipal. Esta também ficou incumbida da promoção do desenvolvimento econômico do Município. Essa transferência de responsabilidades fez com que as lideranças políticas locais passassem a ser as responsáveis pela execução dos serviços de impacto imediato sobre a vida dos cidadãos. Isso, conseqüentemente, aumentou a sua importância.

Todavia, segundo Kerbaui (2000, p. 23), a nova realidade da política municipal já vinha se configurando a partir das mudanças promovidas pelo regime militar de 1964. Entre elas pode-se citar a aceleração do processo de urbanização e industrialização e as transformações institucionais impostas pelo novo regime político. De acordo com a análise da autora, as transformações institucionais e estruturais ocorridas no período de 1964 a 1982 permitiram a emergência de uma nova elite política local esvaziando a autoridade do poder tradicional (dos coronéis): “A morte dos coronéis está ligada ao fim do isolamento municipal e interiorano,

devido à integração nacional e às reformas institucionais que ampliaram o jogo de interesses políticos”.

Por outro lado, o conceito “coronelismo” vem passando por uma revisão e há uma tentativa de atualizá-lo. Dessa forma, o estudo sobre poder local encontra-se dividido em diversas vertentes. Alguns autores acreditam que o coronelismo existiu num contexto específico, a Primeira República. (LEAL, 1986; CARVALHO, 2001). Outros insistem incisivamente na “morte” dos coronéis decretada pela nova dinâmica política, econômica, institucional e social proporcionada pelo regime militar:

Os novos mecanismos advindos dessas mudanças (clientelismo de massa, burocratismo, corporativismo) mediarão as relações políticas e farão desmontar o sistema coronelístico local, dando à política local uma nova dinâmica, o que implicará um quadro mais profissionalizado da política. (KERBAUY, 2000, p. 18).

Enquanto muitos autores consideram o coronelismo como um fenômeno extinto, outros buscam associá-lo às modernas formas de dominação. Associações que levaram Carvalho (1998, p. 134), por exemplo, a argumentar que a identificação de um “coronelismo moderno” envolve uma confusão em torno dos conceitos coronelismo, mandonismo e clientelismo e a refutar a hipótese sobre a existência de um novo tipo de coronelismo na atualidade. Isso porque, segundo a interpretação do autor, o “neo’- coronelismo” é empregado como sinônimo de clientelismo.

Estas variações em torno do conceito de “coronelismo”, mais do que justificam, tornam imprescindíveis novas pesquisas que contemplem os Municípios brasileiros e sua classe política sob a perspectiva de um conceito que ainda se encontra em processo de definição: o “neo’- coronelismo”. Ademais, o estudo sobre o poder político municipal coloca-se nas Ciências Sociais como uma maneira bastante produtiva para compreender a complexidade social na qual se está inserido. Pois o Município é o primeiro local onde as relações de poder ocorrem e que propicia ao pesquisador a visibilidade dos grupos que efetivamente têm influência no controle da esfera política local. Assim, apesar de tratar de estudos de localidades, o conjunto de pesquisas sobre o poder local pode auxiliar na melhor compreensão da sociedade brasileira.

Portanto, sem a pretensão de esgotar o tema e considerando as dificuldades frente ao conceito de “‘neo’-coronelismo”, cuja definição ainda não está consolidada, o objetivo dessa dissertação é analisar a autoridade política exercida por Antônio Lorenzetti Filho sobre o Município de Lençóis Paulista<sup>1</sup> (S.P) no período de 1959 a 2011. Pretende-se verificar se esse domínio pode ser caracterizado como “coronelista” e, em seguida, como “‘neo’-coronelista”.

Embora a pesquisa esteja baseada em obras de diversos autores, seu principal baluarte teórico é o conceito de “coronelismo” exposto por Victor Nunes Leal (1986) em *Coronelismo, enxada e voto*. Nesta obra, Leal aponta os principais traços da vida política no interior do Brasil desde o período colonial até o período republicano. Enfatizando a autonomia dos núcleos privados como também a ausência do poder público, o autor apresenta toda a trajetória do poder político local mostrando, inclusive, as ampliações e restrições da esfera própria do Município, seja através de práticas políticas coronelistas ou nos textos constitucionais. Todavia, no intuito de atingir o objetivo proposto utilizar-se-á principalmente o núcleo do conceito de “coronelismo” definido por Leal (idem, p. 20): “o coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes políticos locais (poder privado).

A escolha de Lençóis Paulista para o estudo de caso deve-se ao fato de que a expansão agroindustrial imprimiu características específicas ao modo como ocorrem as relações políticas na cidade, uma vez esse desenvolvimento econômico significou a aquisição de *status* social e de prestígio político na cidade por parte de algumas famílias de imigrantes ali residentes. E, em decorrência disso, no período de 1959 a 1992 as famílias Zillo, Lorenzetti e Paccola revezaram-se na liderança do Executivo municipal. Somente a partir das eleições do ano de 1992 é que novos nomes despontaram na liderança do Poder Executivo lençoiense. Entretanto, isso não significou uma quebra nas relações com as antigas lideranças, pois, as famílias Zillo e Lorenzetti, por exemplo, continuaram ainda que indiretamente participando de decisões políticas.

Deste modo, o período analisado tem início em 1959, quando reflexos do crescimento econômico local passaram a incidir sobre a composição da classe política lençoiense e a

---

<sup>1</sup>Situada na região centro-oeste do Estado de São Paulo, Região Administrativa de Bauru, a cidade é composta atualmente por 62.065 habitantes (SEADE), dos quais 44.117 são eleitores (TSE).

máquina pública municipal passou a ser utilizada para reafirmar a hegemonia econômica e social das famílias Zillo e Lorenzetti na cidade de Lençóis Paulista. O recorte final é 2008/2011, período marcado pela retomada da participação efetiva da família Lorenzetti na condução da política lençoiense.

### **1.1 Procedimentos de pesquisa**

A pesquisa foi realizada nas seguintes etapas: I) levantamento bibliográfico e análise dos textos referentes à temática do poder político municipal no Brasil; II) levantamento de dados sobre a história do Município de Lençóis Paulista, com ênfase nos aspectos sociais, políticos e econômicos; III) levantamento preliminar de dados a respeito da dinâmica política lençoiense e de seus principais atores, procurando destacar as características que nos permitiram mapear a trajetória da classe política lençoiense em momentos distintos; IV) seleção de Antônio Lorenzetti Filho como caso representativo e realização de uma análise mais detalhada de sua trajetória política.

Os dados relativos à história do Município de Lençóis Paulista e sua dinâmica política foram levantados através de consultas a Biblioteca Municipal e ao Arquivo Público Municipal. Outra possibilidade também foi encontrada na imprensa local. Dados eleitorais foram consultados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para dados relativos aos indicadores econômicos, políticos e sociais mais recentes, consultamos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Estadual de Análises de dados (SEADE) como também os *sites* dos dois maiores grupos empresariais do Município em questão: “Zilor Energia e Alimentos” e “Grupo Lwart”. Realizou-se ainda entrevista com o Sr. Ermenegildo Luiz Coneglian, vereador no Município entre 1977 e 1996.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado em três capítulos. No primeiro capítulo apreende-se e ordenam-se as características do conceito de “coronelismo” apresentado na obra de Victor Nunes Leal (1986). Em seguida delinea-se o contorno da história política de Lençóis Paulista apontando para a transição do poder dos antigos coronéis da Guarda nacional para o “poder dos imigrantes”. Pretende-se assim, verificar se essa transição significou o fim do coronelismo em Lençóis Paulista.

No segundo capítulo, baseando-se nas obras de Abrucio (1998) e Kerbauy (2000), discutem-se as mudanças políticas e institucionais realizadas pelos governos militares e seus

efeitos sobre o poder político tradicional e coronelista. Realizada esta etapa, analisa-se a trajetória de Antônio Lorenzetti, importante líder político lençoiense, frente àquelas mudanças.

O terceiro capítulo contextualiza a ascensão da família Paccola no comando do Executivo lençoiense, buscando compreender o fim do poder político de Antônio Lorenzetti Filho nos moldes coronelistas e analisar seu ressurgimento enquanto “‘neo’ - coronel”.

## **2 CORONELISMO: DEFINIÇÃO E EMPREGO DO CONCEITO NO ESTUDO DE CASO DE LENÇÓIS PAULISTA (S.P)**

O objetivo deste capítulo é verificar a possibilidade da aplicação do conceito de “coronelismo” à investigação das lideranças políticas em Lençóis Paulista (SP). Preliminarmente, considerou-se de interesse apresentar alguns esclarecimentos sobre o conceito de “coronelismo”, de modo que fique clara a acepção em que o toma-se. Embora não se ultrapasse o aspecto descritivo, o esforço empreendido para entender e ordenar as características do conceito em foco justifica-se porque fornecerá subsídios para inferências realizadas nos capítulos seguintes, os quais apresentarão como proposta uma análise sobre Antônio Lorenzetti Filho, o suposto “coronel” da localidade estudada.

### **2.1 Notas sobre o poder local**

No Brasil, a gênese do Município como instituição governamental remonta ao período colonial. Trazidas pelos colonizadores portugueses no século XVI, as Câmaras Municipais tornaram-se durante o período colonial forte instrumento de poder do senhorio fundiário. Assim,

[...] os oficiais da Câmara, especialmente os vereadores, em suas deliberações conjuntas com o juiz, e os funcionários subordinados incumbiam-se, no limite de suas atribuições, de todos os assuntos de ordem local, não importando que fossem de natureza administrativa, policial ou judiciária. (LEAL, 1986, p.61).

Nessas condições, o período que se estende de 1532 a 1822, as Câmaras Municipais brasileiras tornaram-se privativas dos grandes proprietários rurais e mostraram-se bastante ineficientes como unidades de governo, uma vez que não tinham como objetivo atender as necessidades locais e sim promover os interesses dos colonizadores portugueses, voltados exclusivamente para a exportação e para ocupação do interior do país. Dessa forma, as Câmaras Municipais acabaram por demonstrar a ineficiência administrativa e a fraqueza do poder público (freado por aqueles interesses) frente ao poder privado, o qual representava o verdadeiro centro de poder econômico, social e político da colônia.

Essa situação perdurou até o período imperial (1822-1889) quando a nova estrutura política apresentou uma administração bem mais rigorosa que a anterior. Apesar de



estabelecer que cada cidade e vila elegeassem uma Câmara, a Constituição de 1824 “dissipou qualquer ilusão que ainda subsistisse quanto ao futuro alargamento das atribuições das Câmaras”. (LEAL, 1986, p. 74). Sendo estas declaradas “corporações meramente administrativas”. Embora eleitas, foram submetidas a um rígido controle exercido pelos Conselhos Gerais, pelos presidentes da província, seus primeiros administradores, e pelo Governo Geral. Em outros termos, instaurou-se a chamada “doutrina da tutela”, ou seja, um sistema de assistência e fiscalização sobre o Município por parte dos “poderes adultos”.

Adentrando na República (1889), a Constituição de 1891 reconheceu que a autonomia do Município era inerente ao regime republicano. No entanto, esta autonomia foi caracterizada de forma bastante vaga, e, na prática, a organização do poder municipal ficou sob a responsabilidade dos Estados, que passaram a fazê-la de acordo com os seus interesses. Simultaneamente, a Constituição republicana, ao ampliar as prerrogativas estaduais, acentuou a tendência dos diversos grupos políticos a se organizarem regionalmente, possibilitando a formação de fortes núcleos regionais, entre eles: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essa tendência se materializou com o surgimento dos Partidos Republicanos estaduais não deixando espaço para a formação de partidos nacionais. “Porém, o regionalismo extremado não foi a única característica negativa dos partidos republicanos, nem a pior. Eles se transformaram em verdadeiras oligarquias, dominando o poder sem deixar qualquer espaço para outras forças”. (MOTTA, 1999, p. 3).

Com a implantação da “política dos governadores”, o poder das oligarquias estaduais se consolidou, uma vez que os governadores de Estado foram transformados nos principais atores do sistema político, tanto no plano nacional quanto no estadual, de tal maneira que a constituição do poder nacional, por meio das eleições presidenciais, foi colocada sob a dependência de um acordo entre os governadores dos principais Estados da Federação (São Paulo e Minas Gerais). No que se refere aos Estados médios como o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e a Bahia, eles influenciavam o pleito nacional somente à medida que existisse algum desacordo entre São Paulo e Minas Gerais.

Todavia não era apenas isso, os governadores também exerceram influência sobre o Legislativo federal, pois era o Executivo estadual quem determinava os pleitos pelos quais os deputados eram eleitos, de maneira que, “de forma legal ou não, as bancadas no Congresso tornaram-se retratos do poder dos chefes políticos estaduais”. (ABRUCIO, 1998, p. 35). Em suma, a “política dos governadores” consistia no seguinte: o presidente da República apoiava

os governadores estaduais e seus aliados e, em troca, estes garantiam a eleição dos candidatos oficiais para o Congresso. Sendo o poder Legislativo constituído por deputados e senadores ligados ao presidente, eles acabavam atuando em conformidade com o mesmo. Esse compromisso consolidava, simultaneamente, tanto o governo federal quanto o estadual.

Nesse contexto, em cada Estado passou a existir uma oligarquia dominante que, aliando-se ao governo federal, se perpetuava no poder. Concomitantemente, existia também uma oligarquia que, representada pelos políticos paulistas e mineiros, dominava o poder federal. Entretanto, a ascensão dessas lideranças ao poder dava-se através de eleições (ainda que controladas pelos poderosos regionais), ao contrário do que ocorria com o presidente de província durante o Império, o qual para ocupar o cargo dependia simplesmente da nomeação pelo Poder Central. Por isso, na República, era de fundamental importância o controle sobre os eleitores, derivando daí a necessidade do apoio dos chefes políticos locais, os “coronéis”, para manipular e controlar a representação e a participação política dos grupos sociais economicamente mais fracos quer fosse através do “voto de cabresto”; das “atas falsas”; das “eleições de bico de pena” ou pelo uso da violência. Nessas condições, um compromisso nos moldes “coronelistas” foi estabelecido para que os chefes locais prestigiassem a política eleitoral do governo estadual. Enquanto entre as esferas nacional e estadual imperava a “política dos governadores”, na relação entre Estado e Município reinava a “política dos coronéis”.

A configuração desse mecanismo foi apresentada na obra clássica de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (publicada pela primeira vez em 1949) e deu origem a várias produções bibliográficas consagrando o termo no meio acadêmico. Leal caracterizou o coronelismo<sup>2</sup> como um sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público progressivamente fortalecido. Esse fenômeno revelou um sistema representativo de governo apoiado numa estrutura econômica e social arcaica, o latifúndio. Neste, a posse fundiária era fator de liderança na política local, devido ao prestígio conferido ao coronel através da posse de terras. Tal elemento atuou no reduzido

---

<sup>2</sup> A origem do termo “coronel” está relacionada à criação da Guarda Nacional (1831) que durante quase um século manteve uma unidade em cada Município brasileiro e prestou relevantes serviços ao lado do Exército nas guerras de 1851/1852 e de 1864/ 1870 - apesar de ser um eficiente instrumento utilizado pelo governo para cooptar os senhores de terras. Entretanto com passar do tempo a patente de coronel, que até o momento coincidia com um comando de segurança, passou a ser negociada e concedida a quem pudesse pagar por ela deixando, portanto, de exercer sua legítima função. Ademais, o termo se popularizou e o tratamento de “coronel” passou a ser dado a todo e qualquer chefe político.

cenário local tendo o isolamento dos Municípios – “ausência e rarefação do poder público”, segundo Leal (1986, p. 251) – como fator importante em sua formação e manutenção.

O crescimento da influência política dos donos de terras deu-se devido à conexão entre a dependência do eleitorado rural “preso” às grandes propriedades rurais - uma vez que até 1940 a população econômica e socialmente dependente era predominantemente rural (aproximadamente 60%), pobre e na sua maioria analfabeta - e em função da necessidade do governo estadual de obter o voto desse grande contingente rural. Nessas condições, a política se transformou numa negociação entre o chefe local e os governos estadual e federal: o chefe político local dava incondicional apoio aos candidatos da situação nas eleições estaduais e federais e, em troca, recebia “carta-branca” em todos os assuntos relativos ao Município. Esta política fazia com que o coronel personificasse as organizações políticas e monopolizasse as funções econômica, administrativa e policial.

Essa relação de reciprocidade entre caciques políticos locais, que conduziam grupos de eleitores, e os chefes da política dominante no Estado é considerada característica marcante do coronelismo. Através desse vínculo os governos estaduais e os partidos republicanos regionais passaram a dominar a política de seus Estados “de cima a baixo, quer dizer, desde as menores localidades até as capitais, através de um sistema de alianças ligando as elites dos diversos rincões do Estado em torno da mesma organização”. (MOTTA, 1999, p. 3).

Firmado o compromisso “coronelistas”, as oligarquias estaduais se fortaleceram ainda mais, no entanto, o mesmo não sucedeu com os governos municipais, uma vez que o controle que o Executivo Estadual exercia sobre o Município já havia sido em grande parte assegurado pela Constituição de 1891, pois que:

[...] a simples ideia de que os municípios, deixados à sua livre determinação, acabariam nas mãos de oligarquias locais – que se manteriam, em caso de contestação, pelo suborno e pela violência – conduzia muito naturalmente à conclusão de que era preciso dar ao Estado os meios de impedir aquela possibilidade. Porém o que costuma passar despercebido é que o governo estadual, habitualmente, não empregava tais instrumentos contra os amigos; só os utilizava contra os adversários. (LEAL, 1986, p. 102).

Sendo assim, a Constituição de 1891 colocou a instituição municipal sob a responsabilidade dos Estados que, como afirmado acima, passaram a exercer tal competência

com plena liberdade. Neste terreno, restrições foram impostas à autonomia municipal. Estas, representadas de um lado,

[...] pela intromissão do Estado no pleito, por meio de coação, favores, emprego de dinheiros públicos e outros vícios eleitorais, e, de outro, pela interferência da política estadual dominante na composição eletiva dos órgãos municipais, através do reconhecimento ou verificação de poderes. (LEAL, 1986, p. 123/124).

Essas restrições impostas pelos Estados aos seus Municípios redundaram em dependência política e econômica do poder local para com o governador de Estado. E a fraqueza financeira do Município apareceu como fator de contribuição relevante para manter o coronel “preso” à situação governista, esta limitação da autonomia local colocava os governadores e não os coronéis com maior vantagem no cenário político. Logo, estar na oposição não era viável. Era preciso ser governista para realizar qualquer coisa em benefício do Município, pois os “favores de utilidade pública” concedidos na forma de empréstimos; auxílio nas despesas eleitorais; construção de hospitais e escolas; no controle dos cargos públicos, como por exemplo, no que se refere à contratação de médicos, professores, delegados, juízes e funcionários públicos, entre outros, eram de preferência aos Municípios que estavam “nas mãos dos amigos”.

Assim, a falta de autonomia legal do Município era compensada com autonomia extralegal concedida ao partido local que detinha a preferência do governo do Estado. Porém, somente a facção local que possuísse a maioria do eleitorado ganharia a preferência da situação estadual, ou seja, o oficialismo estadual apoiava correntes em posição preponderante nos Municípios. Esta condição instigava contendas entre as facções locais que:

[...] se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo do Estado. Não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não governista; batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar. [...] O maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário. Por isso busca o seu apoio arduamente. (idem, p. 49).

O que conferia prestígio ao coronel não somente fora como também dentro de seu domínio local era a sua capacidade de controlar o maior número de votos. A sua boa relação

com os poderes estaduais ou federais, baseada em números de votos, era condição para concessão de benefícios públicos e resultava na execução das obras mais necessárias ao Município, como por exemplo, estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos e energia elétrica, ao mesmo tempo em que preservava o seu domínio no âmbito local, pois, “nenhum administrador municipal poderia manter sua liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna.” (LEAL, 1986, p. 45). A sustentação da liderança do coronel dava-se ainda em função:

(1) de seu poder de nomeação para cargos públicos que resultava em um inadequado corpo burocrático em que imperava troca de favores entre o coronel e seus agregados políticos, permitindo o surgimento do chamado “filhotismo” expresso num regime de favores aos amigos e de perseguição aos adversários. Por meio de seus afilhados, a máquina municipal ficava sob o mando do coronel que a utilizava como bem entendia;

(2) do apoio do poder de polícia estadual como recurso estratégico para a perseguição de seus opositores políticos, o que deu ensejo ao fenômeno do “mandonismo”;

(3) do poder de administração do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal utilizados nas batalhas eleitorais visando objetivos pessoais e ocasionando, juntamente com o “filhotismo”, a “desorganização dos serviços públicos locais”.

Por outro lado, a ausência do poder público também pode ser apontada como fator de liderança política local. Isto porque para a parcela predominantemente rural da população brasileira, sem direitos civis, sem direitos políticos efetivos e sem consciência destes, o voto era indiferente de forma que, em toda e qualquer circunstância, logo era melhor estar sob a proteção do coronel, o único que a socorria em seus “momentos de abertura”. Conforme constatou Leal (idem, p. 25):

[...] o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência de seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica e rural.

De tal modo, a ação política do coronel se desenvolveu ao lado da dependência dessa massa trabalhadora e perante a ausência do poder público. Este incapaz de exercer controle efetivo sobre o país devido a sua organização agrária que impedia o contato direto dos partidos políticos com a população, acabava necessitando do coronel como intermediário. Colocando-o em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções as quais deveriam ser cumpridas pelo Estado em relação aos seus dependentes.

Contudo o poder público constituía o elemento mais poderoso dessa relação. Era ele quem concedia benefícios em troca de votos ou quaisquer outros tipos de apoio que necessitasse a sua clientela, ou seja, ao coronel que, para manter sua liderança, teve que se adaptar às circunstâncias articulando-se de forma cada vez mais dependente do poder público, ao contrário do antigo e exorbitante poder privado predominante no período colonial. Apesar disso, o fortalecimento do poder público não era acompanhado pelo enfraquecimento do “poder privado residual” dos coronéis. Ao contrário, fornecia instrumentos para a consolidação do sistema “garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancial na barganha que o configura”. (LEAL, 1986, p. 255).

É interessante destacar que ao conceituar o fenômeno do “coronelismo”, Victor Nunes Leal cuidou de apresentar seus “aspectos essenciais”. Isso porque, de acordo com o mesmo, não se trata de um fenômeno de simples explicação. Ao contrário, o “coronelismo”, além de envolver um complexo de características da política municipal, possui “peculiaridades locais” e variações no tempo. Assim, uma análise satisfatória do fenômeno somente será obtida se fundamentada em minuciosos exames regionais. (idem, p. 19/20). Contudo, o autor adverte que o núcleo do conceito é um só e este é válido para todo o interior do país:

O “coronelismo” “[...] *é sobretudo um compromisso*, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. (idem, p. 20, grifo nosso). Neste contexto, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais são apontados pelo autor como características secundárias do sistema coronelista, resultantes desse compromisso fundamental.

Por fim, cabe observar que Leal (idem, p. 257) acreditava na “decomposição do coronelismo”. Entretanto, afirmava que esta só seria completa “quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária”. Aqui, faz-se importante ressaltar que a

estrutura agrária é entendida como a base social, econômica e política do "coronelismo". Social porque era no meio rural que se concretizava a relação entre o chefe político local e o trabalhador rural, ou seja, o eleitor, ligação que se dava ou por meio da dominação ou da dependência pessoal e fidelidade do segundo para com o primeiro.

Em termos políticos, essa base era efetivada através da organização do processo eleitoral nos Municípios pelo grande proprietário que a realizava, muitas das vezes, mediante o emprego de diferentes formas de manipulação e de violência. Por outro lado, é base econômica porque se assenta em uma economia de exportação baseada no latifúndio monocultor e constitui-se por núcleos regionais com escassas relações mercantis entre si. Isto significa que a produção mercantil generalizada, ou seja, a condição essencial para o desenvolvimento capitalista, grosso modo, não se realizava pelo intercâmbio entre produtores nacionais, mas entre estes e compradores estrangeiros.

Por isso, a decomposição do “coronelismo”, aventada por Leal, somente seria possível através do amplo desenvolvimento da indústria no país. Enquanto a economia brasileira se caracterizasse, utilizando os termos do próprio autor, por um “industrialismo precário” e por um “agrarismo retrógrado”, as consequências seriam as seguintes:

[...] o mercado interno não se amplia, porque a vida encarece e a população rural continua incapaz de consumir; não dispondo de mercado, a indústria não prospera, nem eleva seus padrões técnicos e tem de apelar, continuamente, para a proteção oficial; finalmente, a agricultura, incapaz de se estabilizar em alto nível dentro do velho arcabouço, prossegue irremediavelmente no caminho da degradação. Fecha-se, assim, o círculo vicioso: no plano econômico, agricultura rotineira e decadente, indústria atrasada e onerosa, uma e outra empobrecendo sistematicamente o país; no plano político, sobrevivência do “coronelismo”, que falseia a representação política e desacredita o regime democrático, permitindo e estimulando o emprego da força pelo governo ou contra o governo. (LEAL, 1986, p. 258).

Em síntese, Victor Nunes caracteriza o “coronelismo” como um sistema nacional de poder desenvolvido a partir do Município, isto é, “[...] o coronel municipal apoiava o coronel estadual que apoiava o coronel nacional, também chamado de presidente da República, que apoiava o coronel estadual, que apoiava o coronel municipal”. (CARVALHO, 2001, p. 2). Esse sistema está inserido numa sociedade predominantemente rural e pré-capitalista na qual o poder privado se fortalece em consequência do isolamento, do atraso econômico e da falta de comunicação dos Municípios interioranos com os centros mais desenvolvidos. Portanto, na

visão do autor, o “coronelismo” é um fenômeno típico da Primeira República (1889 - 1930), que seria dissolvido quando “[...] o país se industrializasse e urbanizasse, as eleições se moralizassem, o cidadão se emancipasse”. (CARVALHO, 2001, p. 4).

Este último ponto é importante para a compreensão de como evoluíram os estudos sobre poder local no Brasil, pois, embora Leal (1986) limite o sistema coronelista ao contexto da Primeira República, o conceito de “coronelismo”, conforme veremos no terceiro capítulo, continua sendo referência em diferentes campos de pesquisa mesmo após o processo de redemocratização do Brasil, cristalizado na Constituição de 1988, que, entre outras medidas, concedeu aos Municípios brasileiros maior autonomia política e financeira, além de ampliar as formas de participação da sociedade civil no processo público decisório municipal, seja através do Orçamento Participativo (OP), dos Conselhos Municipais de Políticas ou por meio do Plano Diretor. (CARVALHO, 2001; TATAGIBA, 2000).

Esclarecido o conceito orientador desta pesquisa, o próximo passo será analisar a possibilidade de aplicação do mesmo à atuação das lideranças políticas em Lençóis Paulista (S.P) no período posterior a 1930.

## **2.2 Lençóis Paulista: política e história**

Após examinar, no tópico anterior, algumas das características que marcam a trajetória política do Município brasileiro, é necessário introduzir algumas dessas particularidades na análise do poder político em Lençóis Paulista (S.P). Para fazer frente a essa tarefa, tomam-se por base as proposições de Victor Nunes Leal (1986).

Situada na região centro-oeste do Estado de São Paulo, distante 300 km da capital, Lençóis Paulista<sup>3</sup>, até meados do século XIX, não se configurava como Município. Assim como boa parte das localidades a oeste do interior do Estado de São Paulo, Lençóis era reconhecida apenas como “Boca do Sertão” – “último reduto do povoamento do homem branco e ponto de apoio das expedições que demandavam o vasto sertão representado pela porção ocidental do território paulista em meados do século XIX”. (FERNANDES, p. 1, 2003).

---

<sup>3</sup> O município recebeu três nomes: 1) Bairro dos Lençóis, nome atribuído pelos primeiros povoadores no século XIX; 2) A Lei nº 14334 de 30/11/1944 mudou seu nome para Ubirama. Segundo esta, não poderia haver duas cidades homônimas no Brasil. No estado da Bahia também existia uma cidade com o nome Lençóis, porém, por ser a mais antiga, não sofreu alterações; 3) Em 24/12/1948, a Lei nº 233 denominou-lhe Lençóis Paulista. Portanto, ao longo do texto, utilizar-se-á Lençóis e Lençóis Paulista, como também os gentílicos lençoense e lençoense, de acordo com as referidas datas.



Acompanhando a ordem de evolução das cidades no Brasil (Bairro, Freguesia, Vila e Comarca)<sup>4</sup>, Lençóis Paulista constituiu-se, primeiramente, como “Bairro dos Lençóis” e foi elevada à Freguesia, em 28 de abril de 1858, pela lei da Província de São Paulo, ficando subordinada à Vila de Botucatu. Criada a Freguesia, a partir de uma doação de terras feita por alguns fazendeiros, orientados pelo Coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, constituiu-se o “Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade dos Lençóis”, dando início à formação de um pequeno núcleo urbano. E conduzindo a elevação da Freguesia à categoria de Vila em abril de 1865.

É importante ressaltar que o interesse dos coronéis na organização de núcleos urbanos resultava de suas diversas funções. Estes ao se constituírem como centros comerciais; polos de relações e comunicação ou local de concentração industrial, entre outras, representavam um elemento fundamental de organização do meio rural circundante e sede do poder. Apreendendo essas características, os chefes políticos locais procuravam desenvolver núcleos urbanos na região sob seu domínio. Tais núcleos, ao mesmo tempo em que se configuravam como centros aglutinadores de atividades econômicas, políticas e sociais, permaneciam sob a dependência dos chefes locais. Neste sentido, Queiroz (1976, p. 201) fornece uma explicação clara sobre a ação dos coronéis na constituição de núcleos urbanos:

Por toda parte, no país, a fundação de vilas correspondeu à necessidade de implantar um mínimo de disciplina em áreas outrora desertas, estendendo até elas os elementos da administração indispensáveis ao entrosamento com a sociedade global. Na vila se localizavam as Câmaras Municipais e outras instituições de governo, concentrando-se ali a autoridade sobre a redondeza, e passando a constituir, por isso, o núcleo de luta de parentelas.

Lençóis não fugiu desse padrão. A partir de 12 de julho de 1866, data de instalação da primeira Câmara municipal, até 1889 destacaram-se na ocupação de cargos municipais membros de famílias influentes no cenário econômico e político local. Entre estes, Antônio Damasceno e Souza; Coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima; Major Antônio Fiúza do

---

<sup>4</sup> O bairro era o primeiro estágio, definido como um território que abrangia moradores esparsos, às vezes com sua capelinha e cemitério. Freguesia supunha um número de habitações compactas e uma igreja provida de sacerdote, geralmente coadjutor do vigário da paróquia. A Vila era um estágio de centro urbano com autonomia administrativa, câmara municipal e paróquia. A Comarca era o ponto alto da organização administrativa, em que a Vila ganhava unidade da Justiça, que abrangia sempre várias cidades. (FERNANDES, 2008, p. 30).

Amaral, todos eles agentes da instalação do núcleo urbano. É importante observar que estas famílias integravam ainda outras esferas de poder. O Coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, por exemplo, além de influente político era também o fabriqueiro<sup>5</sup> da paróquia e membro da Guarda Nacional.

Nesse mesmo período, acentuou-se o controle da política local por alianças estabelecidas através de laços de parentesco e relações de apadrinhamento, ao mesmo tempo em que funções oficiais passaram a ser utilizadas por esses grupos conforme seus propósitos e preceitos, muitas das vezes como instrumento para lesar seus opositores políticos. Os latifundiários em questão, muitos deles coronéis, conduziram a política lençoense dando início a um ciclo político que transcorreu a história de Lençóis desde sua elevação à Freguesia (1858) até a proclamação da República. Após 1889 os coronéis seguiram influentes na política local, entretanto tiveram suas forças atenuadas por um novo ator político, o imigrante. A respeito desse período cabem algumas observações.

Por essa época, em virtude da abolição da escravatura, o governo federal havia criado programas de colonização a fim de atrair imigrantes para o Brasil. Entre as medidas adotadas, a chamada “grande naturalização” refletiu intensamente na organização política, social e econômica de Lençóis. No plano político, por efeito dos dispositivos migratórios do Estado, os estrangeiros ganharam, além dos direitos eleitorais, representatividade política no Município logo no início de 1890 quando, através de um decreto do governo estadual, datado de 2 de janeiro de 1890, a Câmara municipal foi dissolvida e nomeado um novo Conselho de Intendência para administrar o Município.

Esse Conselho foi composto por Miguel Rodrigues Augusto de Almeida; Coronel Manoel Amâncio de Oliveira Lima Machado; João Antônio Damasceno e Souza; João Baptista Alves Mourão. E para presidente do Conselho de Intendência (cargo que antecede a figura do prefeito, a qual aparecerá no Brasil somente em 1940) foi nomeado o Padre Dom José Magnani, um imigrante italiano. Entretanto, a montagem da nova estrutura política lençoense não ocorreu sem turbulências e conflitos, porque, ao assumir o cargo, Magnani providenciou a substituição de livros e talões de recibos, além da cobrança de dívidas e

---

<sup>5</sup> Membro do conselho paroquial, encarregado de recolher os rendimentos da igreja, administrar e zelar pela conservação de seu patrimônio.

impostos atrasados gerando descontentamento até mesmo entre os membros da própria Câmara, pois se as dívidas não fossem quitadas rapidamente seriam levadas à justiça.

Decorrente deste fato e somando-se a ele a acusação segundo a qual o Intendente José Magnani não acatava as leis municipais - “mandava abrir ruas, praças, logradouros e cedia terreno do Patrimônio para quem bem quisesse” (CHITTO, 2008, p.425) –, o Padre passou a ser vítima de perseguições. “Devido ao seu gênio de não acatar opiniões de quem quer que fosse suas atitudes foram encontrando resistência, criando um ambiente desfavorável à sua pessoa, principalmente por parte de certos indivíduos que se diziam donos da situação política”. (CHITTO, 1980, p.104). As divergências entre Dom José Magnani e as autoridades locais (os coronéis) se agravaram e, em 30 de setembro de 1890, ele foi exonerado do cargo e substituído pelo Coronel Manoel Amâncio de Oliveira Lima Machado.

Esse episódio, envolvendo a exoneração do primeiro Intendente, tornou-se um entre os vários acontecimentos que marcaram a acirrada disputa na esfera política lençoense. A essência dessas contendas consistia basicamente na conquista dos principais postos de liderança política no Município. Essa obtenção, de acordo com Carone (1985, p. 262/263), representava:

[...] a sedimentação de poder dos grupos coronelísticos, poder que começa a se estruturar a partir de outras bases iniciais, como aquelas que se assentam no prestígio pessoal e familiar do coronel e nos mecanismos de controle político anteriores à República e se aguçam e se ampliam a partir de então. Estes aspectos permanecem, mais ou menos distintamente, conforme o Estado e a região e de acordo com o desenvolvimento e as relações políticas existentes no momento. Mas o comum, no sertão – onde as relações dominantes pertencem a grupos familiares –, é a luta pelo predomínio do grupo, que pode chegar à luta armada.

Com o afastamento do Padre Dom José Magnani do cargo, pensava-se que as divergências entre este e os políticos iriam terminar, mas não foi o que aconteceu. Mesmo tendo o Padre junto com outros militantes do Partido Republicano Paulista como os coronéis Manoel Amâncio de Oliveira Lima Machado e Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, entre outros senhores, fundado, em 1888, uma biblioteca pública – o Gabinete de Leitura. Somente, em 02 de abril de 1889, para alojar a biblioteca, é que foi registrada, no cartório do Tabelião da Vila de Lençóis, a compra de uma casa na importância de 800 mil réis. A escritura deixava

claro que “serão legítimos donos da casa, todos aqueles que concorrerem para a realização de sua compra”. (CHITTO, 2008, p. 313). Para administrar o Gabinete foi eleita uma diretoria que ficou composta por:

- Presidente: Padre Dom José Magnani;
- Vice-Presidente: Coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima;
- 1º Secretário: Arthur Martins de Carvalho;
- 1º Tesoureiro: Guilherme Ribas Júnior;
- 2º Tesoureiro: Juvenal Sabino;
- Tesoureiro Geral: Coronel Manoel Amâncio de Oliveira Lima Machado;
- Bibliotecário: Bartholomeu De Conti.

Contudo as divergências já começaram em 1889, pois o presidente do Gabinete solicitou ao Diretor de Instrução Pública da Província de São Paulo a criação de uma escola primária para adultos que foi instalada em uma sala no prédio do Gabinete. No mesmo prédio, o Padre instalou ainda a Sociedade Tipográfica de Lençóis, fundando então o primeiro jornal da cidade, o *Fiat Lux*.

E, no ano de 1891, Magnani aspirou alojar no Gabinete um partido político – o Partido Católico. Todavia encontrou forte resistência por parte da diretoria e dos sócios da instituição. Esse fato fez com que o padre se retirasse da presidência do Gabinete, mas continuou frequentando o local e, além disso, manteve, em suas mãos, uma poderosa arma contra os seus adversários políticos: o jornal *Fiat Lux*.

Foi por estas e outras intrigas que no dia 31 de março de 1899, quando voltava da Igreja, Magnani “foi abordado por um homem chamado Lazinho que, à queima roupa, disparou sua arma de fogo. [...] O sacerdote não veio a falecer, mas ficou meses recolhido ao leito”. Restabelecido Dom José Magnani continuou “[...] liderando na política com grande número de elementos a seu favor e, diante dessa circunstância, influenciou sempre na vida religiosa e política. Era querido por muitos e abominado por outros”. (idem, p. 204/212).

O atentado contra Magnani ilustra bem a manifestação do mandonismo, anunciada na perseguição do inimigo pelo mandatário, na Vila de Lençóis no final do século XIX. Neste período os conflitos entre grupos políticos rivais eram comuns e, em todos os níveis da

sociedade, a violência ainda se constituía uma forma “normal” de lidar com determinadas situações:

[...] o ‘ajuste violento’ constituía realmente uma das ‘modalidades tradicionais de agir’, caracterizando de alto a baixo a sociedade brasileira anterior ao período plenamente coronelístico (1889-1930), durante este, e se prolongando em seguida até os nossos dias. A naturalidade com que sempre se recorreu ao ‘ajuste violento’ para com o inimigo mostra como ele foi realmente habitual na sociedade brasileira. (QUEIROZ, 1976, p. 189).

Após essa breve ruptura do poder tradicional dos Oliveira Lima, representada pela nomeação de Magnani à presidência do Conselho de Intendência, a família reconquistou a liderança política local e seus interesses políticos foram sedimentados através da descendência familiar nos postos de mando. Isso ocorreu por meio do casamento da filha de Joaquim Gabriel de Oliveira Lima (1812/1897) com o Coronel Mamede Feliciano de Oliveira Rocha. Esta união deu origem aos descendentes: Virgílio de Oliveira Rocha; Elias de Oliveira Rocha e Gabriel de Oliveira Rocha, que dominaram a política lençoense durante grande parte da Primeira República<sup>6</sup> (1889-1930).

### 2.3 Desestruturação do sistema coronelista?

A década de 1920 reservou acontecimentos que mudaram o cenário econômico e social do Brasil. O café, principal produto de exportação, em virtude dos reflexos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), começou a apresentar o esgotamento de seu potencial econômico, processo acentuado em 1929 com o *crash* da Bolsa de Nova York. No aspecto social, a classe média urbana e o operariado cresceram e reivindicavam maiores direitos, descobrindo na chamada “política do café com leite” uma barreira aos seus anseios. Na questão política, a jovem oficialidade do exército, representante da classe média, assumiu o papel de força política organizada em oposição ao conservadorismo da República Oligárquica - “Indignados com os vícios da República, os oficiais militares de baixa patente acreditavam na necessidade de moralizar as práticas políticas do país, e se viam como a única força capaz

---

<sup>6</sup> O coronel Virgílio Rocha foi Intendente no Município durante o período de 1906 a 1907; 1908 a 1911; e 1915, ano em que faleceu. Após sua morte, o irmão, Dr. Elias Rocha, assumiu o poder entre 1915 e 1917. Anos mais tarde o Dr. Elias Rocha retornou ao poder e governou de 1930 a 1932. No que se refere a Gabriel de Oliveira Rocha, este foi Deputado Estadual por dois mandatos. E é reconhecido como o primeiro lençoense a ocupar uma cadeira no Legislativo Paulista.

de salvar o Brasil dos políticos ‘carcomidos’”. (MOTTA, 1999, p. 60). Entretanto, os chamados “tenentes” não encontraram condições para chegar ao controle do poder e as mudanças por eles empreendidas não atingiram as estruturas do conservadorismo e do mandonismo coronelista.

A luta contra as instituições oligárquicas somente adquiriu impulso em 1930, quando “a insistência de São Paulo em apresentar candidato próprio, a despeito de ser “a vez” de Minas, gerou uma rearticulação regional que desintegrou o antigo pacto hegemônico.” (ABRUCIO, 1998, p. 41). A própria elite republicana se cindiu e a ala dissidente associou-se aos “tenentes” para promover a queda do regime oligárquico estabelecido desde os primeiros anos da República e consagrado na Constituição liberal de 1891.

Todavia, não há consenso entre os pesquisadores em torno da hipótese de que as transformações provenientes da Revolução de 1930 atingiram o núcleo do comando dos chefes municipais, abrindo espaço para a ascensão de novos atores hegemônicos na cena política. Esse é um tema polêmico na literatura política brasileira e, de forma bastante esquemática, indica duas linhas de interpretação.

Na primeira estão os autores que postulam a decadência do coronelismo pós 1930 devido às modificações ocorridas na sociedade brasileira ligadas, de um lado, ao processo de industrialização e urbanização e, de outro, às reformas administrativas e políticas empreendidas pelo Poder Central. Nessa fase, novos grupos sociais ligados à industrialização, já em curso desde o início do século XX, assumiram majoritariamente o Estado com a Revolução de 1930, o que viria a significar a perda da exclusividade na dominação política por parte da oligarquia agroexportadora. (Leal, 1986 [1949] e Carvalho, 1998).

Em outra perspectiva estão as obras que defendem a tese de continuidade do poder coronelista, apesar das transformações ocorridas no período. Isso porque após a Revolução de 1930 o Poder Central gradativamente se afirmou, promovendo mudanças decisivas sem, contudo permitir uma ruptura radical com os antigos padrões de dominação. A preservação do sistema de propriedade de terra e das relações de trabalho no campo mantiveram inalteradas as bases de poder dos latifundiários. Em outros termos, “[...] a realidade ‘coronelista’, fortalecedora do Executivo estadual frente aos chefes políticos locais, permaneceu em boa parte do país na Segunda República, dada a continuidade da estrutura agrária arcaica em diversas regiões”. (ABRUCIO, 1998, p.54).

Como bem observou Fernandes (1975, p. 311), a crise da oligarquia cafeeira se desenrolou no Brasil “[...] como uma recomposição das estruturas econômicas e políticas herdadas do passado, pela qual os estratos de origem oligárquica, antiga e recente, foram reabsorvidos pela organização da sociedade de classes em constituição e expansão”. Isso significa que as relações existentes no seio das oligarquias foram redefinidas sem que a implantação de um Estado centralizado significasse a marginalização dos interesses econômicos dominantes na Primeira República. Ao contrário, foram estabelecidos novos canais de acesso e influência visando à articulação de todos os interesses, das “velhas” ou “novas classes”, com o Poder Central. Nesse processo sobreveio uma diminuição da influência de uma fração da oligarquia, mas não a perda de sua hegemonia enquanto classe social.

Neste mesmo sentido há que se considerar ainda o acúmulo de funções por parte dos mais “importantes” cafeicultores. No Estado de São Paulo, por exemplo, estes, além de fazendeiros eram, ao mesmo tempo, comerciantes, banqueiros, industriais e exportadores. Portanto, nesta região já havia se estabelecido atividades econômicas alternativas à cafeicultura criando condições que lhe permitiram sobreviver à crise de 1929, entre outras. Por outro lado, os interesses econômicos da burguesia industrial, enquanto grupo social, não se constituíam em oposição aos do grupo cafeeiro. Na realidade, esses interesses eram, em grande parte, representados, e por vezes confundidos, com aqueles dos cafeicultores.

Sintetizadas as linhas de interpretação a respeito do suposto declínio do poder econômico e político dos coronéis, é necessário assinalar que a posição adotada nesta pesquisa se refere à segunda linha de interpretação. Ou seja, parte-se do pressuposto de que as mudanças anteriormente citadas não foram suficientes para suplantarem as relações coronelistas de poder no Município de Lençóis Paulista. Essa posição é adotada porque em Lençóis Paulista, ao que tudo indica, os “coronéis” sobreviveram à Revolução de 1930. Isto é, mantiveram não só parte expressiva de seu poderio como também lograram manter ativo o mecanismo em que ele se assentava, como se pode verificar pela evidência da manutenção no comando do Executivo municipal, ainda em 1932, da influente família Oliveira Rocha, representada pelo Dr. Elias de Oliveira Rocha (PRP).

Entretanto, é verídico que os obstáculos colocados pela oligarquia agrária tradicional à participação de novos atores na esfera política lençoense, durante toda a Primeira República, começaram a se desfazer, ainda que lentamente, a partir de 1930, sobretudo em virtude da

crecente mobilidade econômica e social de famílias de imigrantes. Todavia, somente a partir de 1936 é que o quadro político sofreria modificações. O cargo de prefeito municipal, que até aquele momento pertenceu exclusivamente aos membros de famílias tradicionais, passou a ser ocupado pelos descendentes de imigrantes, Bruno Brega (1936-1938) e Jácomo Nicolau Paccola (1937), os quais mesclavam a condição de comerciantes e proprietários rurais, além de adeptos do Partido Republicano Paulista (até a sua extinção em dezembro de 1937). Contudo, há que se considerar o fato de que o “coronel” retornaria à cena política lençoense, e nela permaneceria durante o ano de 1940, dessa vez representado por Joaquim Anselmo Martins (PSD).

Os anos vindouros serão marcados pelo retorno de descendentes de imigrantes no comando do executivo lençoense - entre 1941 e 1960, nove atores políticos passarão pela prefeitura, deste total, cinco pertencerão a famílias imigrantes. Contudo resta uma questão a ser respondida: esse retorno significou a superação do sistema coronelista em Lençóis Paulista?

### **2.3.1 A economia local e o processo de ascensão de novas categorias sociais**

Antes de retornar à questão propriamente política e responder à questão acima levantada, é necessário compreender como se deu a ascensão econômica dos imigrantes e seus descendentes no Município de Lençóis Paulista. Pois que a mobilidade econômica constituiu um mecanismo importante de credenciamento daqueles para a participação na política lençoense.

Por volta de 1860, a economia de Lençóis baseava-se na produção agrícola (milho e algodão) e na pecuária de pequeno porte. “A primeira indicação de café aparece numa escritura de venda de terras, realizada em 17 de março de 1866” (FERNANDES, 2003, p. 22), porém, a produção não era de grande vulto uma vez que era o Vale do Paraíba quem liderava a produção cafeeira de São Paulo e do Brasil.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram fundamentais para o crescimento econômico de Lençóis Paulista. A década de 1880 marcou a entrada definitiva da agricultura cafeeira em Lençóis. Segundo pesquisa realizada por Fernandes (2003) no Primeiro Cartório de Notas de Lençóis Paulista, no Livro de Contratos de Locação de Serviços (1880-1889) consta que, em 18 de maio de 1885, foi firmado um



contrato de parceria entre (os coronéis) Joaquim de Oliveira Lima e o locatário Manoel Amâncio de Oliveira Lima Machado, sugerindo a plantação do primeiro grande cafezal calculado em 50.000 pés.

Com a abolição da escravatura e a conseqüente incorporação de imigrantes à população lençoense a cultura cafeeira adquiriu impulso<sup>7</sup>. De início, os estrangeiros trabalhavam em lavouras constituídas pelos primeiros povoadores, anos depois, na medida em que acumularam economias, compraram suas próprias terras. Silva (2007, p. 29) afirma que no ano de 1905 eram registradas no Município de Lençóis 675 propriedades agrícolas, destas, 526 pertenciam a proprietários brasileiros e 149 propriedades estavam em posse de estrangeiros sendo que, deste total, 108 eram italianos; 11 portugueses e 30 de outras nacionalidades.

Em 1920, Lençóis contava com aproximadamente 607 propriedades, 313 (51%) pertencentes a brasileiros e 294 (48%) em mãos de imigrantes. Isso significa que havia um relativo equilíbrio, ainda que as propriedades em posse dos estrangeiros fossem menores apresentando, em média, 30,5 alqueires, versus 80,3 alqueires dos brasileiros. Nesta data, a população imigrante em Lençóis correspondia a 4.008 habitantes, representando 19,7% da população total (20.294 habitantes). Isto significa que 7,3% dos imigrantes eram proprietários rurais, um índice bastante elevado se considerarmos que entre os brasileiros residentes no Município o número de proprietários correspondia a 1,9%. (CAMARGO, 1952 apud SILVA, 2007, p. 29-30).

A década de 1920 é considerada o limite temporal para efeito de comparação segura entre proprietários brasileiros e imigrantes em Lençóis. As datas posteriores das quais se dispõe de dados podem conter resultados enviesados, uma vez que, de acordo com Silva (2007, p. 30), a partir daquela década “ocorre um “abrasileiramento” dos imigrantes com a morte das gerações mais velhas e a divisão das terras entre os filhos já nascidos no Brasil”. Apesar dessa ressalva, os dados disponíveis mostram que o relativo equilíbrio persistia em 1934 (nesses dados ainda está incluído o Município de Macatuba, desmembrado em 1924).

Em 1934 aproximadamente 55% dos proprietários são brasileiros e 45% são considerados imigrantes. O número total de propriedades registradas equivale a 917. Deste

---

<sup>7</sup> Fernandes (2003) alerta para a importância da ferrovia recebida por São Carlos (1884); Araraquara (1885); Jaú (1887) e Botucatu (1889) e sua contribuição para a expansão da cafeicultura, inclusive em Lençóis Paulista.

total, 417 pertencem a estrangeiros (245 italianos, 34 portugueses e 138 de outras nacionalidades). Sendo o tamanho médio das propriedades de 67 alqueires no caso dos brasileiros e 29 alqueires para os estrangeiros. Finalmente, na década de 1940, 441 brasileiros (66%) possuem propriedades agrícolas, com um tamanho médio de 43 alqueires, enquanto 228 estrangeiros (34%) têm uma propriedade com tamanho médio de 34 alqueires. Entre eles, 136 italianos, 20 portugueses e 72 “outros”.

### **Evolução da propriedade segundo a nacionalidade dos proprietários em Lençóis Paulista**

Anos	1905	1920	1934	1940
Proprietários: brasileiros	77,9	51,6	54,5	66
(%) estrangeiros	22,1	48,4	45,5	34
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CAMARGO, 1952 apud SILVA, 2007, p. 1

Conforme mostram os números, em quinze anos (1905 a 1920) a quantidade de propriedades rurais em poder de imigrantes mais que dobrou, significando que a propriedade da terra em Lençóis deixava de ser o monopólio dos coronéis. Concomitantemente, indicava que transformações na estrutura social lençoense estavam em curso. Isso acarretaria um novo perfil de estratificação social e, dentro de algumas décadas, novas relações de poder no Município.

Retornando às propriedades rurais, na última década do século XIX e nas duas primeiras do século XX, aquelas se destacaram no cultivo do café. No final da década de 1920, por questões climáticas e, sobretudo, devido à crise de 1929, o cultivo do café no Município foi substituído gradativamente pelo de cana-de-açúcar, usada principalmente na produção de aguardente (a produção artesanal de aguardente em Lençóis Paulista remete a 1860, no entanto, segundo Chitto (2008), esta somente adquiriu impulso com a entrada de imigrantes). Nessa época, a técnica de fabricação de aguardente era bastante rudimentar. As engenhocas eram formadas:

[...] por três cilindros de madeira que giravam uns sobre os outros e inicialmente movidos à tração animal.

Depois surgiram acionadas a água que caía num roldão de madeira e este esmagava a cana, resultando assim a garapa.

A cana era transportada ao local da moagem em carro de boi; o bagaço aproveitado como esterco e a garapa, saindo em bica, ficava em grandes coxos, que após a fermentação era lançada em alambiques (caldeiras).

Com o calor a garapa transforma-se em vapor que ia passando por uma serpentina dentro da água; tornando-se novamente líquida: aguardente pronta

para o consumo. Nas engenhocas fabricava-se também o açúcar num processo bem primitivo. (CHITTO, 2008, p. 269/270).

Anos mais tarde, os pequenos engenhos de madeira foram substituídos por engenhos de ferro. Posteriormente, estes também desapareceriam, “cedendo espaço” à usina, uma vez que, com o advento da Segunda Guerra Mundial, teve-se um estímulo ainda maior à cultura de cana-de-açúcar em todo o Estado de São Paulo. Em 1946, quando o Instituto do Açúcar e do Alcool distribuiu licenças para a montagem de novas usinas, da organização das famílias Zillo e Lorenzetti (imigrantes italianos), nasceu um dos maiores grupos empresariais do Município de Lençóis Paulista: a Usina Barra Grande e a Usina São José<sup>8</sup>, atualmente “Zilor Energia e Alimentos”. Com a abertura das usinas de açúcar e álcool (inicialmente apenas de açúcar), as fábricas de aguardente, que em 1945 totalizavam 52 unidades, foram reduzidas apenas para 5.

Como nota histórica, cabe lembrar que a ascensão econômica da família Zillo teve início com a instalação de uma loja de secos e molhados. Algum tempo depois, uma bomba de gasolina foi anexada à loja. Em 1919, essa atividade econômica foi complementada com uma agência revendedora de veículos da Ford, “Associação Luiz Paccola e José Zillo”. A família foi ainda uma das fundadoras da indústria de óleo de amendoim e algodão, nas cidades de Marília e Tupã, e da indústria Têxtil-Lorenzetti, mais tarde Omi-Zillo Lorenzetti (1973), situada em Lençóis Paulista. Atualmente, as famílias Zillo e Lorenzetti possuem três unidades industriais localizadas nos seguintes Municípios paulistas: Lençóis Paulista, Macatuba e Quatá.

Esse processo de expansão industrial iniciado em Lençóis Paulista, com a implantação das Usinas Barra Grande e São José entre 1945 e 1946, provocou transformações significativas em Lençóis Paulista, tanto no plano econômico quanto no plano político e social uma vez que essa expansão significou, sobretudo, a obtenção de *status* social e de prestígio político na cidade por parte de algumas famílias de estrangeiros ali residentes. Este fato aponta para um fator peculiar na história política de Lençóis Paulista: o revezamento<sup>9</sup> quase

---

<sup>8</sup> Inaugurada em 1945, a unidade São José está localizada no município de Macatuba S.P, porém absorve grande parte da mão-de-obra lençoense.

<sup>9</sup> Eleições 1959: Antônio Lorenzetti; 1963: Paulo Zillo; 1968: Antônio Lorenzetti; 1976: Ézio Paccola; 1982: Ideval Paccola; 1988: Ézio Paccola.

que constante de famílias de imigrantes na liderança do Poder Executivo local durante o período que vai de 1959 até o ano de 1992.

Contudo, não cabe no escopo dessa pesquisa uma explanação minuciosa a respeito da ascensão econômica, social e política de todas as famílias de imigrantes. O objetivo é analisar a trajetória política de Antônio Lorenzetti Filho no intuito de testar a validade do conceito de coronelismo em Lençóis Paulista, após a cidade ter passado por uma fase de expansão industrial e entrado num período de ampliação do número de descendentes de imigrantes nos postos políticos locais. Neste sentido, Lorenzetti é o caso mais expressivo - um descendente “ideal” de imigrantes - porque se tornou líder político no Município ao passar da condição de filho de imigrantes italianos, que chegaram ao Brasil em 1896 para trabalhar como colonos em fazendas de café, à categoria de industrial emergente.

A primeira participação de Antônio Lorenzetti Filho na política lençoiense ocorreu em 1959, quando foi candidato único pela União Democrática Nacional (UDN). No período imediatamente anterior às eleições municipais daquele ano, o espírito empreendedor do empresário foi, para efeito de propaganda eleitoral, associado a sua suposta capacidade de bem administrar o Município. E, em consequência, um acordo firmado entre a classe política lençoiense determinou que Antônio Lorenzetti Filho fosse candidato único ao Executivo municipal:

Tendo sido eu membro do diretório local do PSP e por ver no candidato da oposição, isto é, da coligação, um homem honesto e capacitado a bem conduzir os nossos destinos – propus na convenção do partido, que não se apresentasse candidato próprio a Prefeito, proposição essa que saiu vitoriosa, e não poderia esperar outro resultado. (Vereador Mário Trecenti, TRIBUNA LENÇOENSE, 27/03/1960, p. 3).

Na eleição realizada em 04 de outubro de 1959, os eleitores lençoienses “escolheram” para prefeito o industrial, comerciante e agricultor Antônio Lorenzetti Filho (UDN) e José Salustiano de Oliveira (PSD) para vice, também industrial e agricultor, o qual já havia ocupado cargo no Executivo local entre os anos de 1945 e 1946. Os vereadores eleitos nesta ocasião foram:

---

**Tabela 2 - Composição da Câmara Municipal (1960 - 1963)**

Nomes	Partido	Profissão
Paulo Zillo	UDN	Advogado/industrial
Duílio Capoani	PSP	Comerciante/agricultor
Waldemar Simões	–	Ferroviário
Vitório Morelli	–	Proprietário/corretor
Arlindo Torres	UDN	Func. Público Estadual
Ézio Paccola	PSP	Comerciante/agricultor
Archangelo Brega	PSP	Comerciante/agricultor
Nicanor Pereira de Godoy	UDN	Odontólogo
Edílio Carani	–	Comerciante/agricultor
Bernardo Martins	–	Agricultor
Jácomo Nicolau Paccola	PSP	Agricultor
Renato Ciccone	UDN	Comerciário/agricultor
Mário Trecenti	PSP	Comerciante/proprietário

Fonte: Tabela elaborada a partir do Arquivo Público Municipal

O quadro de vereadores eleitos foi completado pelos suplentes: Benedito Muniz Duarte, Anil Coneglian, Alberto Paccola, Francisco Garrido, Florindo Coneglian e Leonardo Pizzani. É interessante acrescentar que entre os representantes eleitos Arlindo Torres<sup>10</sup>; Nicanor Pereira de Godoy<sup>11</sup>; Mário Trecenti<sup>12</sup>; Jácomo Nicolau Paccola<sup>13</sup> e Archangelo Brega<sup>14</sup> atuavam na política local havia algum tempo.

Infelizmente, conforme mostra a tabela 2, não foram encontrados nas fontes pesquisadas todos os dados relativos à composição político-partidária do Legislativo local neste período, talvez porque grande parte dos candidatos se autodenominasse independente em relação aos partidos políticos. É esta uma das possíveis interpretações que o seguinte trecho publicado na imprensa local, comentando a posse de Paulo Zillo como presidente da Câmara Municipal pelo segundo ano consecutivo sem fazer referência à sua opção partidária, permite apresentar:

O presidente da Câmara Municipal é o ilustre Dr. Paulo Zillo, advogado, industrial, filho de tradicional família lençoense. Vereador mais votado no último pleito passou a ocupar importante cargo no legislativo. Este é o segundo ano sucessivo como presidente da Câmara. Destaca-se pela sua atuação apolítica, visando unicamente o progresso de nossa comuna. (TRIBUNA LENÇOENSE, 15/11/1961, p. 10).

<sup>10</sup> Vereador entre 1956/1959.

<sup>11</sup> Vereador entre 1952/1955 e 1956/1959.

<sup>12</sup> 1952/1955 – eleito vereador pela primeira vez na gestão Virgílio Capoani; 1956/1959 – vereador (reeleito) na gestão Oswaldo Pereira de Barros/Archangelo Brega.

<sup>13</sup> 1936 - eleito vereador pelo PRP; 07/1937 - eleito prefeito pela Câmara Municipal para substituir Bruno Brega; 05/1939 a 04/1955 - Juiz de Paz; 1956 a 1959 - vereador pelo PSP; 1959 - vereadores pelo PSP (reeleito).

<sup>14</sup> 1952 a 1955 - vice-prefeito; 1956 a 1959 - prefeito (substituto de Oswaldo de Barros).

Por outro lado, o eleitorado lençoiense, assim como parte da própria classe política, ainda se orientava pelas qualidades pessoais do candidato e por relações de parentesco e/ou amizade com ele estabelecidas, deixando a questão partidária em segundo plano. A seguinte entrevista concedida por Ézio Paccola ao jornal Tribuna Lençoiense (08/05/1960, p. 1) corrobora com esse argumento: “É a primeira vez que sou eleito para vereança, graças ao elevado número de parentes e amigos que tenho em Lençóis Paulista e seus distritos”.

Contudo, se por um lado à filiação partidária do candidato aparentava não ter tanta importância na esfera política local, a visão era completamente contrária quando se tratava da relação entre a classe política lençoiense e o Governo Estadual. É o que se verifica na entrevista de Jácomo Nicolau Paccola, concedida ao jornal Tribuna Lençoiense (p. 2) em 20 de março de 1960, quando o vereador oposicionista (PSP) foi interrogado sobre sua satisfação ao ser indicado para a vice-presidência da Câmara Municipal, ao que Paccola respondeu: “[...] preferia mesmo fosse a mesa da Câmara composta de elementos situacionistas, a fim de dar maior oportunidade para um perfeito entrosamento da Câmara e Prefeitura com o Governo Estadual, o que poderia ensejar maiores proveitos ao nosso município”.

Esta “visão companheira” dos políticos pelos seus pares é um fato, pois o apoio e o auxílio financeiro do governo do Estado faziam-se fundamentais na realização de obras necessárias ao Município, e a classe política lençoiense compreendia isso muito bem: “Compreendo que muito do que se pode conseguir para o município depende da estreita cooperação, habilidade, interesse e amizade com os políticos de São Paulo”. (Vereador Waldemar Simões em entrevista à Tribuna Lençoiense, 29/05/1960, p. 3). Tanto que em 05 de Junho de 1960 o jornal Tribuna Lençoiense (p.4) anunciou a instalação do diretório local da UDN cuja diretoria ficou assim constituída:

- Presidente de Honra: Antônio Lorenzetti Filho;
- Presidente: Pedro Natálio Lorenzetti;
- 1º Vice-presidente: Juliano Lorenzetti;
- 1º Secretário: Antônio de Barros;
- 2º Secretário: Waldemar Simões;
- Tesoureiro: Renato Ciccone

A instalação do diretório municipal udenista estreitou a relação entre os políticos lençoienses e as “instâncias superiores” de poder, resultando em benefícios para o Município.

Prova disso é que após ser informado por Antônio Lorenzetti Filho sobre os prejuízos causados no Município pela enchente ocorrida no dia 26/10/1961, o Deputado Estadual Israel Dias Novaes (UDN) apresentou à Assembleia Legislativa o Projeto Lei n. 1.127 de 1961 autorizando um auxílio no valor de 3 milhões de cruzeiros à prefeitura municipal. Nas palavras do Deputado:

É em momentos como este que deve o Poder Público fazer-se presente, para, pelo menos financeiramente, minorar as agruras arrostadas pelas forças vivas da produção, que se encontram nas centenas de municípios paulistas, dentre os quais Lençóis Paulista desponta como um dos mais valorosos e merece, seja pelas atuais circunstâncias, seja pelo que significa para São Paulo, o nosso mais amplo apoio. (TRIBUNA LENÇOENSE, 15/11/1961, p. 19).

Durante seu mandato (1960-1963) Lorenzetti também manteve contato com o Deputado Federal Luiz Francisco da Silva Carvalho (PSB) para tratar de assuntos relacionados à construção do prédio próprio da agência de correio e auxílio às entidades, tais como, hospital; asilo; Clube Atlético Lençoense e Clube Esportivo Marimbondo. (TRINUNA LENÇOENSE, 25/06/1961, p. 6).

Quais as conclusões a se tirar destas informações?

A primeira delas é que há a continuidade do domínio das forças políticas oligárquicas no Município de Lençóis Paulista, representada pelo destaque do PSP. Este, criado a partir do Partido Republicano Progressista, foi o resultado de uma fusão que além do Partido Republicano Paulista (PRP) acoplou o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS). Em Lençóis, essa continuidade é imediatamente constatada no fato de que o vice-presidente da Câmara, Jácomo Nicolau Paccola, foi militante do PRP na década de 1930. Essa tendência é reforçada pela sigla da UDN, cuja acolhida dos interesses dos grandes proprietários rurais é bem conhecida.

Constatou-se ainda que a classe política lençoense compartilhou de uma “visão oligárquica” sobre o processo político local, organizando-o hierarquicamente, regulando a competição política e, ao mesmo tempo, transformando os partidos políticos em veículos de controle de um grupo específico. Nestas condições, a partir do momento em que predominou a solidariedade entre a classe política local, concebida no acordo para o lançamento de candidatura única, restringiu-se a possibilidade de ampliação da participação democrática no

Município. Isso porque, a eleição do candidato Antônio Lorenzetti Filho foi preestabelecida pela decisão de um núcleo restrito de proprietários abastados.

Por outro lado, através das entrevistas anteriormente citadas, verifica-se que a fraqueza financeira do Município, de maneira semelhante aquela apontada por Leal (1986), continuou “prendendo” o governo municipal à situação governista. O vereador lençoiense mesmo que pertença ao partido da oposição é, em regra, governista - embora isso pareça contraditório -, pois só assim ele obtém para o Município os auxílios que o governo estadual oferece ao seu partido e esse aos seus correligionários.

A título de comparação, é interessante observar a relação entre Executivo e Legislativo no nível federal, como analisada por Abrucio (1998) no período de 1945 a 1964. Para esse autor, entre as razões de subordinação do Legislativo ao Executivo nesta ocasião estava à importância da obtenção de recursos federais para as suas bases eleitorais. Essa situação assegurava o poder do governo sobre os parlamentares, já que aquele era quem controlava a execução orçamentária. Assim, a conquista de verba para o Estado poderia implicar, por exemplo, na adoção de determinada conduta parlamentar em votações específicas no Congresso.

O nexos estruturador da relação entre os dois poderes, nas conjunturas acima mencionadas, era o mesmo. Os parlamentares orientavam-se fundamentalmente para atender as demandas dos seus eleitores e responder, portanto, às suas expectativas. Contudo, essas demandas não se referiam, em grande parte, à produção de leis, mas sim às necessidades materiais da população. Isso tornava o parlamentar dependente do Executivo, aquele que detém a possibilidade de efetivamente atender a tais demandas.

Essa dependência também é identificada na relação entre o Executivo municipal e o governador do Estado. No que se refere ao Município de Lençóis Paulista, cabe salientar que não só o prefeito Lorenzetti perfilou desde sempre com a posição política situacionista (udenista), como esta postura foi bastante proveitosa tanto no que se refere ao atendimento das demandas locais, como na afirmação do poder do próprio prefeito.

Conforme a matéria sobre o encontro entre o prefeito Lorenzetti e o governador do Estado Carvalho Pinto (PDC/UDN/PTN/PR/PSB), divulgada pelo jornal Tribuna Lençoiense (p. 8), em 15 de outubro de 1961: “[...] ficou patente o interesse do ilustre governador do Estado quanto aos problemas de Lençóis Paulista. Lembramos que S. Exa. já atendeu em



outras oportunidades a vários pedidos do prefeito Lorenzetti Filho. Isso naturalmente é motivo de satisfação para nós”.

É interessante observar que os “favores de utilidade pública” concedidos pelo governador Carvalho Pinto ao Município de Lençóis Paulista eram retribuição aos numerosos votos a ele concedidos pelos eleitores lençoienses nas eleições de 1958. Esse compromisso, baseado na segurança que o governador do Estado tinha de obter um determinado número de votos a ele carreados pela administração local, torna-se claro no seguinte trecho de entrevista concedida pelo vereador udenista Nicanor Pereira de Godóy. Este, ao comentar sobre a eleição de Carvalho Pinto para o governo do Estado de São Paulo afirmou: “Lençóis Paulista também contribuiu de uma maneira a não deixar dúvidas, quanto ao resultado do pleito, pois muito deve ao Governador, e soube, na ocasião oportuna, demonstrar com essa vitória sua retribuição aos favores recebidos”. (TRIBUNA LENÇOENSE, 24/04/1960, p. 1).

Em suma, a análise empreendida neste capítulo permite afirmar que a conexão estruturadora das relações políticas vigentes durante a Primeira República não desapareceu em Lençóis Paulista com o advento da Revolução de 30, e nem mesmo depois de quase duas décadas de experiência democrática, visto que a ascensão de imigrantes e descendentes na esfera política lençoiense não foi suficiente para suplantam as relações coronelistas de poder no Município.

A despeito das aparentes rupturas com a ordem política tradicional, a ascensão de Antônio Lorenzetti Filho ao poder se assenta no mesmo mecanismo que promoveu e sustentou os antigos coronéis durante a Primeira República, ou seja, o “compromisso coronelista” descrito por Leal (1986). Conforme demonstraram os dados, num extremo temos Lorenzetti, a liderança política responsável por conduzir o voto do eleitorado para o partido da situação (UDN), com o objetivo de obter o apoio e o auxílio do governo estadual e assim reforçar o seu próprio prestígio no âmbito local. De outro lado está o Governo do Estado, aquele que detém o maior poder de pressão no momento da execução orçamentária, isto é, o controle sobre o erário.

É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio de Antônio Lorenzetti e o prestígio da assistência financeira que o poder público lhe concede são mutuamente dependentes. Sem a liderança de Lorenzetti, firmada na grande empresa sucroalcooleira, o governo não se sentiria motivado a conceder-lhe o auxílio requerido, e sem esse auxílio a liderança desse chefe político local ficaria sensivelmente enfraquecida. (LEAL, 1986, p. 43).

Deste modo, o fortalecimento de Antônio Lorenzetti Filho no âmbito local tem por pré-condição sua posição política subalterna perante o governo estadual e, conseqüentemente, sua subordinação a este.

Nosso próximo passo será analisar a trajetória desse importante líder político lençoiense frente às mudanças políticas e institucionais trazidas pelo Regime Militar de 1964.

### 3 LORENZETTI E O REGIME MILITAR

#### 3.1 A busca por maior eficiência e racionalidade na máquina estatal

Antes de entrar na análise histórica sobre a trajetória política de Antônio Lorenzetti Filho durante o regime militar, é importante expor a base conceitual que orientará esta empreitada. Busca-se com esse debate, baseado, sobretudo, em Abrucio (1998) e Kerbauy (2000), contrastar diferentes pontos de vista sobre as consequências trazidas pelo empenho do regime militar em obter maior eficiência e racionalidade na máquina pública sobre a ação política dos coronéis. E, após a exposição desses diferentes pontos de vista, pretende-se avaliar os reflexos das mudanças realizadas pelo regime, notadamente aquelas de ordem institucional, sobre a trajetória política de Antônio Lorenzetti Filho.

O regime instalado em 1964 tinha entre seus objetivos, ao menos ao nível da retórica oficial, o combate à inflação e à corrupção. Tais metas eram postas como pré-condição necessária para a retomada do desenvolvimento do país. Para alcançá-las, o regime apresentou como diretriz básica uma maior centralização das disposições econômicas e administrativas, com o conseqüente fortalecimento político da União face aos Estados e Municípios.

Pelo lado financeiro, as receitas tributárias foram concentradas nas mãos do Executivo Federal que obteve grande parte do controle das transferências de recursos para os entes locais e regionais. A maior centralização das receitas tributárias no âmbito Federal e a ampliação do controle do Governo Federal sobre as transferências de recursos intergovernamentais foram efetuadas pela Emenda Constitucional nº 18, de 1965, e concretizadas a partir da criação do Código Tributário Nacional (Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966). Essa reforma tributária, entre outras, tinha por objetivo neutralizar o desempenho dos Estados como contrapeso ao Poder Central, e procurou concretizá-lo através do enfraquecimento financeiro destes. Para tanto, reservou somente à União o poder de criar novos impostos. Além disso, retirou dos Estados o imposto de exportação e transferiu para o Senado o poder sobre o livre estabelecimento de alíquotas dos impostos estaduais<sup>15</sup> (ICM e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis).

---

<sup>15</sup> Entre 1965 e 1967, no intento de contrabalançar essa perda de receita, dada a necessidade de conquistar aliados, o Governo militar criou um sistema de distribuição de recursos federais, entre estados e municípios, denominado Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM), cujo critério de repasse baseou-se no índice populacional e na renda per capita, favorecendo as regiões mais carentes do país.

O fortalecimento da União e o conseqüente enfraquecimento dos Estados na área tributária significaram uma maior dependência dos Municípios para com o Executivo Federal, por intermédio do controle central sobre os fundos que lhes eram transferidos, como também pelo estabelecimento de condições para o emprego desses recursos através de um mecanismo administrativo intitulado “convênio” – por meio deste, os Estados e Municípios se comprometiam a seguir todas as diretrizes federais na implementação de determinadas políticas públicas. Como ressaltou Abrucio (1998, p. 72):

[...] Destinado a oferecer assistência técnica e, sobretudo, a transferir recursos financeiros, o mecanismo do convênio era um dos pilares do que a tecnoburocracia militar chamava de “federalismo cooperativo”. Por meio do convênio, os estados e municípios se comprometiam a seguir à risca todas as diretrizes federais em determinada política pública. Entretanto, de cooperativo o convênio não tinha nada. Primeiro porque a iniciativa sempre cabia à União e às unidades subnacionais restava apenas aceitar ou não os termos do convênio – e não aceitar significava perder recursos valiosos, em tempos de “vacas magras” para municípios e, especialmente, para os estados. Segundo, para que o convênio fosse verdadeiramente um mecanismo cooperativo, no sentido que o federalismo republicano dá a essa palavra, os participantes deveriam seguir a lógica da parceria.

Contudo, nesta conjuntura o federalismo estava bem distante de uma real distribuição de poder entre as esferas de governo. “As relações entre estados e municípios com o governo central eram análogas a de um cliente com um banqueiro: o último sempre está numa posição de poder. Parceria não é um conceito adequado para descrevê-las.” (MEDEIROS, 1986 apud ABRUCIO, 1998, p. 73).

Prosseguindo com as mudanças na esfera financeira, todos os poderes do Legislativo, em termos orçamentários, foram retirados pelo Governo militar, visando acabar com a atuação regionalista (ou “emendista”) dos deputados - uma vez que esta prática “conflitava com o ideal de planejamento e racionalização dos gastos públicos propugnados pela tecnoburocracia do regime autoritário”. (ABRUCIO, 1998, p. 65). O controle total do processo orçamentário foi transferido para o Governo Federal que pretendia adquirir maior domínio sobre as “peças fundamentais” da estrutura eleitoral brasileira, quais sejam os deputados e os chefes políticos locais, na proporção em que os Municípios passassem a organizar suas demandas de forma desvinculada dos deputados de suas regiões, assim o esquema político tradicional desses parlamentares seria enfraquecido.

No campo administrativo, a ação sistemática para harmonizar e homogeneizar a estrutura e a prática administrativa dos Estados e Municípios foi conduzida por duas concepções gerais de como o sistema deveria funcionar: 1º) Por meio do planejamento centralizado, o Governo Federal deveria estabelecer as regras comuns a toda a Federação, de modo que compatibilizasse a ação das unidades subnacionais com os interesses estratégicos do Poder Central; 2º) Por intermédio de órgãos da Administração Direta e Indireta, a União teria o controle das atividades administrativas dos governos estaduais e municipais. Decorrente dessas concepções, principalmente após a promulgação da Constituição de 1967, e de acordo com o Decreto-lei nº 200, um modelo piramidal de relacionamento federativo foi implantado.

Com esse modelo, a presidência da República comandava a engrenagem federativa ao mesmo tempo em que ampliava seu poder de arbítrio e passava a governar um grande número de órgãos administrativos e técnicos, de influência crucial. O Decreto-lei nº 200 foi de fundamental importância nesse alargamento da estrutura tecnoburocrática implantada pelo regime militar, pois aumentou o número de ministérios diretamente ligados à presidência, onde somente indivíduos com origem militar ou técnico-burocrática (os “ministros da casa”) desempenhavam as funções de maior capacidade decisória. A busca por maior eficiência e racionalidade do aparato administrativo estatal, foi, portanto, acompanhada de profunda descrença nas atividades e instituições políticas tradicionais. De acordo com Nunes (1997, p. 86), os “políticos profissionais foram totalmente banidos dos altos postos de governo durante o período pós-64”. No que se refere à razão dessa supressão:

Os políticos não eram censurados apenas porque eram considerados responsáveis pelo atraso do país nos anos que precederam a Revolução de 30, já que representavam as oligarquias, eram também vistos como aqueles que promoviam a redistribuição irresponsável e a corrupção na década de 50 e início dos anos 60, por causa de sua política eleitoral populista e demagógica. (idem, p. 82).

Foi assim que na esfera propriamente política, buscando controlar inteiramente as eleições para governo do Estado, um novo sistema foi criado. O AI-2, instituído no dia 27 de outubro de 1965, entre outras medidas, extinguiu os partidos existentes e tornou indiretas as eleições para presidente e vice-presidente. Neste mesmo ano, a vitória da oposição na eleição para governador em dois dos mais influentes Estados da federação (MG e RJ) impeliu o endurecimento do regime. Ponderando que o cargo de governador do Estado constituía num

grande contrapeso à ação do Executivo Federal, em fevereiro de 1966, o AI-3 tornou indireta a eleição para governador do Estado - este seria indicado pelo Governo Federal e depois referendado em votação indireta pela Assembleia Legislativa.

Apesar da redução das autonomias financeira, administrativa e política os governadores estaduais conservaram-se como “poderosas máquinas de fazer política”, pois “a lógica da patronagem, sustentada em larga escala nas máquinas estaduais, ainda permanecia como nexo estruturador das carreiras políticas no Brasil, embora de forma mais branda se comparada ao período de pré-64”. (ABRUCIO, 1998, p. 75). Logo, o controle sobre as governorias deveria ser o mais rigoroso possível.

Percebendo que o recurso às eleições indiretas era insuficiente para dismantelar a carreira da classe política tradicional, os militares passaram a eleger governadores de confiança, “os quais preferencialmente deveriam ter poucos laços com a estrutura democrática do período anterior e também teriam de obedecer mais ao comando provindo do Executivo Federal do que à lógica da política estadual”. (idem).

Nesta conjuntura, Abrucio cita o presidente Médici como exemplo de governante que influenciou diretamente o processo de escolha de todos os candidatos a governador pela ARENA - “todos os candidatos vencedores das eleições indiretas passaram pelo crivo do presidente”. (idem). Embora utilizasse o discurso da “limpeza” do sistema político, na realidade o que Médici pretendia era a subordinação política e administrativa dos governadores ao presidente, por isso, escolheu candidatos com perfil mais técnico do que político. Em outras palavras, selecionava para ocupar o cargo aquele que possuísse um diploma de engenheiro, economista ou administrador, por exemplo, e, portanto, que estivesse distante da “natureza política” do cargo de governador.

Todavia os esforços do regime militar no sentido de compatibilizar as ações dos Estados com as diretrizes da União não significaram, em momento algum, “a alteração profunda do *status quo* das oligarquias regionais ou da lógica de sobrevivência das elites locais”. (idem, p. 76). Primeiro, porque a necessidade do suporte da elite municipal para conservar a maioria governista no Congresso, levou o regime a manter as eleições nas quais a base local determinava os vencedores, isto é, deputado federal, deputado estadual, vereador e prefeito, “[...] eleições marcadas, de modo geral, pela patronagem e pelo estilo “coronista” de fazer política”. (ABRUCIO, 1998, p. 77). A manutenção de eleições cuja base era subnacional colocava os militares como dependentes da classe política local para organizar a

campanha dos governadores e até mesmo senadores “escolhidos” pelo regime. Sarles (1982 apud ABRUCIO, 1998, p. 77/78) reafirma a importância da elite política local para os políticos brasileiros do período autoritário argumentando que:

[...] Mesmo durante os dias mais repressivos do regime militar, os políticos retornaram para suas bases municipais e assiduamente renovavam seus elos com os líderes partidários locais. Em suma, os políticos geralmente não se afastavam da política municipal, e os vínculos pessoais entre os políticos locais, estaduais e federais de uma mesma área eram mantidos.

O segundo ponto importante foi o sucesso de curto prazo da substituição das antigas elites por novas, que estavam vinculadas aos “governadores técnicos”. Ao utilizar esta estratégia os militares esperavam que as elites estaduais aceitassem os governadores impostos pela cúpula militar, “governadores técnicos” que também selecionavam sua equipe de governo pelo critério meramente técnico. O resultado foi o descontentamento das elites estaduais, pois as posições estratégicas de governo foram ocupadas por técnicos desvinculados da elite política tradicional. Dessa contrariedade surgiu uma importante fragmentação na ARENA que ficou dividida em ARENA I, isto é, o grupo vinculado ao Poder Central e aos governadores técnicos; e em ARENA II, constituída em grande parte pela elite política estadual que se sentia excluída do processo político. Essa divisão resultou em dificuldades para a interferência do regime militar nas eleições baseadas nos Municípios do interior, já que afastou diversos políticos da organização das campanhas dos governadores e senadores “escolhidos” pelo regime.

Embora tenham reduzido drasticamente a autonomia política estadual, as mudanças realizadas pelo regime militar não dobraram completamente as oligarquias estaduais. O Governo Federal teve de algum modo de reconsiderar as demandas das elites econômicas e políticas regionais, pois o Poder Central não conseguiria realizar importantes reformas sem o mínimo de consentimento dessas elites. Ratifica essa ideia o fato do projeto de modernização da Federação do regime não excluir nenhuma região do país, porque para governá-lo somente com apoio de “[...] dois ou três estados mais ricos ou dos estados normalmente governistas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (ABRUCIO, 1998, p. 81) não seria suficiente.

Destarte, apesar de o desenvolvimento econômico continuar especialmente concentrado em São Paulo, revelando certa hierarquia, isso não impediu que a região Norte do país fosse beneficiada com a criação da Zona Franca de Manaus e que o Nordeste continuasse

a ser extremamente privilegiado pelas transferências de recursos da União, tanto daquelas provenientes do FPEM (Fundo de Participação dos Estados e Municípios) quanto às negociadas. Depreende-se, então, que o projeto de modernização proposto pelo regime autoritário não transformou o modo de fazer política na esfera estadual e que o uso da patronagem foi essencial na busca de legitimidade eleitoral por parte dos dirigentes militares.

No tocante ao âmbito administrativo, esse período, embora possa ser caracterizado pela presença de intenções racionalizadoras, mostrou-se impregnado de tendências contraditórias. E, na tentativa de ativar uma nova administração pública, as medidas tomadas no intuito de racionalizar e gerar maior eficiência conseguiram aprofundar ainda mais o uso de práticas tradicionais. Até mesmo o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), grande símbolo do período Vargas, planejado e criado para ser o órgão de inovação, racionalização e modernização administrativa (que, sem dúvidas, deu passos importantes neste sentido) foi impregnado de tendências clientelistas. Quando na tentativa de introduzir e universalizar o sistema de mérito no serviço público, deparou-se com nomeações de funcionários, indicações políticas e concursos manipulados não conseguindo “impedir que continuassem a se reforçar algumas das deformações acumuladas ao longo da história do Estado no Brasil”. (NOGUEIRA, 1998, p.98).

O Decreto-lei nº 200, que apresentava como princípios estratégicos planejamento, descentralização, coordenação e controle, estimulou a expansão de empresas estatais, fundações públicas e autarquias (todas apontadas como instrumento de modernização) contribuindo com a propagação de práticas clientelistas (através de nomeações na burocracia) e levando a perda de fiscalização e controle sobre os órgãos burocráticos por parte do próprio governo, afetando, assim, o funcionamento do setor público e a ação governamental.

De acordo com Nunes (1997), no período de 1950 a 1973, a burocracia federal cresceu a uma taxa anual de 1%, enquanto nos Estados a taxa de crescimento foi de 5,4%, e nos municípios de 5%, significando que no ano de 1973 o número de servidores públicos da Administração direta dos Estados e Municípios correspondia a 64,6%, enquanto a União possuía os 35,4% restantes. Deste modo, ao mesmo tempo em que a União ampliou o controle das políticas públicas das unidades subnacionais pela via da administração indireta, deixou uma lacuna para a volta do poder das máquinas estatais. Assim que o regime militar perdesse o controle das governadorias, “[...] as máquinas estaduais tornariam mais difícil a manutenção



do esquema de patronagem baseado na relação União/municípios. E aí estariam armadas as condições para a volta do poder dos governadores”. (ABRUCIO, 1998, p. 82).

Por outro lado, o regime de 1964 é identificado na literatura contemporânea sobre poder local como o período que ofereceu sustentáculos para a profissionalização da atividade política na esfera municipal, e, portanto, para o rompimento com as “mediações exclusivistas” do coronel, tendo em vista a reconfiguração do campo de disputa política provocada pelas mudanças econômicas, sociais e institucionais, entre outras, iniciadas a partir do golpe de 1964. A análise desse fenômeno foi empreendida num estudo de caso sobre o Município de Araraquara no interior paulista por Kerbaury (2000, p. 23) que associou a “morte dos coronéis” às transformações:

1) Socioeconômicas: vinculadas à urbanização, crescimento demográfico e criação de novas oportunidades de colocação profissional e de renda;

2) Culturais: relacionadas ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte e à integração nacional, rompendo com o isolamento municipal e interiorano.

3) Político-eleitorais: de um lado, alterações no sistema partidário e no recrutamento do eleitor; e, de outro, surgimento de novas demandas, atores sociais e interações políticas;

4) Institucionais: de ordem administrativa, burocrática e tributária. (SANTOS, 2005).

Segundo a autora, a implantação do regime autoritário ampliou o papel interventor do Estado sobre a economia e a sociedade, trazendo não apenas transformações políticas, mas também um processo de modernização conservadora, que proporcionou grandes investimentos no setor tecnológico-industrial, do qual sobressaíram a urbanização e a integração do sistema de comunicação, rompendo com o isolamento dos Municípios.

Assim, o intenso processo de urbanização (iniciado a partir de 1950), principal fonte de transformação do interior do Estado de São Paulo, bem como a industrialização, teriam provocado maior diferenciação econômica e social. Transformações ligadas especialmente à urbanização significariam novas oportunidades de coalizões políticas; novas bases para a competição política; diferentes tipos de demandas sociais; expansão do índice de participação eleitoral (pela transformação do eleitorado rural em urbano) e a emergência de uma nova elite política local, num processo que, ao fim e ao cabo, esvaziaria a autoridade dos coronéis.

Entretanto, a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, por si mesma, não teria sido suficiente para eliminar o tradicionalismo e o coronelismo. Segundo Kerbauy, o processo de eliminação deste, como prática política do poder local, contou com os efeitos das mudanças institucionais sobre as transformações urbanas, gerando condições propícias para tal desaparecimento:

[...] As mudanças institucionais que mais contribuíram para definir o novo perfil do poder local e da política no interior, especialmente no estado de São Paulo, foram: a extinção dos antigos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo, por meio do Ato Institucional nº 2 e do Ato Complementar nº 4, ambos de 1965; a reforma tributária efetivada pela Emenda Constitucional nº 18, de outubro de 1965, e posteriormente incorporada à Constituição de 1967; a Lei Orgânica dos Municípios de 1967; e a restrição do papel do Legislativo, estabelecida pela Constituição de 1967 e pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. (KERBAUY, 2000, p. 14).

Kerbauy (idem, p. 57) acrescenta ainda que a intervenção do governo do Estado, sobre a reestruturação do poder político municipal, adotou a forma de política de descentralização industrial e de interiorização do desenvolvimento, pois buscava:

[...] uniformizar o desenvolvimento do interior do estado, seja na distribuição de recursos, seja na tentativa de dar impulso econômico, especialmente no que tange à descentralização industrial, seja para tornar mais efetiva a presença da administração estadual.

Visando esse objetivo, no período de 1964 a 1982, governos do Estado de São Paulo empenharam-se num projeto de “[...] regionalização administrativa, crescimento regional integrado e interiorização da industrialização, causando reestruturação do espaço territorial paulista e estimulando o aparecimento de pólos regionais de desenvolvimento”. (idem, p. 56). Entre os programas adotados estão: a interiorização do desenvolvimento (governo Laudo Natel); a política de desenvolvimento urbano e regional (governo Paulo Egydio Martins); o governo itinerante (governo Paulo Maluf); e as regiões de governo (governo Franco Montoro).

Contudo, a autora adverte que esse projeto não foi desenvolvido de forma homogênea em toda a federação e nem mesmo dentro de um só Estado. O governo militar, na tentativa de homogeneizar o desenvolvimento do interior, contribuiu com o aparecimento de polos regionais e estes com a emergência de discrepâncias econômicas e sociais, tanto regionais

quanto municipais. A partir daí, clivagens e descentralização representaram diferentes graus de autonomia e diferente identidade populacional, ou seja, devido a elas cada Município e/ou região tiveram especificidades na formação e atuação da nova classe política local: “[...] A consequência imediata dessa situação será uma estrutura do poder político local que apresenta especificidade na composição de suas lideranças e no comportamento eleitoral de sua população”. (KERBAUY, 2000, p. 58).

Ainda segundo Kerbauy, o processo de descentralização tomou a forma de negociação entre os Municípios, o Estado e/ou Federação, significando desigualdades econômicas e políticas e um novo tipo de clientelismo, pois, em grande parte, a barganha política continuou dependente de influências pessoais. Exemplos interessantes podem ser encontrados na vigência do regime militar, quando a permissão para a realização de eleições para o Executivo local contava com mecanismos de dependência – a “opção” situacionista era quem garantia a concessão de empréstimos, a realização de obras públicas, o preenchimento de cargos públicos, entre outros. Tais mecanismos reforçavam a relação clientelista entre governo e administração local e aumentava a dependência municipal em relação aquele. É importante ressaltar que, embora a autora reconheça ser a fraqueza financeira dos Municípios uma garantia para que os governos estadual e federal exerçam controle sobre o governo municipal, de modo semelhante ao ocorrido na Primeira República, ela não caracteriza essa dependência como parte de uma relação coronelista, ao contrário, sob seu ponto de vista trata-se simplesmente de clientelismo:

Ao permitirem a realização de eleições para os executivos locais, os governos militares contam com esse mecanismo de dependência que até então havia caracterizado a política local. Para a administração local, a fidelidade arenista era fundamental. Mesmo sem os coronéis, outros intermediários atuavam na troca de votos (nem sempre controlável) e garantiam a fidelidade administrativa (sempre controlável). Procura-se reforçar a relação clientelista entre o governo e a administração local, através da concessão de empréstimos, da realização de obras públicas e do preenchimento de cargos administrativos por correligionários políticos do prefeito.

O fim do poder privado nos municípios e a penetração do poder público, que garantia a supremacia do Estado, não elimina a dependência local. Os mecanismos autoritários do período garantiram a troca de favores na mediação política, reforçando o clientelismo de massa. (KERBAUY, 2000, p. 103).

Logo as clivagens regionais não foram produzidas apenas pela ação governamental. De acordo com Kerbauy, na luta para alcançar seus objetivos sociais, econômicos,

administrativos e políticos, as novas elites políticas locais também contribuíram para a formação e intensificação dessas cisões, pois, num ambiente de disputa pelo poder, passaram a ocupar posições estratégicas em processos decisórios na política interna dos Municípios. O surto desenvolvimentista do regime militar possibilitou a construção do empresariado industrial como ator político e a diversificação de seus canais de acesso às instâncias decisórias, relativas à defesa de seus interesses específicos, permitindo o aumento do vínculo com a burocracia governamental e a eleição de inúmeros representantes da classe média para postos legislativos. Dessa maneira, tornou-se nítida a mudança na composição das lideranças locais. Desde então, o coronel passa a dividir seu poder e depois será superado por novos atores políticos, tais como funcionários públicos e profissionais liberais, conforme destacou a autora:

[...] o fato é que surgiram novos grupos sociais portadores de novas reivindicações políticas, novas lideranças em torno do comércio, da indústria e dos profissionais liberais; o coronel deixa de ser o dono exclusivo da terra e sua liderança simplesmente desaparece ou é dividida, o que elimina a mediação exclusivista do político local, como consequência do aparecimento de novos atores políticos. (KERBAUY, 2000, p. 37).

Diante das transformações atravessadas pelo país no período em questão, o rompimento com as “mediações exclusivistas” do coronel teve como contribuição o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte e a mudança no perfil da elite política local. O crescimento do eleitorado e o novo comportamento por ele adotado também tiveram papel relevante, não apenas na superação das práticas coronelistas, mas também na própria composição e atuação da nova elite política local.

A desigual distribuição da população migrante, nos diferentes setores de atividade econômica, ocasionou a emergência de novos grupos sociais com novas e diferentes reivindicações políticas. Esta complexidade e diversidade de interesses fizeram crescer as divergências no interior da arena política, afetando a estrutura do poder local, pois, com a revalorização do processo eleitoral em 1974 o voto urbano começou a dar maiores chances à oposição. Este pode ser o marco do início do declínio da ARENA e o crescimento do número de votos do MDB na Capital e no interior. Um acontecimento que, segundo Kerbauy (2000, p. 70) renovou o quadro de políticos locais. Desde então, a nova política local implicou num quadro mais profissionalizado e, conseqüentemente, no surgimento de um “novo político”

que, objetivando atender demandas tão heterogêneas e a fim de permanecer no poder, passou a utilizar novos procedimentos. Conforme argumentou a autora:

[...] Esse político seria um tipo intermediário entre o tradicional e o ideológico, aproximando-se do político profissional de tipo weberiano (cf. Weber, 1963). A construção desse tipo ideal, como recurso analítico, procura ajudar a definir o novo político local, numa sociedade em que as relações políticas tradicionais tendem a extinguir-se, dado o direito de voto das massas. Essa definição caracteriza o novo político local como um “político moderno”, que age no sentido de montar uma máquina partidária representativa dos interesses locais, de pressionar as agências burocráticas e o governo federal em busca de recursos financeiros e de cativar as clientelas usuárias dos serviços e equipamentos sociais, advindas, fundamentalmente, do processo acelerado de urbanização. (KERBAUY, 2000, p. 19).

Neste mesmo contexto, o voto passou a ter um caráter mais público e, embora uma parcela do eleitorado ainda decidisse seu voto por critérios estritamente pessoais, a lealdade e a fidelidade pessoal deixaram de ser garantia para o êxito eleitoral. O eleitor passou a orientar-se “muito mais por avaliações e idéias gerais acerca do regime político, do que por perspectivas imediatistas de ganhos pessoais (voto situacionista), característica do voto rural e, conseqüentemente, da política tradicional”. (idem, p. 35).

Na busca por novas formas de atender as demandas eleitorais, as novas lideranças políticas teriam modificado o caráter do clientelismo e ampliado sua área de atuação. Surgiu o clientelismo de massa, estruturado a partir de mobilização de categorias sociais específicas, corporativas e profissionais. Voltado para a obtenção de bens coletivos ele adquiriu um caráter grupal e impessoal, no entanto, apesar de trazer alguns benefícios a determinados grupos, continuou sendo um mecanismo de controle social e político visando beneficiar, principalmente, os interesses dominantes.

Num plano geral, a obra de Kerbauy (2000), *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*, contém uma reflexão sobre a reestruturação do poder político local, contemplando as mudanças que ocorreram no âmbito local nas últimas décadas e deixando explícito que as mudanças econômicas e sociais não significaram a completa independência política do Município após a suposta eliminação do coronelismo - identificado por Leal (1986, p. 20) pelo poder advindo da estrutura agrária, pela dependência do eleitorado rural e pelo isolamento dos Municípios -, entretanto, muito contribuíram para a reestruturação do

poder político local. Contudo, a suposta “morte” do coronelismo não se traduziu no fim do tradicionalismo e menos ainda na derrocada do clientelismo.

Ao contrário, o fim do clientelismo coronelista teria propiciado a emergência e o alargamento do clientelismo de massa, como também, sua transformação em estratégia da nova elite política local para lidar com o eleitorado e até mesmo para orientar a ação governamental e desta forma atender às diferentes reivindicações de grupos sociais emergentes. As relações clientelistas teriam dispensado a presença do coronel, passando a ocorrer, segundo Carvalho (1998, p. 134/135) sem a mediação desse personagem, entre governos, ou políticos, e setores pobres da população. Apesar da mescla de elementos modernos e tradicionais, a relação de reciprocidade entre o poder local e os governos estadual e federal teria adquirido novos contornos, porque o clientelismo, ao ser mediado pela alocação de recursos públicos - negociação de bens coletivos para a comunidade - implicou um mínimo de racionalidade administrativa.

Entretanto diante do conjunto de ideias expostas até o presente momento, é imprescindível ressaltar que a nova realidade política municipal apreendida pela análise de Kerbaux (2000) em *A morte dos coronéis*, é válida para caracterizar as transformações ocorridas, no período compreendido entre 1964 e 1982, principalmente naqueles Municípios de porte médio situados no interior do Estado de São Paulo. São nestes que “[...] melhor se pode observar a modernização conservadora (que redefine as relações políticas locais e o comportamento de seu eleitorado) e a articulação de velhos e novos interesses da base local (e entre essa e as esferas estadual e federal)”. (KERBAUY, 2000, p. 89).

Araraquara, por exemplo, se enquadra na hipótese levantada por Kerbaux porque é uma entre as cidades médias do interior paulista que desde a década de 1950 já apresentava transformações relacionadas à urbanização; à implantação de novas atividades industriais e comerciais como também de um setor tecnocientífico, constituído de funcionários do Estado ligados à Universidade Estadual Paulista e aos órgãos administrativos de planejamento estadual. Além disso, o poder público se fazia presente no Município através dos vários escritórios de governo - Araraquara era sede, até 1982, de uma das oito sub-regiões, da 6ª Região Administrativa de Ribeirão Preto, passando a sediar a 12ª Região Administrativa do Estado, em 1982. Esses são alguns entre os elementos que refletem mudanças que marcaram intensamente o desenvolvimento urbano do Município e instigaram a emergência de novos

atores políticos cujo poder não se baseava mais no latifúndio. (KERBAUY, 2000, p. 89/90/91).

Esta ressalva sobre a aplicação da teoria proposta por Kerbauy exige uma reflexão sobre a “morte” (ou a sobrevivência) dos coronéis em Municípios de pequeno porte. O Município de Lençóis Paulista é o objeto perfeito para essa análise visto que, entre outras características, no final da década de 1959 e início de 1960, Lençóis Paulista possuía uma população predominantemente rural. Segundo o censo demográfico, no ano de 1960, a população lençoiense aproximava-se de 16.602 habitantes<sup>16</sup>, destes 10.601 pertenciam à zona rural. (IBGE). De outro lado, Lençóis possui particularidades em seu desenvolvimento econômico que estão relacionadas à concentração do setor industrial sobre o poder das famílias Zillo e Lorenzetti durante grande parte do regime militar.

### **3.2 Ruptura ou Continuidade?**

Ao contrário do que nos expõe Kerbauy (2000) sobre o caso de Araraquara (SP), onde em decorrência de um processo de industrialização e de mudanças políticas/institucionais acelerado pelos governos militares a partir de 1964, houve emergência de novas lideranças políticas. Em Lençóis Paulista este quadro de mudanças não levou ao surgimento de novos atores no comando do Executivo, deixando dúvidas a respeito da “morte dos coronéis” na cidade. Embora este fenômeno de extinção da figura política do coronel e da paulatina ascensão do “político moderno” tenha sido vivenciado, segundo a autora, em diversas localidades do Estado de São Paulo a partir da década de 1960, em Lençóis ele não teria ocorrido desta forma.

Analisando o contexto político local verificou-se que, aproximando o fim do mandato de Antônio Lorenzetti Filho, a partir de julho de 1963, a imprensa local divulgou o desenrolar da disputa entre os partidos políticos locais, incluindo novamente a possibilidade do lançamento de uma candidatura única (Paulo Zillo), apoiada na coligação UDN/PSD/PTN/PTB, uma ideia que não vingou, apesar de todos os esforços da coligação.

Representantes do PSP lençoiense apresentaram Duílio Capoani, vereador e presidente do PSP local, como candidato ao Executivo municipal. A candidatura de Duílio Capoani, representante da política tradicional da época (seu irmão, Virgílio Capoani, foi eleito vereador

---

<sup>16</sup> O número de habitantes oscila devido ao desmembramento de territórios.

pelo PSP entre 1948 e 1951; prefeito entre 1952 e 1955 e novamente vereador em 1956), gerou descontentamentos e foi interpretada pelo candidato da situação, Paulo Zillo, como um ato guiado por interesses particulares:

Como bem sabe V.S. era intenção de todos os partidos e do povo fazer um acordo para um candidato único. Entretanto, devido à vaidade e falta de patriotismo de nosso opositor, que agiu por interesse particular e não por amor a Lençóis Paulista, esse acordo não foi possível, razão pela qual, todos os demais partidos e uma grande ala do adhemarismo, exigiram a minha candidatura. (TRIBUNA LENÇOENSE, 20/09/1963, p. 3).

Entretanto Paulo Zillo (UDN) tinha razoáveis condições de ser eleito prefeito de Lençóis Paulista, porque se apresentava politicamente amparado pelos partidos da coligação e pelo prefeito municipal Antônio Lorenzetti Filho (seu primo), como também pelo próprio PSP através de uma ala dissidente capitaneada pelo pessepista Archangelo Brega, que se encontrava na condição de vice-prefeito na chapa encabeçada por Zillo. Ademais, Paulo Zillo tinha a seu favor a imprensa local divulgadora da ideia de que:

O progresso inusitado por que passou Lençóis Paulista nestes últimos anos não pode sofrer solução de continuidade.  
Vêm nos preocupando as démarches políticas levantadas à efeito, enquanto ainda não-oficiais, com relação ao futuro pleito eleitoral. Pelo que sabemos não tem havido um bom e útil acordo entre os partidos, visando o bem de Lençóis Paulista.  
E verdade seja dita, esse desmembramento de forças políticas, especialmente com candidatos individuais, somente poderá trazer sérios prejuízos para o município. (TRIBUNA LENÇOENSE, 14/07/1963, p. 3).

Por outro lado, Paulo Zillo contava ainda com os benefícios que a instalação da usina, entre 1945 e 1947, proporcionou ao povo lençoense (geração de emprego e renda) como também o peso das obras de assistência social realizadas pelas Indústrias Zillo Ltda. em prol do Município, como por exemplo, a construção do Hospital Maternidade D. Angelina Zillo: “Uma moderna maternidade que custara aos doadores mais de seis milhões de cruzeiros, foi o régio presente que as famílias e principalmente, as mães lençoenses receberam da generosa firma tradicional e radicada nesta terra de Lençóis Paulista”. (TRIBUNA LENÇOENSE, 23/10/1960, p. 1).



Diante desta nota divulgada pela imprensa local é razoável afirmar que os primos Zillo e Lorenzetti utilizavam-se de mecanismos clientelistas e paternalistas<sup>17</sup> para conquistar seus eleitores. As benfeitorias concedidas ao povo lençoiense tinham por objetivo não somente desenvolver o Município, mas, sobretudo, construir e preservar a liderança política das famílias Zillo e Lorenzetti, além de aumentar a dependência do eleitorado lençoiense em relação a estes líderes. Assim, predominava a tradicional relação clientelista/paternalista na qual o beneficiário ficava comprometido com o seu protetor, tendo a obrigação de apoiá-lo politicamente. Em outros termos, o que parecia ser um ato desinteressado, era na realidade uma estratégia sutil em busca da legitimação do poder político.

Nestas condições, o candidato udenista realizou uma campanha política pautada na aceleração do progresso do Município, tratando especificamente dos serviços de utilidade pública como: água; esgoto; asfalto (na sede e nos distritos); ampliação da rede de iluminação pública; ampliação das escolas e solução de graves problemas da saúde pública. Acrescentando por fim que “[...] como industriais que somos e como propugnadores do progresso desta terra iremos criar condições para a instalação de novas indústrias que virão proporcionar mais trabalho e maior conforto para os habitantes do município”. (TRIBUNA LENÇOENSE, 11/08/1963).

O pleito, realizado no dia 06/10/1963, contou com 5.056 eleitores e confirmou a vitória do candidato da coligação UDN/PSD/PTN/PTB. Com 2.604 votos, Paulo Zillo assumiu a Prefeitura juntamente com o vice Archangelo Brega (PSP). Seu oponente, Duílio Capoani (PSP), recebeu 1.534 votos. Entre os treze vereadores que compunham a Câmara Municipal, seis foram eleitos pela coligação PSP/MTR/PST e sete pela coligação UDN/PSD/PTN/PTB, dos quais quatro foram reeleitos – deste total, apenas um pertencia à coligação PSP/MTR/PST:

---

<sup>17</sup> [...] Paternalismo indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos. Para expressar tal política, nos referimos então, usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos "menores". (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, 1998, p. 908).

**Tabela 3 – Composição da Câmara Municipal (1964 a 1968)**

Nomes	Partido/Coligação	Votos	Profissão
Florindo Coneglian	<b>PSP/MRT/PST</b>	414	Funcionário Público
Renato Ciccone*	<b>UDN/PSD/PTN/PTB</b>	311	Comerciante
Ézio Paccola*	<b>UDN/PSD/PTN/PTB</b>	247	Comerciante
Richiere J. Dalben	<b>UDN/PSD/PTN/PTB</b>	225	-
Waldemar G. Motta	<b>UDN/PSD/PTN/PTB</b>	196	Comerciário
Waldemar P. Oliveira	<b>PSP/MRT/PST</b>	193	-
Bernardo Martins*	<b>UDN/PSD/PTN/PTB</b>	164	Comerciante/agricultor
Mário Trecenti*	<b>PSP/MRT/PST</b>	160	Comerciante/proprietário
Lacides Redondo	<b>UDN/PSD/PTN/PTB</b>	154	-
Luciano Bernardes	<b>PSP/MRT/PST</b>	138	Advogado
Ideval Paccola	<b>PSP/MRT/PST</b>	116	Fazendeiro
Euclides da Cunha	<b>UDN/PSD/PTN/PTB</b>	110	-
Décio Celso Campanari	<b>PSP/MRT/PST</b>	109	Comerciante

Fonte: Tabela elaborada a partir do Arquivo Público Municipal

\* – vereador reeleito.

O pleito que elegeu Paulo Zillo, em 1963, foi o último sucedido dentro da ordem democrática. Por isso, o governo de Paulo Zillo teve prosseguimento ao longo de um novo sistema político implantado em 1964, quando um golpe de Estado, sob a liderança dos militares, deu início a mais uma fase autoritária na história do país. E, em 27 de outubro de 1965, uma nova crise política desencadeada pelo resultado das eleições para governador nos Estados da Guanabara e de Minas Gerais (onde venceram os candidatos não apoiados pela “Revolução”), originou o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Este renovou os poderes de cassação de mandatos e de suspensão dos direitos políticos e dissolveu partidos criando o bipartidarismo, restrito à Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agremiações que passaram a representar, respectivamente, o apoio e a oposição ao governo.

Em Lençóis Paulista a ARENA, identificada com a situação e com o governo, se configurou como partido de grupos de interesses comuns, ligados à classe política que havia dominado o poder político lençoiense até 1964. Diante dos dois partidos existentes, a opção e a adesão de quase todos os conhecidos líderes políticos - entre eles, Paulo Zillo; Antônio Lorenzetti Filho e Ézio Paccola - foram feitas pela ARENA.

No que se refere ao MDB, seu diretório começou a organizar-se em Lençóis Paulista no ano de 1968. E neste mesmo ano, em matéria publicada no jornal O Eco de 09 de junho de

1968 (p. 1), Luciano Bernardes Filho<sup>18</sup>, o qual representaria a oposição ao Executivo local no pleito municipal de 1968, divulgava a ideologia do partido esclarecendo que: “o partido oposicionista deixa suas portas abertas ao ingresso de todos aqueles que comunguem de ideias oposicionistas nas próximas eleições municipais, e que queiram ou ‘tenham coragem’ de ser oposição no pleito municipal de 15 de novembro próximo.” Luciano acrescentava ainda a classificação do MDB como “partido de todos e não de grupos”.

No sistema bipartidário que vigorou pela primeira vez nas eleições municipais de 1968, apenas dois candidatos disputaram a sucessão de Paulo Zillo. Concorreu, pela ARENA, o ex-prefeito Antônio Lorenzetti Filho, tendo como vice Antônio Tedesco e pelo MDB Luciano Bernardes Filho e Hélio Paccola (vice). A situação venceu com 3.043 votos (55,7%) contra 2.180 votos (39,9%) da oposição (vantagem de 863 votos) em um colégio eleitoral de 5.466 eleitores. O legislativo local ficou composto por oito candidatos da ARENA e três do MDB (entre onze, quatro foram reeleitos pela ARENA). O segundo partido elegeu a primeira mulher a ocupar o cargo de vereança no Município de Lençóis Paulista:

**Tabela 4 – Composição da Câmara Municipal (1969 a 1972)**

Nomes	Partido	Votos	Profissão
Mário Trecenti *	ARENA	462	Comerciante/proprietário
Florindo Coneglian*	ARENA	410	Servidor Público/proprietário
Ézio Paccola*	ARENA	395	Comerciante/proprietário
Haroldo Lima	ARENA	368	Agricultor/proprietário
Nicanor P. de Godóy*	ARENA	296	Odontólogo/proprietário
Gilson C. Bernardes	MDB	287	-
Reginaldo Rossi	ARENA	219	Servidor Público/proprietário
Décio C. Campanari	ARENA	197	Comerciante/Farmacêutico
Armando Persin	ARENA	196	Professor Secundário
Lydia B. Netto	MDB	141	Advogada
Mauro J. Santos	MDB	139	-

Fonte: Tabela elaborada a partir do Arquivo Público Municipal

\* – vereador reeleito

O resultado desse pleito confirmou a consolidação da força política das famílias Zillo e Lorenzetti. Força advinda de seu poder econômico adquirido pelo êxito no setor sucroalcooleiro e pela associação de seu sucesso empresarial à imagem de homens capacitados a bem governar o Município. Essas duas particularidades fortaleceram a atuação política dos primos Zillo e Lorenzetti e, concomitantemente, concentraram o poder econômico

<sup>18</sup> Luciano Bernardes Filho estudou Direito na Instituição Toledo de Ensino de Bauru (S.P). Ao tornar-se presidente do “Centro Acadêmico 9 de Julho da Faculdade de Direito de Bauru”, despontou como líder estudantil na década de 1960. E passou a ser visto como um dos “elementos” que viviam na retaguarda visando desestabilizar o “movimento revolucionário vitorioso”.

em suas mãos. Pois que, fazendo uso de recursos econômicos, essas famílias dominaram e submeteram a máquina pública municipal aos seus desígnios empresariais (particulares), impedindo a instalação, e por consequência, a concorrência de novas grandes indústrias em Lençóis Paulista.

Embora a Câmara Municipal, no intuito de atrair novas indústrias para Lençóis Paulista, tenha aprovado no ano de 1960 a criação da COFILPA - Comissão de Fomento à Indústria de Lençóis Paulista, órgão dirigido por uma diretoria nomeada pelo prefeito municipal. A COFILPA tinha competências para oferecer às novas empresas que se instalassem no Município vantagens como: isenção de impostos; facilidades de aquisição de terrenos; entre outras concedidas pela Prefeitura Municipal. Cabe notar, que, no final da década de 1960, o desenvolvimento econômico/industrial do Município ainda era motivo de preocupação.

Nesta época, a indústria era considerada fator preponderante do desenvolvimento econômico-financeiro e social de qualquer Município. Lençóis Paulista contava com razoável número de indústrias em funcionamento, algumas de elevado potencial, as empresas Zillo e Lorenzetti, por exemplo, mas apesar deste relativo crescimento a cidade necessitava ampliar seu parque industrial. Vale à pena emprestar as palavras de Alexandre Chitto (1968), na época, jornalista, historiador e cidadão lençoiense, para explicitar tal preocupação, como também para melhor se conhecer o contexto econômico, e até mesmo político, do Município já no final da década de 1960:

Sente-se este jornal, mais uma vez, na obrigação inadiável de trazer ao conhecimento dos que publicamente dirigem os destinos desta terra, - se é que dos fatos ainda não tem conhecimento - de que se algo não for feito para que a total industrialização do município venha imediatamente, não se saberá ao certo em que situação econômico-financeira ficará o município dentro de pouco tempo.

Recentemente, expusemos o problema de indústrias que pretendiam fixar ou ampliar suas instalações nesta cidade e que por motivos talvez desconhecidos mudaram de idéia rumando para outros locais, problema este que pedimos que fosse estudado pela câmara e pela municipalidade, o que, ao que parece, não foi feito até agora. Tudo isso é de interesse coletivo, pelo bem da cidade.

[...] Por vias indiretas, chega ao nosso conhecimento que uma outra indústria pretende expandir suas instalações fora de Lençóis, já que as facilidades de impostos e do mercado de fora são bem diferentes daqui.

Das duas uma. Ou se luta com vibração para que se industrialize Lençóis, o que é um remédio necessário, ou então, queira Deus que não, teremos ainda mais o já debilitado movimento comercial e industrial de nossa terra, com a

conseqüente vinda de um colapso financeiro no Município.<sup>19</sup> (O ECO, 11/02/1968, p.1)

A transcrição acima ilustra bem a ação da classe política dominante, no Município de Lençóis Paulista, em 1968. Atuação que dificilmente será transformada enquanto não surgirem novos atores políticos com força suficiente para colocar em xeque o domínio político dos empresários. Manifestação que certamente não esteve relacionada à eleição dos três vereadores do MDB no ano de 1968. Isso porque os candidatos à vereança aglomeravam-se em torno das lideranças que disputavam as eleições majoritárias e no momento pós-eleitoral, mesmo que eleitos por partidos contrários acabavam apoiando o partido do prefeito vencedor:

A relação entre MDB e ARENA, na esfera municipal, principalmente numa cidade do porte de Lençóis Paulista, alcançava maior rivalidade no período eleitoral, mas, passada a eleição, na câmara municipal, ambos os partidos se uniam para aprovar todos os projetos que visavam o bem estar da população e o desenvolvimento do município. Raramente algum projeto era rejeitado. (CONEGLIAN, Ermenegildo Luiz. Entrevista enviada por e-mail em 12/05/2010).

O equilíbrio da relação entre MDB e ARENA, em Lençóis Paulista, esteve ameaçado somente em 16 de dezembro de 1969, quando a Câmara Municipal se reuniu a fim de eleger a nova mesa diretora para o ano de 1970. Após vários debates, a diretoria da Câmara ficou composta pelos arenistas Florindo Coneglian (Presidente); Décio Celso Campanari (1º Secretário) e Armando Persin (2º Secretário). De acordo com a imprensa local, “[...] os integrantes do MDB, que segundo consta, vinham colaborando ao máximo com a própria situação durante todo este ano, revoltaram-se contra a eleição da mesa, pois nenhuma função foi entregue as mãos da oposição que até então colaborava com tudo”. (O ECO, 28/12/1969, p. 11).

---

<sup>19</sup> Em consequência desse editorial, a Câmara Municipal solicitou a presença do jornal na sessão do dia 19 de fevereiro de 1968, durante a qual “foram mantidos diálogos sobre o comércio e a industrialização de Lençóis Paulista”. (O ECO, 25/02/1968, n. 1550, p. 1). Segundo a imprensa, seu diálogo com os senhores vereadores sobre assuntos concernentes ao comércio e indústria local “[...] foi uma verdadeira demonstração democrática da Câmara local fazendo transparecer que os problemas da coletividade lençoense são discutidos em plenário, sem a mínima prevenção de receio de críticas”. (O ECO, 03/03/1968, n. 1554, p. 6). Entretanto, é curioso observar que após esse “diálogo” a Folha não mais publicou sugestões ou qualquer conteúdo crítico a respeito da administração local.

Essa nova postura adotada pela oposição eleita, em 1968, sugere uma ruptura com aquela mentalidade governista compartilhada pela classe política lençoiense, incluindo a oposição (PSP) local, no início da década de 1960, que, como afirmamos anteriormente, preferia mesmo que a presidência da Câmara fosse composta de “elementos situacionistas”. Por outro lado, essa reação indica também que na realidade o MDB lençoiense não fazia verdadeira oposição à ARENA. Desde que uma cadeira na mesa diretora da Câmara lhe fosse oferecida, os projetos situacionistas seriam aprovados sem maiores questionamentos. E desta forma, na Câmara Municipal de Lençóis Paulista, MDB e ARENA eram uma só, ou seja, ARENA.

### **3.2.1 A eleição de 1972**

A eleição de 1972 marcou o fim da gestão Antônio Lorenzetti e de seu domínio formal no comando do executivo local desde 1959. Esse pleito contou com o mecanismo da sublegenda, criado pelo regime militar que,

[...] a fim de assegurar a invencibilidade do partido governista, partia do princípio de que, por mais persistentes que fossem as rivalidades, as famílias e os grupos da política municipal sentir-se-iam incentivados para unir-se no partido oficial, o que poderia lhes assegurar um bom relacionamento com o poder central, sem obrigá-los a deixar os velhos alinhamentos políticos, disfarçados nas sublegendas. (KERBAUY, 2000, p. 45).

Nessa conjuntura, a ARENA colocou duas chapas para disputar o Executivo lençoiense. Apoiada pelo governador do Estado, Laudo Natel, e por Antônio Lorenzetti Filho, a ARENA I competiu com Rubens Pietraróia (prefeito) e Ézio Paccola (vice); pela ARENA II disputaram Waldomiro Bocart (prefeito) e José Salustiano de Oliveira (vice). O MDB apresentou novamente Luciano Bernardes como candidato à prefeitura. No entanto mais uma vez venceu a situação: de um total de 7.668 eleitores, 41,55% votaram em Pietraróia o qual, devido à sublegenda, foi eleito com 61,4% dos votos. Luciano Bernardes (MDB) recebeu 34,03% dos votos. No que se refere ao Legislativo, apesar da renovação de aproximadamente 72% dos vereadores, o MDB conquistou apenas três cadeiras:

**Tabela 5 - Composição da Câmara Municipal (1973 a 1976)**

Nomes	Partido	Votos	Profissão
Nicanor P. Godoy*	ARENA	791	Odontólogo
Waldomiro Paccola	ARENA	499	Advogado
Hermínio Jacon	ARENA	473	Advogado
Gilson C. Bernardes*	MDB	453	-
Florindo Coneglian*	ARENA	425	Servidor Público
Décio C. Campanari*	ARENA	349	Comerciante/Farmacêutico
Ângelo M. Giovanetti	ARENA	315	Aposentado
Antonio C. Biral	ARENA	303	Assalariado
Antonio C. Vacca	ARENA	294	Professor
Maria L. Martins	MDB	250	-
João Brega	MDB	197	Servidor Público

Fonte: Tabela elaborada a partir do Arquivo Público Municipal

\* - vereador reeleito

Pietraróia concentrou seu mandato na aceleração do processo de industrialização e urbanização do Município de Lençóis Paulista com a criação do primeiro distrito industrial da cidade e a construção de conjuntos habitacionais, o que conseqüentemente levou a implantação do transporte coletivo urbano como também à fundação da ACILPA (Associação Comercial e Industrial de Lençóis Paulista) em 1973, e elevou o crescimento econômico do Município. Neste mesmo ano foi inaugurada a empresa Omi-Zillo Lorenzetti, formada por capitais japoneses e pelos industriais lençoienses: Juliano Lorenzetti; Antônio Lorenzetti Filho; José Luiz Zillo e José Antônio Lorenzetti. Foi também durante a gestão Rubens Pietraróia, mais precisamente no ano de 1975, que a família Trecenti, a qual atuava no ramo metalúrgico (“Trecenti Indústria e Comércio Ltda”), fundou a “Lwart Lubrificantes” voltada para a coleta e reciclagem de óleo lubrificante usado<sup>20</sup>.

Essas observações relativas às relações entre as lideranças políticas no Município de Lençóis Paulista entre 1963 e 1973 ilustram de forma contundente que o quadro político lençoiense, mesmo após a instituição do bipartidarismo em 1965 - apontada por Kerbauy (2000, p. 14) como uma das principais mudanças institucionais promovidas pelo regime de 1964, que teriam modificado o perfil da classe política local - não apresentou significativas mudanças na composição de suas lideranças. A observação das sucessões políticas em Lençóis Paulista a partir de 1959 mostra que o principal líder político foi Antônio Lorenzetti Filho, que apoiou Paulo Zillo nas eleições de 1963 e, voltando à prefeitura em 1968, fez seu sucessor em 1972. Assim, foi eleito Rubens Pietraróia, um candidato até então desconhecido na vida político-partidária lençoiense.

<sup>20</sup> Os fundadores do Grupo Lwart possuíam laços de parentesco com Mário Trecenti, vereador no Município entre os anos de: 1952/55; 1956/59; 1960/ 63; 1964/67 e 1968/71.

Em outros termos, embora a eleição de 1972 tenha marcado o fim de sua gestão, é plausível considerar que ao eleger Rubens Pietraróia (ARENA I) como seu sucessor Antônio Lorenzetti Filho reuniu todas as condições disponíveis para continuar sobrevivendo politicamente entre os anos de 1973 e 1976, ainda que não ocupasse pessoalmente o principal cargo político da cidade. Em contrapartida, ao incentivar o processo de industrialização no Município, Pietraróia fez das famílias Zillo e Lorenzetti as principais beneficiárias desta expansão industrial. Isso significa que não havia interesse por parte da administração Rubens Pietraróia em introduzir novos grupos econômicos na cidade, uma vez que estes compartilhariam o poder econômico e, por conseguinte, poderiam restringir o poder político do Grupo Zillo e Lorenzetti, tornando mais difícil a celebração de alianças e implicando, ainda, na divisão do poder político, isto é, na alteração da correlação de forças no interior da sociedade lençoiense.

Contudo as influências do ambiente político, que se formava à época das eleições legislativas de 1974, sobre a autoridade política de Antônio Lorenzetti também devem ser consideradas. Pois, em âmbito nacional, o mandato de Pietraróia coincidiu com os primórdios do retorno à democracia no Brasil. Assim, as eleições de 1974 marcaram um acontecimento decisivo: Ernesto Geisel permitiu que as eleições legislativas de novembro de 1974 se realizassem em um clima de relativa liberdade. Esperava-se um triunfo fácil da ARENA, no entanto os resultados eleitorais surpreenderam o governo. “[...] O MDB quase que dobrou sua representação na Câmara passando de 87 para 165, ao passo que a Arena caiu de 223 para 199. No Senado, o MDB aumentou de 7 para 20 senadores, e a Arena perdeu 13 cadeiras, caindo sua representação de 59 para 46 senadores”. (ABRUCIO, 1998, p. 83). Esse fortalecimento da oposição tornava o jogo mais difícil para a situação, pois aumentava as pressões favoráveis à aceleração no processo de democratização. Além disso, o aumento da representação parlamentar do MDB se transformava num obstáculo para o governo que necessitava de apoio do Congresso para encaminhar seus projetos.

O ritmo oposicionista também foi seguido pelo eleitorado lençoiense. Neste mesmo ano, com 56,89% dos votos em um universo de 8.571 votos válidos (SEADE), Orestes Quércia foi o candidato mais votado na eleição para o Senado no Município. Esse aumento da representação parlamentar do MDB, em âmbito nacional, refletirá em Lençóis Paulista nas eleições municipais de 1976. Entretanto, devido à sublegenda o arenista Ézio Paccola



assumirá o poder, graças à complexa aplicação desse dispositivo eleitoral, como veremos adiante.

A ascensão da família Paccola ao Executivo municipal em 1976 significará o colapso da hegemonia política de Antônio Lorenzetti Filho em Lençóis Paulista? Responder a esta questão é intuito do próximo capítulo.

#### 4 DECADÊNCIA POLÍTICA DE ANTÔNIO LORENZETTI FILHO?

O objetivo deste capítulo é questionar se a ascensão da família Paccola, iniciada em 1976 através da eleição do arenista Ézio Paccola à prefeitura lençoiense, significou uma ruptura na supremacia política de Antônio Lorenzetti Filho, principiada no Município de Lençóis Paulista desde as eleições de 1959.

Conforme apontado no capítulo anterior, o aumento da representação parlamentar do MDB, em âmbito nacional, repercutiu em Lençóis Paulista, nas eleições municipais de 1976. Nesse pleito Ézio Paccola (ARENA), em disputa com seu primo Ideval Paccola (MDB), foi eleito prefeito devido à soma de votos dos candidatos do partido oficial que o instituto da sublegenda permitia. O candidato opositor, Ideval Paccola, recebeu a maior votação individual (3.160 votos de um total de 10.353 votos válidos), no entanto, o MDB foi suplantado graças à soma dos votos arenistas, como se pode verificar na tabela 6:

**Tabela 6 - eleição para prefeito (1976)**

Candidato	Partido	Nº de Votos	Percentual
<b>Ézio Paccola</b>	ARENA	<b>2.636</b>	<b>25,46%</b>
Geraldino dos Santos	ARENA	2.554	24,67%
Waldomiro Bocart	ARENA	956	9,23%
<b>Ideval Paccola</b>	MDB	<b>3.160</b>	<b>30,52%</b>
Gilson C. Bernardes	MDB	321	3,1%
Lydia B. Netto	MDB	203	1,96%

Fonte: SEADE

A ascensão de Ézio Paccola à prefeitura local, certamente, não poderia ser caracterizada como aquela que indicava renovação na classe política lençoiense e, por consequência, a ruptura com o domínio político representado pelas famílias Zillo e Lorenzetti. Isso porque Ézio já havia exercido três mandatos como vereador e um como vice-prefeito nas seguintes condições:

1) Conforme afirmado na página 33, em 1959 Ézio foi eleito vereador pela primeira vez pelo PSP, partido que, através de um acordo entre a classe política lençoiense, abriu mão de apresentar candidato próprio para prefeito na intenção de que Antônio Lorenzetti Filho fosse candidato único pela UDN;

2) No ano de 1963 Ézio foi reeleito pelo PTB na coligação encabeçada pelo partido de Lorenzetti (UDN/PSD/PTN/PTB).

3) Na primeira eleição bipartidária, ocorrida no ano de 1968, Ézio Paccola entrou em seu terceiro mandato no Legislativo municipal, desta vez pela ARENA, o mesmo partido que trouxe Lorenzetti de volta à liderança do Executivo lençoiense naquele mesmo ano;

4) E por fim, no período de 1973 a 1976 Ézio Paccola foi vice-prefeito de Rubens Pietraróia pela ARENA I, chapa que contava com o respaldo político do arenista Antônio Lorenzetti Filho.

A partir dessas informações entende-se de forma bastante nítida que desde 1959 Ézio fazia parte do mesmo grupo político de Antônio Lorenzetti Filho, e não há notícia de rompimento ou disputa entre ambos. Portanto, é razoável supor que Lorenzetti exercera influência sobre a administração Ézio Paccola. Além disso, Lorenzetti conquistara representação na Câmara Municipal. Nesse ano de 1976 seu filho, João Carlos Lorenzetti, foi eleito vereador pela ARENA com o maior número de votos (718). Exercendo o mandato até 1982, e também esteve na presidência do Legislativo local entre fevereiro de 1979 e janeiro de 1981.

**Tabela 7 – Composição da Câmara Municipal (1977 a 1982)**

Nomes	Partidos	Nº de Votos	Profissão
João C. Lorenzetti	ARENA	718	Empresário/Advogado
Ângelo M. Giovanetti*	ARENA	594	Aposentado
Ermenegildo Coneglian	ARENA	548	Advogado
Waldomiro Paccola*	ARENA	469	Advogado
Élio Carani	ARENA	462	Comerciante
Antonio C. Vacca*	ARENA	440	Professor
Adimilson V. Bernardes	MDB	436	Comerciante
Décio C. Campanari*	ARENA	431	Comerciante/Farmacêutico
Arlindo T. da Silva	ARENA	366	Comerciante
Maria L. Martins*	MDB	326	-
Waldemar G. Motta**	MDB	299	Comerciário
Sylvio de G. Cordeiro	MDB	281	Tabelião
José B. Dalben	ARENA	270	Fornecedor de cana

Fonte: SEADE

\* - vereador reeleito

\*\* - vereador entre 1964 e 1968

No que tange ao Legislativo, é interessante observar que, em comparação com o total de votos para o Executivo municipal, grande parte do eleitorado lençoiense votou no MDB para prefeito, mas, não para a vereança. Em outros termos, enquanto que na votação para o Executivo o MDB conquistou 35,58% dos votos (3.684 votos). Na Câmara Municipal, os quatro candidatos emedebistas eleitos receberam um total de 15,57% dos votos, ou seja,

apenas 1.342 eleitores votaram no MDB para o Legislativo local. Isso significa que 20,01% dos eleitores que votaram no MDB para o Executivo não votaram nos vereadores deste partido. Assim, a ARENA elegeu nove candidatos (quatro foram reeleitos) e continuou sendo maioria. Talvez isso se justifique pelo fato de que nas eleições para a Câmara Municipal o candidato está mais próximo do eleitor, abrindo espaço para que o voto personalista se sobreponha ao voto ideológico-partidário.

Esta hipótese assenta-se nas observações de Lamounier (2009, p. 8), que sustenta ser “[...] necessário salientar desde o início as circunstâncias particulares nas quais se travam os pleitos municipais. Nestes, é compreensivelmente maior o peso das lealdades imediatas, e menos, segundo se supõe, o relevo dos alinhamentos propriamente ideológicos”. Muitas das vezes a inserção na vida política e a manutenção do poder conquistado devem-se, em razoáveis proporções, às qualidades pessoais do candidato, seus laços de amizade ou à sua origem familiar.

Em Lençóis Paulista, antes, durante e até mesmo após 1976 -, os relacionamentos social e pessoal parecem desempenhar um papel determinante no estabelecimento da relação entre candidato e eleitor, deixando a filiação partidária em segundo plano conforme demonstra a entrevista de Ermenegildo Coneglian, vereador no Município entre 1977 e 1996:

*Minha carreira política teve início por incentivo e apoio irrestrito de meu pai Florindo Coneglian, que foi Vereador durante 25 anos, a época em que não tinha qualquer remuneração. Incentivado também por alguns amigos, iniciei minha carreira política, no ano de 1.976, tendo sido eleito por quatro legislaturas e nas duas últimas alcancei a Presidência da Câmara. A profissão de advogado contribuiu sobremaneira na minha vida política. O partido político não foi tão importante nas minhas reeleições, porque, aqui em Lençóis, como também na maioria dos municípios interioranos, peso maior recai sobre a índole e reputação do candidato. (CONEGLIAN, Ermenegildo Luiz. Entrevista enviada por e-mail em 12/05/2010, grifo nosso).*

#### **4.1 Eleições de 1982: mudanças em curso**

Em 15 de março de 1979, João Batista de Oliveira Figueiredo, o último dos generais no poder, assume a Presidência da República (1979-1985) prometendo fazer do Brasil um

país democrático. Embora o novo presidente não apresentasse um programa que indicasse claramente o rumo dessa transição à democracia, o tema da reforma das instituições políticas instaurou-se como agenda forte daquela conjuntura. Foi nesse contexto que, no dia 22 de novembro de 1979, foi aprovada a controversa reforma partidária que restabeleceu o pluripartidarismo e, por conseguinte, extinguiu o MDB e a ARENA, medida esta que foi vista por críticos do regime como uma manobra do governo para dividir a oposição e controlar seu crescimento. Em Lençóis Paulista, o regime bipartidário chegou ao fim sem que o MDB alcançasse o poder Executivo e sem que constituísse maioria na Câmara Municipal, pois, o domínio eleitoral esteve reservado a ARENA que ocupou 25 (71,4%) das 35 cadeiras disputadas no Legislativo local durante o período de 1969 a 1982.

Prosseguindo com as reformas, por meio da Emenda Constitucional nº 14, as eleições municipais que seriam realizadas em 1980 foram adiadas para 1982, ano em que ocorreriam os pleitos de deputado estadual e federal, senador e governador - o estabelecimento de eleições diretas para os governos estaduais foi definido pela Emenda Constitucional nº 15, de novembro de 1980. Com essa medida,

O regime queria juntar numa mesma eleição os pleitos municipais, com as disputas estaduais (governador e deputado estadual) e federais (deputado federal e senador), esperando que o esquema de patronagem pela via municipal auxiliasse a Arena nas outras eleições – o que de certa maneira aconteceu em algumas regiões do País, mas de forma insuficiente para evitar a grande ascensão peemedebista. (ABRUCIO, 1998, p. 92).

Além disso, as coligações partidárias foram proibidas no objetivo imediato de “impedir a expansão dos pequenos partidos – PDT, PT e PTB, sobretudo porque de oposição, e alguns deles de esquerda, na tentativa de preservar o status quo, ou seja, a correlação de forças existentes que privilegiava o PDS e o PMDB”. (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 23). A tentativa de garantir aos grupos dirigentes o comando do processo político, reforçando a representação governista, contou ainda com o Pacote de Novembro, lançado em 25 de novembro de 1981. Seu principal objetivo foi impor a vinculação de votos para as eleições de 1982, ou seja, o eleitor seria obrigado a votar em um só partido para todos os cargos em disputa.

Os resultados dessas modificações, não foram, no entanto, uniformes em todas as unidades da federação:

[...] A vinculação de votos, por exemplo, dificultou a implantação do pluripartidarismo e forçou a municipalização do pleito em alguns estados, mas em outros produziu um efeito diverso: a força da legenda e/ou do candidato a governador estadualizou as eleições. Em São Paulo, PT e PTB funcionaram como diluidores da bipolarização entre PDS e PMDB, tendo em vista a quantidade de votos que conseguiram em vários municípios, mas não evitaram a força do candidato a governador do PMDB. (KERBAUY, 2000, p. 112).

Em Lençóis Paulista, a abertura democrática e o restabelecimento do pluripartidarismo não foram acompanhados pelo aparecimento de candidaturas de novas agremiações partidárias. Na disputa das eleições municipais de 1982, somente o PDS e o PMDB apresentaram candidatos. Contudo, o início desse novo período apresentou uma novidade: apesar do PDS ter competido com candidatos nas três sublegendas, foi o candidato peemedebista, Ideval Paccola, quem obteve a liderança do Executivo<sup>21</sup> - trazendo como vice Hiller João Capoani. Filho de Jácomo Augusto Paccola, vereador no Município em 1948, Ideval já havia exercido o cargo de vereança pelo PSP entre 1964 e 1968 e disputado a eleição para prefeito no ano de 1976. No pleito de 1982, além de ser o candidato individual mais votado para prefeito (6.940 votos em um universo de 15.475 votos válidos), também ganhou a eleição em número de legendas (7.552 votos contra 6.724 do PDS), derrotando o empresário João Carlos Lorenzetti, o qual apresentou Wladislaw Capoani como vice e concorreu com o apoio do então prefeito Ézio Paccola.

**Tabela 8 - eleição para prefeito (1982)**

Candidato	Partido	N.º de Votos	Percentual
<b>Ideval Paccola</b>	<b>PMDB</b>	6.940	<b>44,85%</b>
Luciano Bernardes Filho	PMDB	612	3,95%
<b>João Carlos Lorenzetti</b>	<b>PDS</b>	5.943	<b>38,4%</b>
Nicanor Pereira de Godoy	PDS	442	2,86%
Arlindo Torres	PDS	339	2,58%

Fonte: SEADE

Segundo conta a história, Ideval era militante da esquerda desde muito jovem. E no início da sua carreira política “[...] procurava se consultar bastante com o alfaiate Alfredo

<sup>21</sup> A tendência oposicionista também foi seguida pelo eleitorado lençoiense nas eleições legislativas (federal e estadual) e para governador do Estado: Franco Montoro (PMDB) recebeu 49,76% dos votos para governador; Ao senador Severo Gomes (PMDB) foi concedido 39,13% dos votos; João Hermann (PMDB) recebeu 18,24% dos votos para a Câmara Federal; e Sigheharu Kohatsu (PMDB), com 19,16% dos votos, foi o candidato a deputado estadual mais votado no Município. (SEADE).

Chiari, que nos anos 60 chegou a ser detido pelas autoridades sob suspeita de se envolver em movimentos comunistas”.<sup>22</sup> Sua biografia política expõe ainda que:

[...] a campanha que elegeu Ideval Paccola prefeito de Lençóis Paulista, em 1982, não foi nada fácil. Foi uma campanha truncada, com farpas - e até algumas agressões - de ambos os lados, que pela primeira vez colocaria no poder um representante da esquerda lençoense. [...] Em seu discurso de posse, em sessão solene da Câmara, criticou o paternalismo administrativo e defendeu a participação popular no seu governo. “Governar com o povo e para o povo”, pregava, e o slogan de sua administração era “Vamos Governar Juntos”. (<<http://www.lencoisnoticias.com/biografias/4189-ideval-paccola.html>>).

Eleito em 1982, no bojo da onda de crescimento do PMDB, Ideval Paccola governou o Município por seis anos. Entre as principais obras realizadas durante a sua gestão estão: a criação da Casa da Cultura “Professora Maria Bove Coneglian”; o Museu Histórico e Cultural Alexandre Chitto; e a criação e implantação do Centro Municipal de Formação Profissional “Ideval Paccola”. Em sua administração realizou-se ainda a reforma da Biblioteca Municipal “Orígenes Lessa”<sup>23</sup>. “[...] Aliás, Ideval era amigo próximo do escritor, que facilitava o acesso da cidade nas esferas superiores do poder federal”. (idem). Nestas condições, em 1986 realizou-se em Lençóis Paulista a “Caravana da Leitura”, evento organizado pelo prefeito Ideval Paccola com a colaboração de Lessa, que contou com a visita do então presidente da República José Sarney, companheiro de Orígenes Lessa na Academia Brasileira de Letras. “[...] A visita do presidente deixou a cidade no foco da mídia nacional naquela semana. Sarney veio no auge de sua popularidade, uma semana depois do lançamento do Plano Cruzado”.<sup>24</sup>

Retornando às eleições, no que se refere ao Legislativo, no pleito municipal de 1982, foi também a primeira vez que a oposição fez a maioria na Câmara local, totalizando sete vereadores do PMDB e seis do PDS, conforme se observar na tabela 9, a qual ainda permite notar que os membros da antiga ARENA (Antônio Carlos Vacca; Ermenegildo Luiz

<sup>22</sup> <<http://www.lencoisnoticias.com/biografias/4189-ideval-paccola.html>>

<sup>23</sup> Nascido em Lençóis Paulista (1903), o jornalista; contista; novelista; romancista e ensaísta brasileiro Orígenes Lessa, foi eleito em 9 de julho de 1981 para a cadeira 10 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Osvaldo Orico, e recebido em 20 de novembro de 1981 pelo acadêmico Francisco de Assis Barbosa. Lessa é também reconhecido pelos inúmeros prêmios literários que recebeu, entre eles estão: Prêmio Antônio de Alcântara Machado (1939), pelo romance “O feijão e o sonho”; Prêmio Carmem Dolores Barbosa (1955), pelo romance “Rua do Sol”; Prêmio Fernando Chinaglia (1968), pelo romance “A noite sem homem”; Prêmio Luísa Cláudio de Sousa (1972), pelo romance “O evangelho de Lázaro”.

<sup>24</sup> <<http://www.lencoisnoticias.com/biografias/4189-ideval-paccola.html>>

Coneglian e Ângelo Milton Giovanetti) e antigo MDB (Adimilson Vanderlei Bernardes; Waldemar Geraldo Motta e Sylvio de Godoy Cordeiro), eleitos para um novo mandato, mantiveram-se fiéis às suas antigas agremiações após a reforma partidária, ou seja, aqueles que foram filiados à ARENA candidataram-se pelo PDS, assim como os vereadores que foram eleitos no pleito anterior pelo MDB se candidataram em 1982 pelo PMDB:

**Tabela 9 - Composição da Câmara Municipal (1983 a 1988)**

Nomes	Partido	Nº de Votos	Profissão
Adimilson V. Bernardes*	PMDB	977	Comerciante
Vicente B. de Oliveira	PMDB	893	Advogado
João S. Lorenzetti	PDS	836	Comerciante
José C. do Amaral	PMDB	712	Advogado
Antônio C. Vacca*	PDS	626	Professor
José P. de Lima	PDS	572	Servidor Público Municipal
Ermenegildo L. Coneglian*	PDS	565	Advogado
Francisco A. Godorno	PMDB	520	Comerciante
Ângelo M. Giovanetti*	PDS	470	Aposentado
Waldemar G. Motta*	PMDB	463	Autônomo
Fábio A. Brígido Dutra	PDS	440	Engenheiro Agrônomo
Waldir Gomes	PMDB	404	Advogado
Sylvio de G. Cordeiro*	PMDB	396	Tabelião

Fonte: SEADE

\* - vereador reeleito

A conquista do poder político lençoiense pelo PMDB, neste pleito de 1982, levanta a seguinte questão: a derrota de João Carlos Lorenzetti (PDS), legatário político natural de Antônio Lorenzetti Filho, teria decretado o fim do domínio político de Antônio Lorenzetti Filho, nos moldes coronelistas? A resposta para essa questão exige uma breve retomada sobre o conceito “coronelismo” e mesmo a respeito da trajetória política de Antônio Lorenzetti Filho no período anterior a década de 1980.

Conforme se verificou no primeiro capítulo, o que caracteriza o coronelismo é a relação de reciprocidade, o “compromisso coronelista”, entre o chefe político local e o governo estadual. (LEAL, 1986). Tendo como base essa característica, constatou-se que durante seu primeiro mandato (1960 - 1963) Antônio Lorenzetti Filho garantiu-se politicamente em virtude daquele “compromisso”, ou seja, Lorenzetti conduziu eleitores lençoienses para que votassem nos candidatos do partido governista (UDN). E, em contrapartida, recebeu o auxílio financeiro e o apoio político do governo do Estado por ele requerido, conseqüentemente traduzido na manutenção de sua liderança enquanto chefe político lençoiense.



O segundo mandato de Antônio Lorenzetti Filho esteve inserido no contexto do regime militar. Este, segundo explicado anteriormente, retirou grande parte do poder dos governadores de Estado, diminuindo sua influência sobre o governo municipal. E, apesar de a “opção” governista continuar sendo a garantia para a concessão de empréstimos e realização de obras públicas, entre outros benefícios voltados para o Município, a “velha política do compromisso”, baseada em números de votos, se quebra em parte, pois o regime militar suprimiu as eleições diretas para governador do Estado.

Nestas condições, no período de 1968 a 1972 não foram encontrados indícios demonstrando o envolvimento de Antônio Lorenzetti em um “compromisso coronelista” semelhante aquele identificado por Leal (idem). Isso leva à suposição de que, durante esse mandato, seu governo esteve diretamente subordinado ao governo federal. Por outro lado pode-se afirmar que, ao longo do período citado acima, Lorenzetti prosseguiu conduzindo eleitores para o partido da situação (ARENA) nas eleições para o Senado e Câmara Federal, visto que a maioria do eleitorado lençoiense somente direcionaria seus votos para a oposição (MDB) a partir das eleições legislativas de 1974. Assim sendo, pode-se dizer que entre 1968 e 1972 Antônio Lorenzetti operou como um “coronel sem coronelismo”.

No que se refere às eleições realizadas entre 1972 e 1982, estas marcaram o início do declínio de Antônio Lorenzetti enquanto “coronel sem coronelismo”. Porque, embora Lorenzetti ainda se apresentasse como um político influente, seu poder se estendia apenas à esfera política lençoiense, uma vez que o respaldo político por ele prestado aos arenistas Rubens Pietraróia e Ézio Paccola, eleitos respectivamente em 1972 e 1976, não o credenciava como interlocutor direto entre o Município de Lençóis Paulista e os governos estadual e federal. Sendo assim, o resultado das eleições municipais de 1982 simplesmente confirma a sua derrocada enquanto mediador exclusivo e, concomitantemente, a redução de seu poder sobre as decisões políticas locais, pois que o apoio destinado a seu filho, João Carlos Lorenzetti (PDS), não garantiu a este o cargo de prefeito municipal.

Contudo, é preciso considerar que a prefeitura não representava o principal sustentáculo do poder de Antônio Lorenzetti Filho, de forma que sua perda não resultou em danos materiais e nem mesmo de natureza simbólica, tais como desprestígio social ou descrédito. Embora sem o comando da máquina pública municipal, Antônio Lorenzetti

continuará sendo o detentor de recursos econômicos e simbólicos<sup>25</sup> suficientes para “conquistar” e manter a amizade de lideranças políticas locais nas décadas seguintes, e graças a esse patrimônio simbólico e relacional que manteve desde a sua entrada na política lençoiense, voltará a ser representado na prefeitura, no ano de 2008, dessa vez na figura de Izabel Cristina Campanari Lorenzetti (PSDB), esposa de João Carlos Lorenzetti.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, Antônio Lorenzetti expandiu consideravelmente seu poder econômico durante a década de 1970. Este período foi marcado pela fundação da indústria têxtil Omi-Zillo Lorenzetti; pela aquisição da Sociedade Rádio Difusora de Lençóis e, sobretudo, por um grande crescimento de produção nas usinas Barra Grande e São José, com destaque para a passagem entre 1976 e 1977: em 1977 foram produzidos 37,3 milhões de litros de álcool contra 11,4 milhões no ano anterior e 2,2 milhões de sacas de açúcar contra 1,9 milhões em 1976. (SILVA, 2007).

Desde então, o cultivo da cana-de-açúcar tornou-se a principal atividade econômica no Município. Isso faz com que o progresso de Lençóis Paulista esteja muito das vezes associado ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro local. Essa associação é feita inclusive por autoridades locais, como por exemplo, Altair Aparecido Toniolo<sup>26</sup>, que diz: “Se Lençóis chegou a esse nível de progresso, isso se deveu, principalmente, ao desenvolvimento das empresas Zillo/Lorenzetti”. (TRIBUNA LENÇOENSE, 30/11/1996, p. 3).

Isso revela que mesmo não exercendo nenhum mandato, nem ocupando posição de relevo na burocracia pública local, Antônio Lorenzetti ainda mantém sua condição de grande empresário que lhe empresta prestígio porque seu poder econômico pode de várias maneiras ser convertido em força política, como, por exemplo, através do financiamento de campanhas eleitorais. Assim sendo, Lorenzetti continuará influenciando as decisões tomadas pela Câmara

---

<sup>25</sup> Antônio Lorenzetti Filho dedicou-se às causas beneficentes, exercendo cargos na diretoria do Hospital Nossa Senhora da Piedade por cerca de 40 anos, sendo que em 25 deles foi provedor da entidade. Por suas realizações na área da filantropia, foi condecorado com o título de Comendador, concedido pela Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém e Nossa Senhora do Monte Carmelo. Foi ainda homenageado pela municipalidade que denominou “Ginásio de Esportes Antônio Lorenzetti Filho” (conhecido como “Tonicão”) o conjunto esportivo municipal. E, em abril de 1981, recebeu da Câmara Municipal de Lençóis Paulista o título de Cidadão Lençoiense.

<sup>26</sup> Formado em administração de empresas, Altair Ap. Toniolo foi vereador pelo PSD no período de 1993 a 2000. Foi ainda diretor de desenvolvimento, responsável pelo Programa de Geração de Emprego e Renda, durante as gestões José Antônio Marise – PMDB (2000/2003) e PSDB (2004/2007). Atualmente, na gestão Izabel Cristina Campanari Lorenzetti (PSDB), Toniolo ocupa o mesmo cargo.

Municipal, sobretudo no que diz respeito à instalação de novas indústrias no Município. O discurso de Gumercindo Ticianelli, vereador em Lençóis Paulista pelo PFL entre 1997 e 2000, elucida essa ideia:

[...] falar em trazer novas indústrias é discurso de palanque. O Executivo e o Legislativo vão ver que Lençóis têm ótimas indústrias e empresários honestos que sempre fizeram e continuam fazendo pelo município. Acho que o caminho será prestigiar nossos empresários. O empresário prestigiado oferecerá novos empregos, crescimento e a diminuição do desemprego. (TRIBUNA LENÇOENSE, 26/10/1996, p. 3).

Ao analisar o discurso do vereador, Gumercindo Ticianelli, verifica-se que, mesmo após quatorze anos sem participação direta na esfera política, as famílias Zillo e Lorenzetti conservam o *status* e a autoridade conquistada e, por conseguinte, ainda influenciam as relações econômicas, sociais e até mesmo políticas no Município. Para parte da sociedade lençoiense essas famílias são consideradas as construtoras do progresso da cidade, pois trouxeram para Lençóis Paulista o “espírito empreendedor” - “[...] O espírito batalhador dessas pessoas proporcionou-lhes uma condição de vida com mais benefícios, embora o trabalho fosse árduo e sem descanso”. (CHITTO, 2008, p. 99) - o qual “deu vida” à cidade. É dessa forma que se legitima e se perpetua a hegemonia econômica e social das famílias Zillo e Lorenzetti em Lençóis Paulista.

#### 4.1.2 - Antônio Lorenzetti: “‘neo’- coronel” ou ex-coronel?

De acordo com os dados apresentados na tabela abaixo, após a derrota de João Carlos Lorenzetti (PDS) contra Ideval Paccola (PMDB) na concorrência pela prefeitura, em 1982, vinte e seis anos se passaram sem que a família Lorenzetti atuasse diretamente nos rumos da política lençoiense:

**Tabela 10 - Prefeitos eleitos em Lençóis Paulista (1982 a 2008)**

Ano	Partido/coligação	Nomes
1982	PMDB	Ideval Paccola
1988	PFL	Ézio Paccola
1992	PSD	Adimilson V. Bernardes
1996	PPB	José Prado de Lima
2000	PDT/PMDB/PSL/PST/PPS/PGT/PHS/PSB/PSD/PV	José Antônio Marise
2004	PTB/PL/PFL/PMN/PSDB	José Antônio Marise
2008	PRB/PTB/PSC/PR/PPS/DEM/PMN/PSDB	Izabel C. Campanari Lorenzetti

Fonte: SEADE

É apropriado lembrar que essa pesquisa não tem por finalidade fazer uma explanação minuciosa a respeito da ascensão de novos atores na condução da política no Município de Lençóis Paulista entre os anos de 1988 e 2004. Contudo, como o objetivo é analisar a trajetória política de Antônio Lorenzetti Filho, no intuito de testar a validade do conceito de coronelismo em Lençóis Paulista, o retorno da família Lorenzetti, em 2008, na liderança do Executivo local requer uma explicação, ainda que de forma bastante resumida, sobre o período acima referido.

Por isso, cabe observar que em março de 1985, o ciclo de governos militares foi encerrado e, importantes modificações foram feitas no quadro político-institucional brasileiro. No mês de maio daquele ano, o Colégio Eleitoral, anteriormente encarregado de eleger o Presidente da República, foi extinto pela Emenda Constitucional nº 25. Esta permitiu ainda a eleição de prefeitos nas capitais, Municípios considerados áreas de segurança nacional e instâncias hidrominerais. Além disso, estendeu o direito do voto aos analfabetos e legalizou os Partidos Comunistas. Essas medidas tiveram reflexos nas eleições municipais de 1988<sup>27</sup>, primeiro porque aumentou o número de eleitores e ampliou o leque partidário; e segundo porque aceleraram as cisões no interior dos partidos mais consolidados.

No Município de Lençóis Paulista, a grande mudança, nas eleições de 1988, deu-se na introdução do PFL (fundado em 1985 por dissidentes do PDS) e do PT na disputa política local. Todavia, a transição do bipartidarismo para o pluripartidarismo ainda não estava, de fato, consolidada no Município, pois, a disputa ficou concentrada no PFL e no PMDB, uma vez que o PT era um partido de formação recente na cidade (formado havia aproximadamente seis meses), sem tempo suficiente para se consolidar como nova opção junto ao eleitorado.

Para concorrer naquela eleição, o PFL escolheu o ex-prefeito Ézio Paccola (1977/1982) - o homem de extensa carreira política que fechou o ciclo da ARENA no Município - e José Prado de Lima (vice). O PT apresentou as candidaturas de Paulo Sérgio Araújo e Nivaldo Bispo (vice), ambos sem carreira política prévia. Já o PMDB investiu em Adimilson Vanderlei Bernardes (vereador por dois mandatos no Município) e Sérgio Marun (vice). De um total de 22.790 eleitores, 21.829 compareceram às urnas e concederam 529 votos ao candidato do PT; 6.502 votos ao PMDB e 11.527 votos ao PFL, o que significou o retorno de Ézio Paccola ao poder Executivo municipal.

---

<sup>27</sup> Não se considerando o ano de 1985, quando houve a retomada das eleições diretas nas capitais e nos Municípios considerados zonas de segurança nacional e estações hidrominerais.

A partir de 1992, Lençóis Paulista aparentou inserir-se numa nova dinâmica política. A atuação de famílias na liderança do Executivo local cessou e outros atores políticos conquistaram o poder. Entretanto, não se pode afirmar que a emergência dessas forças, significasse uma renovação, uma vez que a maioria dos quadros que a compunham havia exercido mandato no Legislativo local. Assim, conforme analisado no tópico anterior, isso não significou uma quebra nas relações com antigas lideranças, pois, a família Lorenzetti, por exemplo, ao converter seu poder econômico em força política, continuou, ainda que indiretamente, participando das principais decisões políticas.

Foi também a partir desse ano que novas legendas surgiram no cenário partidário lençoiense o que, conseqüentemente, desenvolveu a fragmentação do sistema partidário do Município como também ensejou práticas de infidelidade partidária. Isso fez com que o pleito de 1992 rompesse com a tradição bipartidária que em Lençóis Paulista havia sobrevivido à reforma de 1979. E, no ano de 1993, Adimilson Vanderlei Bernardes (Prefeito) e Rubens Pietraróia (vice), em disputa com José Prado de Lima (PDS/PFL/PTB); Ideval Paccola (PMDB/MDT/PDT) e João Olivério Duarte (PSDB) chegam ao poder Executivo municipal pelo PSD, com um total de 7.631 votos (30,62% do total de 24.921 votos válidos). Seus oponentes obtiveram, respectivamente, 5.283; 3.703 e 3.217 votos.

Nas eleições de 1996, o prefeito eleito foi o servidor público municipal José Prado de Lima (PPB). Pradinho, como é conhecido no Município de Lençóis Paulista, concorreu contra Ézio Paccola (PFL); José Antônio Marise (PMDB) e Sérgio Pelegrini Marun (PSDB) e obteve 10.319 votos (37,98% do total de 27.172 votos válidos). É relevante apontar que José Prado de Lima iniciou-se na política local em 1983, quando durante o governo de Ideval Paccola, ocupou uma cadeira na Câmara Municipal. Em 1988 foi convidado por Ézio Paccola (PFL) para ser vice-prefeito contra Adimilson V. Bernardes (PMDB) e Paulo Araújo (PT). E, no ano de 1996, voltou a ser candidato juntamente com João Miguel Diegoli (vice).

Em 2002 o resultado das eleições foi favorável à coligação PDT/PMDB/PSL/PST/PPS/PGT/PHS/PSB/PSD/PV. A vitória coube ao bancário e ex-vereador (1988 a 1996) José Antônio Marise (PMDB) que assumiu a prefeitura municipal com o consentimento de 65,15% (17.810 votos de um total de 27.338 votos válidos) do eleitorado. Os partidos que apoiaram Marise também elegeram a maioria dos vereadores, sendo o PMDB o partido majoritário (elegeu quatro representantes), o PDT o segundo maior

partido (elegeu três vereadores) e o PPS o ocupante da terceira posição (dois representantes eleitos).

Nas eleições de 2004, Marise foi reeleito pelo PSDB (coligação PTB/PL/PFL/PMN/PSDB) com 18.221 votos (57,46%), em um universo de 31.713 votos válidos. No que se refere ao Legislativo, em 2004, de um total de dez, seis dos vereadores locais já haviam ocupado cargo na Câmara Municipal. Por outro lado, o que diferencia esse pleito dos anteriores (pós 1988) é que pela primeira vez o PT conquistou uma cadeira no Legislativo lençoiense.

No mês de janeiro de 2008, o prefeito José Antônio Marise encerrou seu mandato. Como sua sucessora, assumiu Izabel Cristina Campanari Lorenzetti pelo PSDB - coligação PRB/PTB/PSC/PR/PPS/DEM/PMN/PSDB - com 60,63% dos votos de um total de 33.719 votos válidos. Em contrapartida, o ex-prefeito foi nomeado diretor da autarquia SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto). Diretora de Educação e Cultura durante a gestão Marise, Izabel Lorenzetti mantém vínculo com o Grupo Zillo Lorenzetti (Zilor) e com a imprensa local, uma vez que seu esposo, João Carlos Lorenzetti (filho do ex-prefeito Antônio Lorenzetti), além de ser acionista da Zilor, é também proprietário e diretor da Sociedade Rádio Difusora de Lençóis Paulista e do Jornal Tribuna Lençoiense.

Em seu governo, Izabel Lorenzetti tem priorizado o investimento em educação e cultura. Entre as obras de maior destaque iniciadas em sua administração estão: a construção do Teatro Municipal; a implantação de uma Escola Técnica (ETEC) e a construção do SESI (Serviço Social da Indústria). É interessante observar que a realização de duas dessas obras, o Teatro Municipal e o SESI, foi viabilizada através da parceria entre o setor público e a iniciativa privada. No que se refere ao SESI, o Grupo Lwart contribuiu doando uma área de 24.600m<sup>2</sup> para sua construção<sup>28</sup>, cujo contrato de doação foi assinado por Luiz Carlos Trecenti, atual vice-prefeito (DEM) de Lençóis Paulista e Conselheiro do Grupo Lwart.

A edificação do Teatro está orçada em R\$ 2,5 milhões, dos quais R\$ 400 mil serão investidos pela prefeitura de Lençóis Paulista e os outros R\$ 2,1 milhões deverão ser obtidos por meio de doação das empresas. Neste contexto, a prefeita Izabel Cristina Campanari Lorenzetti destaca que: “[...] Essa conquista está cada vez mais próxima graças ao apoio das

---

<sup>28</sup> LWAR NOTÍCIAS, n.44, Ano 13, Set. a Dez. de 2010, p.13.

doações recebidas e, sem dúvida, as doações da Zilor têm sido decisivas para que essa obra se torne realidade”. A Zilor “já assegurou mais de 70% do valor que deve ser obtido pela doação de empresas para a construção do Teatro Municipal de Lençóis Paulista. Em 2010, a Zilor destinou R\$ 313 mil para o projeto, totalizando R\$ 1,534 milhões repassados desde 2007”.<sup>29</sup>

Como se observa, o empreendimento dessas obras pelo atual governo municipal, Izabel Lorenzetti (PSDB), marca a retomada das práticas políticas baseadas no clientelismo e no paternalismo, empregadas, entre 1959 e 1972, pelos primos Paulo Zillo e Antônio Lorenzetti Filho, via Grupo Zillo Lorenzetti. Essa “atitude benevolente” para com a sociedade lençoiense pode ser entendida como forma encontrada por Antônio Lorenzetti de manter-se não só no poder, mas também entre os poderosos locais, pois em que se pesem algumas considerações, quando em 1982 seu sucessor, João Carlos Lorenzetti, perdeu a eleição, seu papel na condução dos rumos da política municipal diminuiu, entretanto, seu poder como empresário em momento algum se esvaziou. Logo, conclui-se que o empresário, formalmente afastado da política, mobiliza seu poder econômico na tentativa de controlar a esfera política lençoiense, por meio de terceiros (neste caso, Izabel Lorenzetti).

Essa intervenção de Antônio Lorenzetti, ainda que de forma indireta, na administração da política local suscita a seguinte questão; será que a autoridade política conquistada por Antônio Lorenzetti, no início da década de 1960, teria sofrido um pequeno abalo durante o governo de Ideval Paccola (1982-1988), e se firmado, após essa data, em moldes fundamentalmente diversos? Dito de outra forma: a autoridade mantida por meio das empresas Zillo e Lorenzetti, desde meados da década de 1990 até o período recente pode ser qualificada como um “‘neo’ coronelismo”?

A resposta para esta questão demanda algumas considerações sobre o poder político municipal após a promulgação da Constituição de 1988. Isso se faz necessário porque, a partir daquele ano, as relações intergovernamentais passaram a ser reguladas por novas regras e o governo municipal adquiriu novas funções.

#### **4.1.2.1 Município – um ente federativo**

A nova Constituição brasileira transformou o ambiente social, político e institucional do país ao apresentar como uma de suas principais características a descentralização política e

---

<sup>29</sup> <[http://www.zilor.com.br/zilor/site\\_realease.asp?id=1](http://www.zilor.com.br/zilor/site_realease.asp?id=1)>

financeira. Com a nova ordem institucional os papéis dos diversos níveis de poder foram redefinido. O Município foi elevado ao *status* de ente federado, dotado de poder para elaborar sua própria Constituição (Lei Orgânica), e inserido no processo de democratização do Estado brasileiro. Pois, entre outras medidas, a Carta Constitucional de 1988 estabeleceu a participação da comunidade como uma das diretrizes para a definição de políticas públicas municipais na área da saúde e da assistência social. Nestas condições, os canais de participação da sociedade na gestão pública foram criados e reconhecidos institucionalmente trazendo, segundo Kerbauy (2004, p. 161), a substituição de formas tradicionais de ação governamental por novos padrões de relacionamento entre Município e sociedade:

Os atores políticos que tradicionalmente exerceram o poder político local pelo sistema de representação tem que interagir com o sistema participativo, cuja estrutura institucional está concentrada nos conselhos municipais, dando espaço para que novos atores políticos façam parte da arena decisória. Prefeitos, vereadores e sistema jurídico, que durante séculos definiram a estrutura do poder local no Brasil, são obrigados a dialogar e a interagir com novos atores políticos, originários da sociedade civil, criando um modelo de governança que envolve uma nova engenharia institucional local.

Neste contexto, os Conselhos gestores de políticas sociais, “[...] tornados obrigatórios em vários níveis de definição de políticas, foram considerados legalmente indispensáveis para o repasse de recursos federais para Estados e municípios, constituindo-se como peças centrais no processo de democratização das políticas sociais”. (TATAGIBA, 2000, p. 50). E, juntamente com o Orçamento Participativo, são apontados como os principais mecanismos de aproximação entre governo municipal e cidadãos, resultando na valorização das organizações comunitárias e de seus interesses específicos; abrindo espaço para a possibilidade de controle social (cobrança e fiscalização) da ação do poder público por parte da população; maximizando a racionalidade na definição de políticas públicas e contribuindo para o aprendizado do exercício da cidadania.

Ademais, a Constituição de 1988 ampliou a reforma na distribuição de recursos tributários na medida em que aumentou as transferências de recursos da União e dos Estados para os Municípios como também a arrecadação municipal, mediante o estabelecimento de autonomia para que aqueles instituíssem novos impostos em seus respectivos territórios. Porém, juntamente com o restabelecimento das competências usurpadas pelo regime autoritário e com a transferência de recursos, foram transferidas responsabilidades, sobretudo



no campo social. Diversos serviços, notadamente educação e saúde, ficaram sob a responsabilidade da administração municipal. Esta também ficou incumbida de promover o desenvolvimento econômico local através de iniciativas de geração de emprego e renda. Desse modo, as responsabilidades pelas decisões políticas mais significativas e de impacto imediato na vida dos cidadãos foram transferidas para as lideranças políticas locais. Pode-se dizer, assim como concluíram Abrucio & Couto (1996, p. 41, grifo do autor), que há um ponto positivo nesta transferência de responsabilidade:

Este tipo de atuação voltado para o desenvolvimento local é, ao menos no caso brasileiro, uma ruptura com formas tradicionais de ação governamental nos municípios. Trata-se de uma verdadeira reinvenção do governo, que envolve novos padrões de relacionamento entre Estado e sociedade, superando as formas limitadas, porém *indispensáveis* de representação política da democracia liberal, através de outros dispositivos políticos para a agregação de interesses [...].

No entanto, o debate sobre o processo de descentralização e suas implicações no fortalecimento do poder político e financeiro das unidades subnacionais deixa explícito que a descentralização não conferiu aos Municípios igual capacidade no cumprimento das tarefas que lhes foram atribuídas (papel de *welfare* e estimulador do desenvolvimento econômico local), pois não significou, efetivamente, distribuição uniforme dos benefícios oriundos da nova Constituição federativa:

Mesmo ganhando novos recursos com a Constituição de 1988, o fato é que os municípios brasileiros não partem de um mesmo patamar para a assunção dos encargos antes de responsabilidade da União ou dos estados. Um agravante a isto é a insuficiência dos mecanismos redistributivos existentes, sobretudo para o nível municipal. O primeiro desses dispositivos é constituído pelos Fundos de Participação de Estados e Municípios.

[...] o FPM considera o critério de renda apenas para as grandes cidades e as capitais estaduais, as quais representam somente 13,6% dos municípios brasileiros. Para os assim chamados “pequenos municípios” (aqueles que têm menos de 156.216 habitantes), o FPM é distribuído considerando apenas a magnitude da população. Esse conjunto de “pequenos municípios”, por sua vez, é subdividido em diversas faixas, de acordo com o tamanho da população: quanto maior a população, maior a fatia de recursos. Isto significa que os estados com o maior número de municípios deste tipo tendem a receber uma fatia maior do bolo de recursos. Tendo em vista que os estados mais ricos têm um número maior de “pequenos municípios” compreendidos pelas faixas populacionais mais altas, eles provavelmente receberão uma parcela proporcionalmente maior do FPM.

[...] Concluindo, no que se refere aos municípios, a lógica tributária brasileira, tanto no âmbito interestadual como no intra-estadual, mostra-se de baixa eficácia redistributiva. (ABRUCIO & COUTO, 1996, p. 43).

Nessa conjuntura, apesar de a Constituição de 1988 ter conferido relativa autonomia aos Municípios e introduzido mudanças no federalismo e, portanto, na política municipal, as dificuldades referentes, sobretudo, ao repasse de verbas da União levam a apontar que muitos Municípios não possuem condições próprias para sustentar seus maiores gastos e, por isso, permanecem dependentes da transferência de recursos de outras esferas de governo. Concomitantemente essa transferência de recursos continua condicionada à atuação e interesses da classe política municipal e de negociações clientelistas, entre o governo municipal e as “instâncias superiores” de poder.

Ou seja, a ausência de uma política de descentralização claramente definida orientando, a partir do nível central, a reforma na distribuição de recursos tributários apresenta como resultado o desequilíbrio socioeconômico e financeiro entre os Estados, e mesmo entre os Municípios de um mesmo Estado. Por conseguinte, essas desigualdades acabam interferindo na negociação, na formulação e na implementação de políticas, pois fazem com que “lógicas específicas” e interesses particulares, presentes em cada esfera de poder, terminem por definir a redistribuição de recursos entre os distintos níveis da federação. De acordo Kerbauy (2004, p. 161/162), as preferências e os interesses das lideranças políticas locais estão inteiramente relacionados a essas diferenças regionais, estabelecendo novos limites às mudanças institucionais:

A mudança institucional depende de mudanças nas preferências dos atores políticos e, nesse projeto, ideologias e culturas desempenham um papel importante. Atores sociais que se sintam ameaçados pelos novos desafios tratarão de impor uma leitura compatível com o *status quo*, exagerarão os custos e minimizarão os benefícios decorrentes da mudança.

Essa situação abre margem à interpretação de que aquela “relação de compromisso” entre as lideranças políticas municipais e os governos estadual e federal, identificada por Leal (1986) como característica marcante do sistema coronelista durante a Primeira República, adquiriu novos contornos no período pós-1988, denotando a possibilidade de que um “coronelismo de novo tipo” esteja sendo alimentado. Esta hipótese torna-se ainda mais consistente se considerarmos o fato de que o governo municipal tem, em grande parte, apenas incorporado o discurso da participação popular. Entretanto, na prática, constata-se uma enorme dificuldade em envolver realmente a população na arena decisória:

Apesar da existência de novas instâncias decisórias locais (Conselhos) e da entrada de novos atores políticos no cenário local, aparentemente a formação de políticas municipais continua sendo monopolizada pelos políticos locais, burocratas e grupos de interesse, com um baixo grau de institucionalização e de consolidação das práticas de negociação. (KERBAUY, 2004, p. 153).

Esse quadro configura uma conjuntura em que os governantes veem-se estimulados a investir em determinado programa ou política pública dada a sua visibilidade política, sendo frequente esse investimento assumir um perfil clientelista e eleitoreiro. Pois, transmite-se a ideia de que é através de determinado chefe político que o “progresso” virá para o Município, gerando uma situação análoga àquela apontada por Leal (1986, p. 37): “[...] É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político [...] que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança”.

Disso decorre, de um lado, a apropriação privada dessas políticas e programas sociais pelos líderes políticos, ou seja, são políticas de determinados governantes. E de outro, sua descontinuidade quando há mudanças de gestão, mesmo quando se trata de sucessão do mesmo grupo e/ou partido político no poder. (COHN, 1996). Hipoteticamente, esses artifícios acabam mais por atender à sustentação da liderança dos “coronéis modernos” em detrimento da implantação e democratização de políticas públicas voltadas para o cidadão e para a sociedade.

O “novo coronel” não é apenas objeto de análise das Ciências Sociais. Entre os pesquisadores do campo da Comunicação o uso da expressão “coronelismo eletrônico” está em alta. E embora essa pesquisa não esteja relacionada à área da comunicação, torna-se interessante conhecer, ainda que superficialmente, essa “metamorfose do coronel”.

A retomada semântica proposta através do “coronelismo eletrônico” se atém ao período de transição entre a ditadura militar e a democracia, quando as “novas oligarquias” detentoras de mandatos nos diferentes níveis de representação, sobretudo, governadores, deputados federais ou senadores, passaram a ter em comum o vínculo com a mídia, isto é, a posse de veículos de comunicação em seus respectivos Estados. Os mais conhecidos exemplos são identificados pelas famílias Sarney, no Maranhão, e Magalhães, na Bahia:

Seus líderes – o senador José Sarney e o falecido senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) - protagonizaram, durante a Constituinte, uma das maiores distribuições de outorgas de rádio e televisão já vista na recente história política brasileira. Na época, Sarney era o presidente da República e Antônio Carlos Magalhães ministro das Comunicações. Entre 1985 e 1988, foram distribuídas 1.028 outorgas de rádio e televisão. Segundo levantamento feito por pesquisadores e reportagens jornalísticas da época, as concessões foram utilizadas como moeda de troca em torno das votações do quinto ano de mandato do presidente Sarney e do presidencialismo como sistema de governo. (MENDONÇA; REBOUÇAS, 2009, p. 6).

Acrescentamos ainda que: “Dos 91 constituintes premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou televisão, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 83 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos”. (MOTTER, 1994 apud, MENDONÇA; REBOUÇAS, 2009, p. 6).

Em suma, o “coronelismo eletrônico” configura uma rede de relações clientelistas entre o poder público e o poder privado, representado por deputados e senadores proprietários dos meios de comunicação que, simultaneamente, participam das comissões legislativas, outorgando os serviços e regulando os meios de comunicação no Brasil. Assim, o termo “coronelismo eletrônico” é utilizado para explicar o uso político de veículos de comunicação e a troca de favores entre o governo federal e os parlamentares no ato da liberação das concessões das outorgas de rádio e televisão, instrumentos de comunicação que consistem basicamente num mecanismo que visa à manutenção dos “novos coronéis” no poder, pois que:

[...] Ao controlar as concessões, o novo coronel promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal. No coronelismo eletrônico, portanto, a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação – vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública. (LIMA; LOPES, 2007 apud MENDONÇA; REBOUÇAS, 2009, p. 12).

Entretanto é preciso ressaltar que a proposta de resgate do “coronelismo”, enquanto herança conceitual, conveniente à proposição de uma análise sobre o período contemporâneo da política brasileira, esbarra na tese de que o conceito está sendo adaptado de forma

irregular, criando acepções e enfoques distintos do “coronelismo” apresentado na obra clássica de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*. No intento de esclarecer essa “desordem”, uma rigorosa retomada das variações semânticas em torno do coronelismo foi elaborada por José Murilo de Carvalho (1998) em “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. Este ensaio defende que a identificação de um “coronelismo moderno” envolve uma confusão em torno dos conceitos coronelismo, mandonismo e clientelismo. Na tentativa de esclarecê-los o autor, baseando-se no próprio criador do conceito “coronelismo”, Victor Nunes Leal, refuta a hipótese sobre a existência do coronelismo na atualidade:

[...] O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. [...] Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (CARVALHO, 1998, p. 134/135).

Carvalho (idem, p. 131) define o “coronelismo” como “uma complexa rede de relações” estabelecida no contexto da Primeira República, envolvendo compromissos recíprocos entre o coronel, o governador de Estado e o presidente da República. Segundo o autor, esse compromisso pressupunha a decadência econômica do poder privado, representado pelos grandes proprietários rurais que para sobreviver no comando do poder municipal a compensava com o uso de “poderes alternativos”, como o mandonismo, o filhotismo e a fraude eleitoral. Nestas condições, o mandonismo é uma característica da política tradicional e “refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder” (idem, p. 133), portanto, não é um sistema de relações como o coronelismo. No que se refere ao clientelismo, este sugere um tipo de relação entre atores políticos, envolvendo concessão de benfeitorias públicas em troca de apoio político, principalmente na forma de voto.

Posteriormente Carvalho (2001) resgatará o conceito “coronelismo”, no artigo intitulado “As metamorfoses do coronel”, e reconhecerá traços de continuidade do sistema

coronelista ao longo do tempo. Segundo o autor, o “coronelismo”, enquanto sistema nacional de poder e expressão de uma sociedade predominantemente rural e pré-capitalista, teria acabado na década de 1930, quando o Brasil se modernizou e as condições necessárias para que o fenômeno coronelista pudesse existir foram eliminadas pela industrialização, pelo crescimento das cidades e pela instituição do voto secreto.

Apesar disso o novo regime político não eliminou os coronéis, apenas decretou o fim do sistema coronelista, argumenta o autor. Mesmo tendo a destruição do federalismo de 1891 pela centralização estado-novista reduzido o poder dos coronéis, alguns sobreviveram ao Estado Novo e chegaram até a década de 1960. “E surgiu o novo coronel, metamorfose do antigo, que vive da sobrevivência de traços, práticas e valores remanescentes dos velhos tempos”. (CARVALHO, 2001, p. 3). Nessa transposição do conceito “coronelismo” para a atualidade José Murilo de Carvalho elege o personalismo<sup>30</sup> como o componente mutável na natureza do coronel:

Por fim, quando se fala, melhor, quando eu falo de coronéis hoje, uso a parte pelo todo. O coronel de hoje não vive num sistema coronelista que envolvia os três níveis de governo, não derruba governadores, não tem seu poder baseado na posse da terra e no controle da população rural. Mas mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela. Tempera tudo isso com o molho do paternalismo e do clientelismo distribuindo as sobras das benesses públicas de que se apropria. Habilidoso, ele pode usar máscaras, como a do líder populista, ou do campeão da moralidade. Para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a conivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a base de sustentação, fazer aprovar leis, evitar investigações indesejáveis. Nesse sentido, o novo coronel é parte de um sistema clientelístico nacional. (CARVALHO, 2001, p. 5).

---

<sup>30</sup> “Em sua acepção moderna, Personalismo designa um movimento surgido na França, por 1930, em torno da revista "Esprit", sob a guia de Emmanuel Mounier (1905-1950). Este movimento desenvolve uma concepção filosófica, chamada Personalismo comunitário, que insiste no valor absoluto da pessoa e nos seus vínculos de solidariedade com as outras pessoas”. (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, 1998, p. 925).

Levando-se em conta essa “estrutura moderna” do coronelismo, proposta por Carvalho (2001), em contraponto ao estudo do caso de Lençóis Paulista (S.P) verifica-se que ali a conduta clientelista e os “laços de família” continuam prevalecendo. As atribuições municipais mudaram, mas o sistema político lençoiense insiste em funcionar como “uma ação entre amigos”. Ou seja, a ética que ligava os patrões (coronéis) aos seus empregados ainda persiste em Lençóis Paulista. O Município empresta a Lorenzetti poder e prestígio político e, em troca, este retribui com doações e apoio político. Essa é a forma encontrada para perpetuar a relação patrão-cliente, ou seja, Lorenzetti é o doador e a população lençoiense, assim como os candidatos por ele apoiados, os clientes beneficiados. (DAMATTA, 2012).

Esse exercício da política paternalista e assistencialista proporciona a Lorenzetti a conservação de seu poder político no Município de Lençóis Paulista. Ele sobrevive dentro de um “sistema clientelista municipal” onde sua personalidade contribui para manutenção desse poder. Por outro lado, ao mesmo tempo em que retribui - ou distribui “as sobras das benesses públicas de que se apropria” - os favores que lhes são concedidos pelas autoridades locais, Lorenzetti, supostamente, assume determinado controle sobre os votos dos eleitores. Pois que ao considerar todas essas benfeitorias realizadas pela Zilor em prol do povo lençoiense, este poderá pensar: porque não votar nos candidatos apoiados pela empresa?

Em síntese, essa é a maneira encontrada pelo poder privado (Lorenzetti) para se adaptar a nova realidade da política lençoiense. O governo municipal ao impedir a instalação de novas e grandes indústrias no Município, por exemplo, reforça o poder político decadente de Lorenzetti, e retarda o fim de sua influência. Ao mesmo tempo, essas autoridades políticas conquistam o poder e nele se mantêm graças à retribuição de Lorenzetti - seja ela na forma de financiamento de obras públicas ou de campanhas políticas. Logo, essa recompensa significa voto, pois, as benfeitorias realizadas na cidade serão relacionadas pelo eleitor ao candidato que durante a sua gestão negociou a parceria entre o público e o privado, ou seja, prefeitura e empresas Zillo Lorenzetti.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo examinou a autoridade política exercida por Antônio Lorenzetti Filho sobre o Município de Lençóis Paulista (S.P).

No primeiro capítulo uma breve revisão da obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, permitiu a sistematização das características do conceito orientador da pesquisa. E, buscando compreender como ocorreu a ascensão de um agente externo à esfera tradicional de poder ao poder político lençoiense, contextualizou-se a transição do poder dos antigos coronéis para o “poder dos imigrantes”. Neste contexto, observou-se que a ascensão do imigrante à posição de liderança na política lençoiense resultou das transformações econômicas ocorridas no Município. O latifúndio foi substituído pela grande empresa sucroalcooleira e a grande propriedade continuou dominando o Município, ainda que sob nova dinâmica. Isso porque ao penetrar na esfera política local o imigrante rompeu com a ordem política tradicional regida pelos antigos coronéis, mas, ao mesmo tempo se reconciliou com ela. Pois, de acordo com os dados apresentados no primeiro capítulo, a ascensão política de Antônio Lorenzetti repousou no mesmo mecanismo que promoveu e amparou os antigos coronéis durante a Primeira República, ou seja, o “compromisso coronelista”: Lorenzetti conduziu o voto do eleitorado lençoiense para o partido da situação e, em troca, o governo do Estado concedeu-lhe o apoio político e o auxílio financeiro requerido.

O segundo capítulo analisou a trajetória política de Lorenzetti frente às transformações institucionais impostas pelo regime militar. E constatou que a instituição do bipartidarismo e a supressão das eleições diretas para governador de Estado (AI-2 e AI-3, respectivamente) incidiram sobre seu poder político. Se por um lado o bipartidarismo não apresentou significativas mudanças na composição da classe política lençoiense, após sua instituição o comportamento político desta foi modificado. Visto que, apesar de os vereadores emedebistas se curvarem diante da maioria arenista, na disputa pelo Executivo lençoiense as posições partidárias mostraram-se bastante nítidas. Luciano Bernardes e Ideval Paccola defenderam com veemência as ideias da oposição (MDB), dificultando a possibilidade de consolidação de um acordo pré-eleitoral entre os partidos políticos locais que fosse de encontro aos interesses de Lorenzetti. Ademais, a partir das eleições de 1974 os reflexos do crescimento da representação parlamentar do MBD sobre o eleitorado lençoiense consistiram em ameaças ao domínio político de Lorenzetti que, embora não se apresentando como mediador exclusivo



entre o Município de Lençóis Paulista e as “instâncias superiores de poder”, permanecia influente no cenário político local.

No que se refere ao AI-3 este, ao enfraquecer o poder dos governadores para barganhar com a classe política local, rescindiu o sistema coronelista conforme aquele analisado por Leal (1986) e fez com que Lorenzetti passasse a operar como um “coronel sem coronelismo”. Em outros termos, ao mesmo tempo em que o regime autoritário pós-64 buscava pela eficiência administrativa, necessitava, para legitimar-se, da dependência política dos Municípios. Portanto, o poder central em momento algum suprimiu a relação padrão/cliente. Ao contrário, os militares “substituíram” os coronéis e distribuíram os bens anteriormente negociados por essas lideranças políticas. Nestas condições, embora não mais fizesse parte de um sistema envolvendo as esferas federal, estadual e municipal, durante seu segundo mandato (1969/1972) Lorenzetti continuou conduzindo eleitores para votar no partido da situação e sua posição arenista tornou-se indispensável para uma boa relação entre o Município e o regime militar.

Constatou-se ainda que a eleição municipal de 1972 assinalou a divisão do poder político de Lorenzetti com outros atores políticos. Embora exercendo influências sobre as administrações Rubens Pietraróia e Ézio Paccola, Antônio Lorenzetti perdeu o papel de intermediário direto entre o Município e os governos estadual e federal. E sua derrocada enquanto interlocutor direto foi confirmada por meio do resultado das eleições municipais de 1982 quando o peemedebista Ideval Paccola ascendeu ao comando do poder executivo lençoiense.

Contudo, a análise empreendida no terceiro capítulo revelou que a prefeitura não representava o principal baluarte do poder de Lorenzetti. A partir da derrota de João Carlos Lorenzetti no pleito de 1982, Antônio Lorenzetti se reinventou, adaptou-se à situação, ao movimentar o seu poder econômico na tentativa de controlar a esfera política lençoiense por meio de terceiros, e obteve êxito nessa empreitada. Deste modo, Lorenzetti prossegue dominando e submetendo a máquina pública lençoiense aos seus desígnios particulares. Ao mesmo tempo, paulatinamente, busca melhoramentos para Lençóis Paulista através de uma política clientelista e paternalista - avalizada pela grande empresa sucroalcooleira e pela máquina administrativa municipal. Isso faz com que sua intervenção na administração política local não seja considerada instrumento de “atraso”. Ao contrário, Lorenzetti é o principal interessado no desenvolvimento da cidade de Lençóis Paulista. E vê-se induzido a promovê-lo

para garantir “seu cetro paternalista” de doador de coisas, de patrocinador de causas. (VILAÇA E ALBUQUERQUE, 1965, p. 19). Contudo, ele compreende que o progresso desmedido poderá alterar a correlação de força no interior da sociedade lençoiense em seu detrimento, e por isso trabalha no sentido de direcioná-lo.

Por outro lado, este estudo mostrou que a literatura sobre poder político local e coronelismo apresenta tendências diferentes em torno da “morte dos coronéis” e a respeito do próprio conceito “coronelismo”. Kerbauy (2000, p. 19) afirma que o processo de modernização conservadora, comportando transformações econômicas/sociais e políticas/institucionais, iniciado pelo regime de 1964, colocou definitivamente o sistema coronelista em ruínas, possibilitando a emergência do “político moderno” no lugar do coronel. Todavia, Carvalho (2001) acredita que o coronelismo enquanto sistema político não existe mais, entretanto, o “coronel” ainda sobrevive. Outros autores, na tentativa de atualizar o conceito, afirmam que o coronelismo mudou sua área de influência. Ele se redefiniu, se sofisticou e atualmente permanece atrelado ao sistema brasileiro de comunicação, por exemplo. A falta de consenso em torno do conceito sugere que a literatura sobre poder político local ainda não produziu arcabouços teóricos que dessem conta de responder se é benquisto recorrer ao conceito “coronelismo”, enquanto ferramenta heurística, para entender relações políticas na contemporaneidade. Assim, o debate sobre o tema requer maior aprofundamento.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec / Departamento de Ciência Política, USP, 1998.
- ABRUCIO, F. L. e COUTO, C. G. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 3, São Paulo, jul./ set. 1996, p.3-143.
- ALMEIDA, M. H. T; CARNEIRO, L. P. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, Campinas, maio/ 2003, p. 21-42.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO.  
<<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=217>> Acesso em: 18 abr. 2012.
- BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C, Varriale, et al. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOLÍVAR L. Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista. In: REIS, F. W. (org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 7 - 98.
- BOLÍVAR L. e CARDOSO F.H. (org.). *Os partidos políticos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARONE, E. *A república liberal I; a evolução política (1975-1964)*. Difusão Editorial: São Paulo, 1985.
- CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 130-153.
- \_\_\_\_\_. Metamorfoses do coronel. 2001. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <<http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/carvalhometamorfosescoronel.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.
- CASALECCHI, J.Ê. *O partido republicano paulista: política e poder (1889 - 1926)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CHITTO, A. Às indústrias falta o incentivo. *O ECO*, Lençóis Paulista (SP), 11 fev. 1968, p. 1.
- \_\_\_\_\_. *Lençóis Paulista ontem e hoje*. Lençóis Paulista (SP): Edição Especial de O ECO, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Lençóis Paulista nos seus 120 anos*. Lençóis Paulista (SP): Edição Especial de O Eco, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Lençóis Paulista Boca do Sertão*. [S. 1.: s. n.] [1980?].

\_\_\_\_\_. *História de Nossa Gente: Lençóis Paulista 150 anos*. Lençóis Paulista, SP: Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, 2008.

COHN, A. Desigualdade, desenvolvimento social e políticas sociais no Brasil. *Cadernos Cedec* - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo: Cedec, 1996. Disponível em: <[http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/CAD57.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD57.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2012.

CONEGLIAN, E. L. Entrevista [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <alexandra.salles175@gmail.com> em 12 de maio de 2010.

DAMATTA, R. A ética do coronelismo. *Revista Época*, Rio de Janeiro, 27 jan. 2012.

Disponível em: <[http://revistaepoca.globo.com/opiniaio/roberto-](http://revistaepoca.globo.com/opiniaio/roberto-damatta/noticia/2012/01/etica-do-coronelismo.html)

[damatta/noticia/2012/01/etica-do-coronelismo.html](http://revistaepoca.globo.com/opiniaio/roberto-damatta/noticia/2012/01/etica-do-coronelismo.html)>. Acesso em: 30 abr. 2012.

DUARTE, N. *A ordem privada e a organização política nacional* (Contribuição à sociologia política brasileira). São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1966.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

FERNANDES, E. *Fronteira e população: um estudo sobre a formação de famílias no povoamento da região centro-oeste de São Paulo, século XIX*. 2008. 168 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP).

\_\_\_\_\_. *Escravidão na fronteira: um estudo da escravidão negra numa “boca de sertão” paulista, Lençóis, 1860-1888*. 2003. 114f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara (SP).

FERNANDES, F. O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. In: \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 289 - 366.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS.

<<http://www.seade.gov.br>> - acesso 30 abr. 2012.

GUIRADO, C; FERNANDES, E. *Lençóis Paulista conta sua história 150 anos*. Bauru SP: Power Graph – Gráfica e Editora, 2008.

GRUPO Lwart contribui para construção de unidade do SESI. *LWAR NOTÍCIAS*, n. 44, Ano 13, Set. a Dez de 2010, p. 13. Disponível em: <[http://www.lwart.com.br/site/content/imprensa/noticias\\_download.asp](http://www.lwart.com.br/site/content/imprensa/noticias_download.asp)>. Acesso: 12 mar. 2012.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <<http://www.ibge.gov.br>> - Acesso 30 abr. 2012.

KERBAUY, M. T. M. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: Laboratório Editorial/ UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Descentralização, Processo Decisório e Políticas Públicas Locais. *Estudos de Sociologia*, n. 16, ano 9, 1º semestre de 2004, p. 151-163.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa - Ômega, 1986.

LIMA JÚNIOR, O. B. de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

MENDONÇA, F.; REBOUÇAS, E. Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: A radiodifusão como arma para a manutenção e ampliação do poder. 2009. In: INTERCOM - Sociedade de Estudos Interdisciplinares de Comunicação – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/premios/2009/FabiolaMendonca.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2012.

MOTTA, R. P. S. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NOGUEIRA, M. A. De Vargas à Nova República – A Administração Pública em busca do tempo perdido. In: \_\_\_\_\_. *As Possibilidades da Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 89-121.

NUNES, E. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

O ECO. Lençóis Paulista, 28 dez. 1969, p. 11.

O ECO. Lençóis Paulista, 09 jun. 1968, p. 1.

O ECO. Lençóis Paulista, 03 mar. 1968, p. 6.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

SANTOS, R. *Mídia, democracia e coronelismo eletrônico*. Homens de Mídia e política eleitoral em Ribeirão Preto. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara (SP).

SANTOS, S; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2005, v.1, p. 77-101.

SILVA, M. P. *A representação da segunda guerra mundial em um semanário do interior paulista*. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru (SP). Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/disserta.php>> - Acesso 25 jan. 2012.

SOUSA, M. do C.C. de; KERBAUY, M. T. M; TRUZI, O. M. S. Do clientelismo coronelista ao clientelismo de Estado: a ascensão de imigrantes na política do interior paulista. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. v. 26, São Paulo, 2003, p. 11-34. ISSN 1984-024.

SOUSA, M. do C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 20 mar. 1960. p. 2.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 27 mar. 1960, p. 3.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 24 abr. 1960, p. 1.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 08 maio 1960, p. 1.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 29 maio 1960, p. 3.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 05 jun. 1960, p. 1.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 23 out. 1960, p.1.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 15, out. 1961, p. 8.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 15 nov. 1961, p. 10.

Tribuna lençoense. Lençóis Paulista, 25 jun. 1961, p. 6

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 14 jul. 1963.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 11 ago. 1963.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 20 set. 1963, p. 3.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 26 out. 1996, p.3.

Tribuna Lençoense. Lençóis Paulista, 30 nov. 1996, p. 3.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL < <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em 28 mar. 2012.

VILAÇA, M.V; ALBUQUERQUE, R.C. de. *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

### **REFERÊNCIAS CONSULTADAS:**

ALVES, R. de O. Princípios do Direito à Cidade: território da cidadania. In: MAGALHÃES, J. Q.; ROCHA, C. A. V. *O Município E a Construção Da Democracia Participativa*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006, p.195-234.

BOSCHI, R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 42, n. 4, Rio de Janeiro, 1999, p. 569-808.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

JOFRE, N. O Legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, M. V. et al. (Org.). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

KERBAUY, M. T. de. As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, v.2, p. 337-365, 2005.

MELLO, M. Municipalismo, nation-building e a modernização do estado no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 23, out./ 1993, p. 8-100.

MENENGUELLO, R. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ROCHA, A. V. Descentralização e federalismo: pressupostos para a cooperação intermunicipal. In: MAGALHÃES, J. Q; ROCHA, C. A. V. *O município e a construção da democracia participativa*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006, p. 45-60.

WEFFORT, F. O Populismo Na Política Brasileira. In: FURTADO, C. (org.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 49-75.

**SITES CONSULTADOS:**

<[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=212254](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=212254)>. Acesso em: 12/08/2011.

<<http://www.lencoisnoticias.com/biografias>>. Acesso em: 12/08/2011.

<<http://www.lwart.com.br/site/content/imprensa/release.asp>> Acesso em: 12/08/2011.

<[http://www.zilor.com.br/zilor/site\\_en/imprensa\\_release.asp?id=1](http://www.zilor.com.br/zilor/site_en/imprensa_release.asp?id=1)> Acesso em: 12/08/2011.



## **ANEXO**

### **Entrevista com o Sr. Ermenegido Luís Coneglian (Vereador eleito em 1976 (ARENA); 1982 (PDS); 1988 (PFL) e 1996 (PFL):**

#### **Como era a relação MDB/ARENA em Lençóis Paulista?**

No tempo da ditadura militar, vigorava o pluripartidarismo e em outubro de 1.965, o Presidente Castello Branco editou o Ato Institucional n. 2, que extinguiu os partidos políticos e no início de 1.966, foram organizados dois partidos que entraram na história da política brasileira, o MDB e ARENA.

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi criada com o intuito de dar sustentação política ao governo militar e por sua vez o Movimento Democrático Brasileiro, abrigou os opositores do Regime Militar de 1.964.

Com a criação do bipartidarismo, as diversas correntes políticas, foram obrigadas a optar por uma das duas legendas, e tanto no Senado e também na Câmara Federal, como também nas Assembleias Legislativas Estaduais, perdurava a rivalidade política durante quase toda legislatura. O mesmo não ocorria no âmbito Municipal.

A relação entre MDB e ARENA, na esfera municipal, principalmente numa cidade do porte de Lençóis Paulista, alcançava maior rivalidade, no período eleitoral, mas, passada a eleição, na câmara municipal, ambos os partidos, se uniam para aprovar todos os projetos que visavam o bem estar da população e o desenvolvimento do município. Raramente algum projeto era rejeitado.

#### **Como era a política de cada um dos prefeitos: Ézio Paccola e Ideval Paccola?**

R.2 – Ezio Paccola (ARENA) e Ideval Paccola (MDB), cidadãos lençoenses, foram brilhantes prefeitos de nossa cidade de Lençóis Paulista. Sempre procuraram encaminhar à Câmara Municipal, projetos de leis objetivando oferecer ao povo melhores condições de vida, motivo pelo qual, dificilmente seus projetos eram rejeitados.

R.3 – Pressionado politicamente e, sobretudo, buscando enfraquecer a oposição, o governo, extinguindo o bipartidarismo ARENA – MDB, em 1.980, restabeleceu o pluripartidarismo, obrigando as agremiações políticas fazerem constar em seu nome , a palavra “partido”.

Assim é que surgiu o PMDB e o PDS, inspirado no PSD, principal partido do Brasil pré-movimento militar de 1.964.

Em 1.984, surgiu a dissidência do PDS, denominada “Frente Liberal”, que tornou-se o partido político Partido da Frente Liberal – PFL, atual democratas – DEM.

### **Motivos pelos quais deixou a carreira política:**

R.4 – Em 1.962, por motivos particulares e procurando amparar futuramente minha família, deixei a carreira política, para ingressar no funcionalismo federal, pensando em uma futura aposentadoria.

### **Sua profissão contribuiu para sua inserção na vida política?**

R.5 – Minha carreira política teve início por incentivo e apoio irrestrito de meu pai Florindo Coneglian, que foi Vereador durante 25 vinte e cinco anos, a época em que não tinha qualquer remuneração. Incentivado também por alguns amigos, iniciei minha carreira política, no ano de 1.976, tendo sido eleito por quatro legislaturas e nas duas últimas alcancei a Presidência da Câmara. A profissão de advogado, contribuiu sobremaneira na minha vida política.

### **A filiação partidária foi importante nas reeleições?**

R.6 – O partido político não foi tão importante nas minhas reeleições, porque, aqui em Lençóis, como também na maioria dos municípios interioranos, peso maior recai sobre a índole e reputação do candidato.

**ENTREVISTA: EDSON FERNANDES (PT/ 2000-2004).**

- 1) Comente a aprovação de seus projetos na Câmara Municipal dando exemplos de projetos aprovados e “rejeitados” (se possível, cite aquele referente à queima da cana-de-açúcar como também aquele sobre a transparência nos gastos públicos).
- 2) Na sua opinião, o que faz do PT um partido minoritário em Lençóis Paulista? Porque ele não consegue eleger representantes nesse município?
- 3) Sua profissão contribuiu para sua inserção na vida política?
- 4) Como o Sr. avalia a composição da elite política lençoiense?

1. Foram cerca de 13 projetos apresentados nos 4 anos que me dediquei à Câmara de Lençóis. Cito alguns deles:
  - a. O projeto que determina que os novos conjuntos habitacionais da cidade sejam providos de aquecedor solar. Segundo pesquisa que fiz, o consumo de energia pode ser reduzido em 30% a 40%. Devido aos custos cada vez mais baixos de equipamentos, em pouco tempo ele é pago. O projeto foi aprovado e sancionado pelo prefeito.
  - b. Outro projeto surgiu a partir da constatação de que muitos cidadãos questionavam certas viagens de vereadores e o acesso às informações referentes a estas viagens era extremamente burocrático, quando não simplesmente vedado. O projeto, do qual tive apoio na redação por parte de um ex-promotor público, determinava que todos os gastos referentes a viagens de vereadores (pedágios, combustível, refeições etc.) seriam disponibilizados ao público. Cópias das notas referentes aos gastos seriam fixadas num mural do lado externo do prédio da Câmara, de modo que qualquer cidadão poderia consultar, mesmo que o prédio estivesse fechado. O projeto foi aprovado, mas até hoje nada foi feito. Ficou só na aprovação.
  - c. Projeto que proíbe a queima de cana no município de Lençóis. Simplesmente contou com apenas meu voto favorável. Teve certa repercussão, dei entrevista à TV Record, que também entrevistou um vereador contrário e um representante do setor usineiro. Claro que

o poder econômico (financiamento de campanha) pesou e os vereadores preferiram não comprar briga com ele.

2. Porque o partido tem uma estrutura pequena; a cidade é conservadora; a imprensa é comprometida com uma elite política tradicional; e o partido não tem (não tinha?) simpatia dos empresários, o que dificulta doações para a campanha (não que eu concorde com esta prática). Agora que o PT virou um partido como outro qualquer, que já não representa “perigo” para a ordem estabelecida, a rejeição está diminuindo. A cidade é como outra qualquer: o voto é pouco ideológico, as pessoas votam em pessoas, não em idéias.
3. Sim, sem dúvida. Meu contato com milhares de alunos nestes anos todos de magistério contribuiu para minha inserção na vida política e em minha eleição para vereador. Quatro anos depois, minha atuação no magistério foi se restringindo ao nível superior e atuação fora da cidade, o que diminuiu meu contato com eventuais eleitores. Além disso, tive pouco respaldo de setores da imprensa que preferem espetáculos a trabalho sério.
4. Conservadora. O partido que está no poder, PSDB, tem uma cultura política de achar que sabe o que é melhor para a população que nem precisa ser consultada. Propus a adoção do orçamento participativo como forma de envolver a população e estimulá-la a participar dos destinos da cidade. Claro que não foi adotado. A elite sabe o que quer e parte da população se acha bem representada. Marx continua atual, os dominados pensam com a cabeça dos dominantes.